

**Relatório de fundamentação antropológica para
caracterizar a ocupação territorial dos Tabajara no
Litoral Sul da Paraíba**

Instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009

João Pessoa
Agosto/2010

Grupo Técnico:

- Fabio Mura (antropólogo coordenador)

- João Martinho Braga de Mendonça (antropólogo colaborador),

- Estevão Martins Palitot (sociólogo colaborador)

- Henrique J. P. Sampaio (sociólogo colaborador)

- Amanda Christinne Nascimento Marques (geógrafa colaboradora)

- Aline Maria Pinto da Paixão (assistente de pesquisa)

Obs. A pesquisa da qual resulta este relatório contou com a participação também de Helton Nascimento da Silva, como assistente de pesquisa.

Sumário

Introdução	4
Primeira Parte: DADOS HISTÓRICOS	6
1.1 – Histórico da ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba	7
1.2 – Os aldeamentos – séculos XVI e XVII.....	8
1.3 – Vila de índios: século XVIII.....	16
1.4 – A lei de terras e a extinção dos aldeamentos: século XIX	25
1.5 – A ação do engenheiro Justa Araújo.....	26
1.6 – O domínio patronal e as lutas pela terra: século XX	48
1.7 – A jurema, o toré e os caboclos de Alhandra	49
1.8 – Latifúndios e reforma agrária	55
1.9 – Os assentamentos de Gurugi e Barra de Gramame	71
Segunda Parte: TERRITÓRIO	78
2.1 – Organização territorial, parentesco e clivagens étnicas	79
2.2 – Trajetórias familiares e dinâmica territorial no Litoral Sul da Paraíba	89
2.3 – Da profecia à organização da comunidade política tabajara	108
Terceira Parte: ATIVIDADES PRODUTIVAS	112
3.1 – Agricultura	113
3.2 – Pesca	121
3.3 – Caça e coleta.....	139
3.4 – Considerações sobre atividades técnico-econômicas e organização social do trabalho	142
Quarta Parte: MEIO AMBIENTE	145
4.1 – Baixada Litorânea: impactos e dinâmicas da faixa terra-mar	150
4.2 – Baixo Platô Costeiro	158
Quinta Parte: ASPECTOS SIMBÓLICOS E COSMOLÓGICOS.....	162
5.1 – A prática do <i>toré</i> e do <i>catimbó</i>	163
5.2 – Cosmologia e moralidades nos espaços da antiga Jacoca	169
5.3 – Tradição de conhecimento na antiga Jacoca	172
Bibliografia.....	175
Anexos	181
Diagramas de parentesco	182
Mapa da Jacoca	183

Introdução

O levantamento voltado a fundamentar antropologicamente a ocupação dos Tabajara no litoral sul da Paraíba foi dividido em diversas etapas de campo, de consulta de material bibliográfico e documental, bem como de escrita do relatório final.

Em relação ao trabalho de campo, este teve um cronograma de execução sensivelmente modificado relativamente à proposta inicial, mudanças estas devidas a compromissos acadêmicos de parte dos membros que compunham o GT. Assim, foram realizadas três etapas de campo principais: a primeira, de 9 dias de duração, ocorreu em dezembro de 2009; a segunda, de 8 dias de duração, foi desenvolvida no mês de abril de 2010; a terceira se estendeu por 7 dias no mês de maio de 2010. Além destas etapas principais foram realizadas visitas pontuais na Barra de Gramame (município de Conde) para participar de reuniões e realizar entrevistas. Os municípios alvo das pesquisas em campo foram: Conde, Pitimbu, Alhandra e João Pessoa.

Não obstante a descontinuidade temporal do trabalho em campo, as atividades de pesquisa fluíram regularmente, permitindo se levantar significativo vulto de informações, procedentes de entrevistas formais e informais, sendo possível gravar, fotografar e filmar conversas com diversos membros da comunidade tabajara. Foi possível também presenciar e registrar, com essas técnicas, diversas atividades técnico-econômicas desenvolvidas por estes índios, no interior dos espaços de ocupação tradicional no litoral sul da Paraíba, bem como em contextos urbanos, como as periferias de João Pessoa, onde existem residências de famílias indígenas tabajara.

No que diz respeito ao material bibliográfico, se lançou mão de mapas, fontes e trabalhos acadêmicos realizados por membros do GT ou por terceiros, sendo possível reunir importantes informações de ordem histórica sobre a região, bem como proceder a uma compreensão das mudanças ocorridas tanto do ponto de vista social, quanto na estrutura material dos espaços territoriais alvos da pesquisa.

Finalmente, para estruturação do relatório, optamos por dividir a argumentação em partes que fossem análogas (não idênticas) às determinadas pela Portaria 14/1996 do Ministério da Justiça, com o intuito de favorecer a leitura e, na eventualidade da realização futura de um trabalho de identificação e delimitação de terra indígena, se ter uma base analítica e documental já organizada conforme às exigências normativas desse processo administrativo.

Primeira Parte: DADOS HISTÓRICOS

1.1 – Histórico da ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba

O Litoral Sul do Estado da Paraíba é formado por quatro municípios localizados entre a capital João Pessoa e a divisa com o Estado de Pernambuco, são eles: Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã. Esta é a zona de ocupação colonial mais antiga do Estado. Foi parte da capitania de Itamaracá e abrigou, ao longo dos séculos, povoações de índios e “homens livres pobres” e alguns engenhos de cana-de-açúcar (Nascimento Filho, 2006). Atualmente encontra-se em franco processo de incorporação à região metropolitana da capital, principalmente através da expansão do turismo litorâneo e da malha viária (Sampaio, 2001).

O objetivo dessa parte do trabalho é apresentar uma reconstituição histórica da formação territorial da região e o modo como ela se articula com a construção de espaços físicos e sociais que permitiram a construção de diversas formas de identidades coletivas, em especial as identidades indígenas. Para isso, faremos uso de fontes primárias e secundárias.

As fontes primárias referem-se, sobretudo, aos documentos constantes no Arquivo Nacional, na Seção Terras Públicas e Colonização – Província da Parahyba, contidos nas caixas 1147, 1147A, 1147B e 1219, que foram produzidos durante os anos de 1865 e 1871 pelo engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo, responsável pelo processo de medição e demarcação das terras públicas e dos aldeamentos indígenas na Província da Parahyba. Já sobre as fontes secundárias daremos ênfase aos dados apresentados em cinco trabalhos (Vandezande, 1975; Moreira, 1997; Sampaio, 2001; Nascimento Fº, 2006, Carvalho, 2008 e Lima, 2008), que abordam, a partir de perspectivas distintas, a formação territorial e social da região. Dentre as informações constantes nestes trabalhos destacam-se as excelentes peças cartográficas produzidas por Juliano Loureiro de Carvalho (2008), que logra reconstituir visualmente todo o processo de colonização da Zona da Mata paraibana.

Entre os séculos XVII e XIX, a concessão de sesmarias para as aldeias missionárias, a instalação de engenhos e a criação das vilas de índios do Conde e Alhandra forneceram o principal quadro institucional das questões territoriais nesta região, que se manteve periférica em relação aos centros econômicos da capitania. Essa

marginalização econômica permitiu a continuidade da ocupação indígena, somada à penetração lenta e constante de contingentes de ex-escravos e “homens livres pobres” (cf. Nascimento Fº, 2006 e Carvalho, 2008).

Ao final do século XIX, o processo de regularização fundiária, levado a cabo pelo engenheiro Justa Araújo no contexto da lei de terras de 1850, abriu espaço para um novo rearranjo territorial e social que afirmou as relações de moradia e patronagem como os principais meios de organização social, econômica e política locais. Tal modalidade de organização desenvolveu-se ao longo do século XX, quando boa parte da população pobre da região vivia em pequenas glebas ou como moradores de condição e arrendatários das grandes propriedades que pouco produziam (ver Vandezande, 1975 e Moreira, 1997). Até os anos 1960, os distritos de Conde, Pitimbu e Alhandra pertenciam ao município da capital João Pessoa e Caaporã à Pedras de Fogo, quando conquistaram sucessivamente a emancipação política.

Finalmente, a partir dos anos 1970/80 a expansão da lavoura canavieira, o turismo, a abertura de estradas e a especulação imobiliária provocaram uma série de conflitos pelo direito de permanência na terra que estão nas raízes das atuais lutas por reforma agrária e demarcação de terras indígenas e quilombolas (cf. Moreira, 1997 e Sampaio, 2001).

1.2 – Os aldeamentos – séculos XVI e XVII

Logo após as guerras de conquista da Paraíba, que colocaram em lados opostos grupos indígenas de língua tupi conhecidos como Potiguara e Tabajara, deu-se início à ocupação portuguesa das terras entre as capitânicas de Itamaracá e Paraíba. Os aldeamentos missionários foram instrumentos importantíssimos na fixação dos domínios coloniais sobre o território e as populações nativas. Ainda no final do século XVI, vamos encontrar informações a respeito da quantidade da população indígena e das tentativas de seu aldeamento na região, por padres franciscanos:

“Sendo muitas as aldeias e poucos os religiosos para a sua assistência, trataram os da ordem de S. Antonio de passar para as de Jacoca e Ipopoca (Alhandra) os aldeados de outras partes e dar a ellas fundação permanente,

levantando igrejas de pedra e cal, e recolhimento para os padres, sendo que no desta última tinha elle capacidade para agasalhar cinco ou seis religiosos. Aquela se acha à margem do Garamame, esta do Ipopoca.” (Machado, 1912, p. 138 citado em Vandezande, 1975, p. 33)

Data de 1614 a concessão das terras da sesmaria dos índios de Jacoca (atual município do Conde). Podemos perceber as dimensões destas terras na transcrição do documento a seguir:

“Nº 7 de 19 de dezembro de 1614

Os índios da aldeia de Jacoca situada nesta capitania em virtude de um despacho do governador passado a instancia delles supplicantes lhes foi limitado pelos officiaes da Camara desta cidade para suas lavouras toda a terra que se continha da barra do Gramame da banda do sul correndo para cima do rio Jacoca até dar no caminho que hia da dita aldeia para Tibiri e dahi correndo rumo direito ao rio Sabauna e dahi a barra do rio Abiai, ficando-lhe toda a dita terra por costa e sertão da barra e por que a queriam ter por carta, para com isso não terem mais diferença com os brancos e conservarem sua aldeia pediam que visto o despacho do Sr. Governador e deligencia que de sua parte se fizera pelos ditos officiaes da Câmara desta cidade se lhes desse de sesmaria, mandando passar-lhes carta e que se lhes desse sua posse por devolutas e desaproveitadas attento que foram os conquistadores della nos tempos das guerras com os petiguaras, ajudando sempre os brancos na conquista e povoação desta capitania e avendo alguns brancos que nellas de pouco tempo a esta parte estivessem com pretenção de posse a adquirido direito depejassem visto o muito e serviço que era de S. M. e bem desta capitania, visto, outro sim, não serem terras capazes de engenho e só servirem para mantimentos e conservação da dita Aldeia. Foi feita a concessão no governo de João Rabello de Lima.

(Livro de Registro da Camara de Jacoca. Esta e a sesmaria nº 1 deste livro foram encontradas pelo illustre historiador parahybano Irineu Pinto, que gentilmente forneceu as respectivas copias para esta publicação).” (Tavares, 1909, p. 36, citado em Vandezande, 1975, pp. 33 e 34. Grifos nossos)

A afirmação constante na transcrição acima nos permite inferir que os índios aldeados na Jacoca fossem aqueles que ficaram identificados, posteriormente, na historiografia paraibana como *Tabajara*, já que alegavam ter auxiliado os portugueses nas lutas contra os Potiguara quando da conquista da capitania, nas últimas décadas do século XVI. Mais adiante, veremos que ao longo dos séculos essa população de nativos recebeu diversas outras denominações: *potiguaras*, *brasilianos*, *índios de língua geral*, *caboclos de língua geral*, *índios da Jacoca*, *índios do Conde*. Denominações que especificavam a sua condição de população indígena aldeada, aliada da colonização e objeto de diversas políticas de observação e controle (econômico, missionário e militar).

O documento indica também que a ocupação da região já era alvo de disputas entre brancos e indígenas. De modo a defenderem-se das pretensões dos colonos, os indígenas valiam-se dos argumentos de que lutaram em favor da conquista da capitania e que as terras da região não seriam propícias à cana-de-açúcar, mas apenas às suas lavouras de mantimentos. Essa afirmativa de que as terras da região não se prestavam à monocultura da cana, e sim à produção de alimentos, vai se repetir durante todo o período colonial e imperial, embora tenham sido registrados a presença de alguns engenhos na área (ver, Carvalho, 2008, pp. 32, 38, 42, 81, 138). Tal característica influenciará diretamente nas formas de ocupação do território e na formação dos grupos sociais aí alocados.

Além da aldeia da Jacoca, outras localidades da região são informadas por cronistas e historiadores como aldeamentos de índios, merecendo destaque Pindaúna, às margens do rio Gramame (Herckmans, 1982, p. 24) e Arataguy, às margens do Rio Popocas. Durante o período holandês as aldeias de Jacoca e Pindaúna foram esvaziadas, e suas populações levadas para a capital Frederica, a fim de trabalhar nas fortificações da cidade. A transferência forçada e as exaustivas jornadas de trabalho causaram constante resistência dos indígenas que foram enviados de volta, onde os holandeses fundaram a aldeia Maurícia (Herckmans, 1982, p. 23-24).

Os aldeamentos indígenas do período colonial foram criados com a finalidade de formar cordões defensivos em áreas de fronteiras e concentrar e treinar mão-de-obra para os engenhos, o corte de madeiras, as obras públicas e a produção de alimentos. Podemos observar nos mapas elaborados por Carvalho (2008) como a dinâmica dos aldeamentos coloniais submetia-se às necessidades de defesa e suporte do empreendimento colonial centrado na produção açucareira. Os deslocamentos e fusões de aldeias obedeciam às lógicas da administração da colônia, incorporando os índios aliados como elementos ativos na defesa do território e no fornecimento de mão-de-obra e mantimentos.

Após o período holandês os aldeamentos na Zona da Mata foram reduzidos a seis, guarnecendo três regiões específicas: os vales dos rios Gramame e Abiaí ao sul (aldeias de Aratagui e Jacoca); o vale do rio Paraíba, no centro (aldeias de Utinga e Pilar) e o vale do rio Mamanguape ao norte (Aldeias de São Miguel e da

Preguiça)¹. Enquanto a produção açucareira concentrava-se no vale do rio Paraíba, os cronistas holandeses vão relatar a ocupação do vale do Mamanguape com currais de gado, e os pequenos vales do Gramame e Abiaí dedicados à produção de mandioca e alguns engenhos. Segundo Elias Herckmans

“O Gramame corre (...) para o oriente com o percurso de duas a três léguas, e deságua no mar ao sul do Cabo Branco, em cujos contornos moram vários pescadores. No interior o rio é também habitado por alguns portugueses, que vivem de plantar roças e fabricar farinhas. Outrora também existiram dois engenhos às margens deste rio em distância de duas léguas da praia. Foram levantados por Jorge Thomás, senhor deste distrito de Gramame; mas como a cana-de-açúcar não se dá bem nesta parte, deixaram os engenhos cair em ruínas, a terra está plantada de mandioca e também produz milho e frutos da terra, bem como se cria gado.” (Cf. HERCKMANS, Elias apud Cavalcanti, M.^a. Pereira et. ali. Uma história do Conde. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1996, p 32. Grifos nossos)

É importante destacarmos aqui essa característica da ocupação da região ao sul da capitania. Embora os aldeamentos não assegurassem a exclusividade da presença indígena no território, incentivando a presença de brancos ou de seus interesses, eles permitiam a reprodução de um modo de vida indígena dentro do sistema colonial (Almeida, 2003). Nesse sentido, é de se notar as repetidas informações, ao longo dos séculos, sobre a produção de alimentos nesta região. Uma exploração agrícola dos recursos naturais que dependia, fundamentalmente, de uma organização produtiva de base familiar que se contrapunha à monocultura comercial da cana-de-açúcar com os seus grandes domínios senhoriais. Embora a presença de engenhos tenha sido recorrente na região, estes invariavelmente decaíam em pouco tempo e uma população anônima de índios, ex-escravos e “homens livres pobres” lograva sobreviver de seus roçados nos arredores das casas-grandes e das fábricas de açúcar.

A seguir, observemos a distribuição de aldeamentos, fortificações e engenhos nos mapas produzidos por Carvalho (2008) para o período entre os séculos XVI e XVII.

¹ Posteriormente, o vale do Mamanguape ganhará mais um aldeamento, o de Boa Vista, composto por índios Canindés e Sucurus. Mas esse aldeamento é resultado das guerras de ocupação do Sertão, e não do processo de expansão da lavoura canavieira. O aldeamento de Pilar, composto de Kariris descidos do Alto Paraíba nos primeiros anos da ocupação do sertão ocupava uma posição intermediária, marcando os limites entre as zonas da cana, do gado e do algodão (Joffily, 1892 e Carvalho, 2008).

Ocupação da área de estudo >> fortificações, aldeamentos e engenhos >> 1587-1593

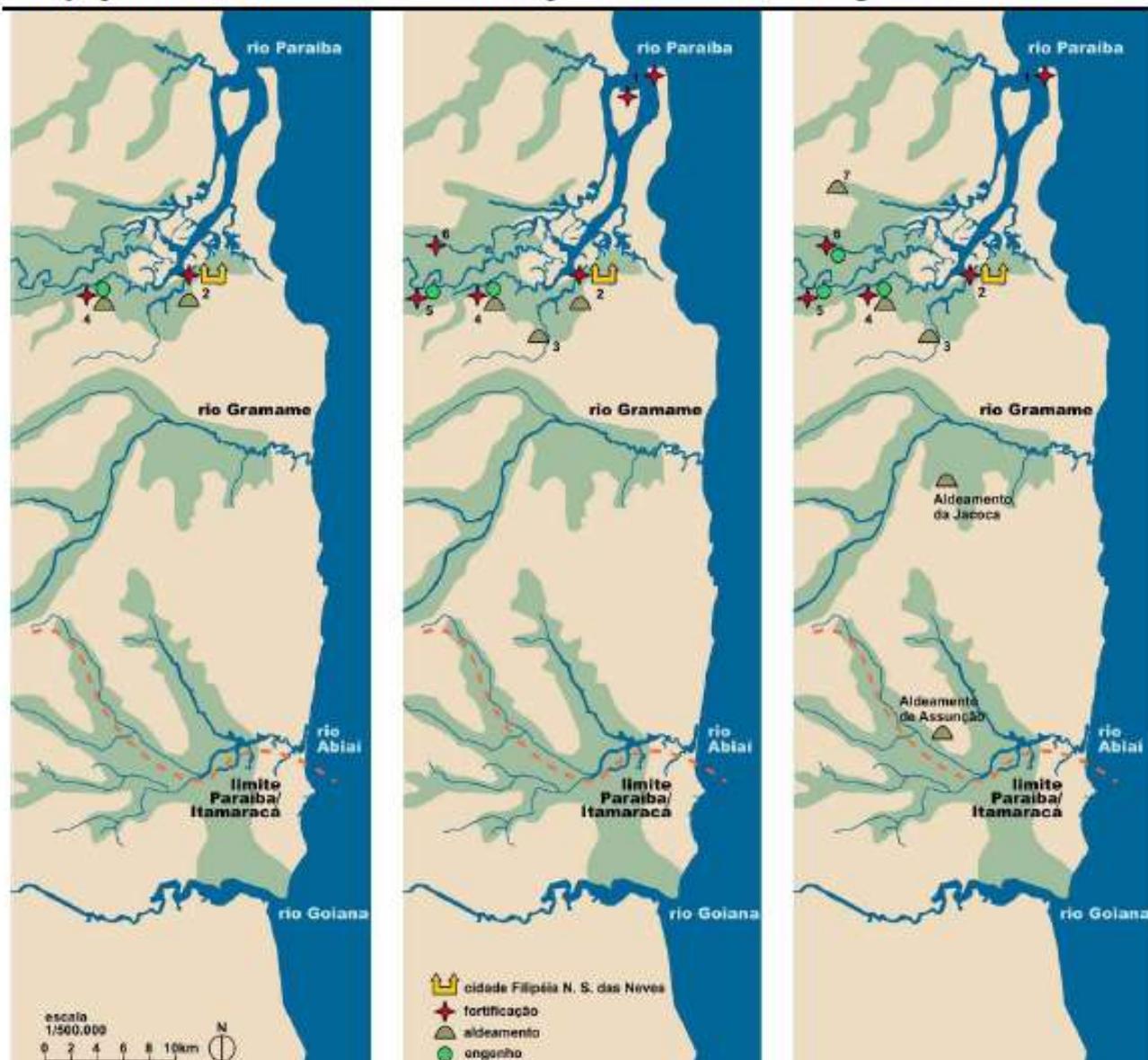


Figura 1.3 ano de 1587

Figura 1.4 ano de 1589

Figura 1.5 ano de 1593

1. Fortim de Manoel de Azevedo (1587-88), na Ilha da Restinga, e Forte de Cabedelo (1589).
2. Cidade da Paraíba (1585), Forte da Cidade (1585) e Aldeamento de Piragibe.
3. Aldeamento do Almagre, para além do rio das Marés.
4. Engenho d'El-Rei, Forte de São Sebastião (1587) e aldeamento de Guiragibe.
5. Engenho Santo André e forte de Diogo Nunes (1588).
6. Forte do rio Inobi (1589) e engenho de Duarte Gomes da Silveira.
7. Aldeamento de Piragibe.

Em todos os mapas, as várzeas propícias à çana de açúcar foram delimitadas pelo cruzamento do relevo de BRASIL (1986) com o *Mapa de Domínios Naturais* de PARAIBA (1985, p. 29). Limite entre Paraíba e Itamaracá baseado em CARPENTIER (1635 in MELLO, 1981-1985, v.2, p. 41). Localização e datação das fortificações baseada em (LINS, 2006, p. 243-246, 260).

Figura 1.3 Pontos associados à ocupação colonial da Capitania da Paraíba em 1587. Observar a cidade e o único engenho, associados, cada um, a um forte e um aldeamento (SUMMARIO, 1983, p. 84, 98).

Figura 1.4 Ocupação colonial da Capitania da Paraíba em 1589. Observar a expansão da ocupação, especialmente o primeiro marco na margem esquerda do rio Paraíba, o forte do rio Inobi. Foram representados apenas os aldeamentos cuja localização é conhecida com segurança. Considerou-se que os dados de MACHADO (1977, p. 114) não são confiáveis.

Figura 1.5 Ocupação colonial da Capitania da Paraíba em 1593. Observar a transferência do aldeamento de Piragibe e a implantação dos aldeamentos de Assunção e Jacoca no sul da Capitania (WILLEKE, 1974, p. 46).

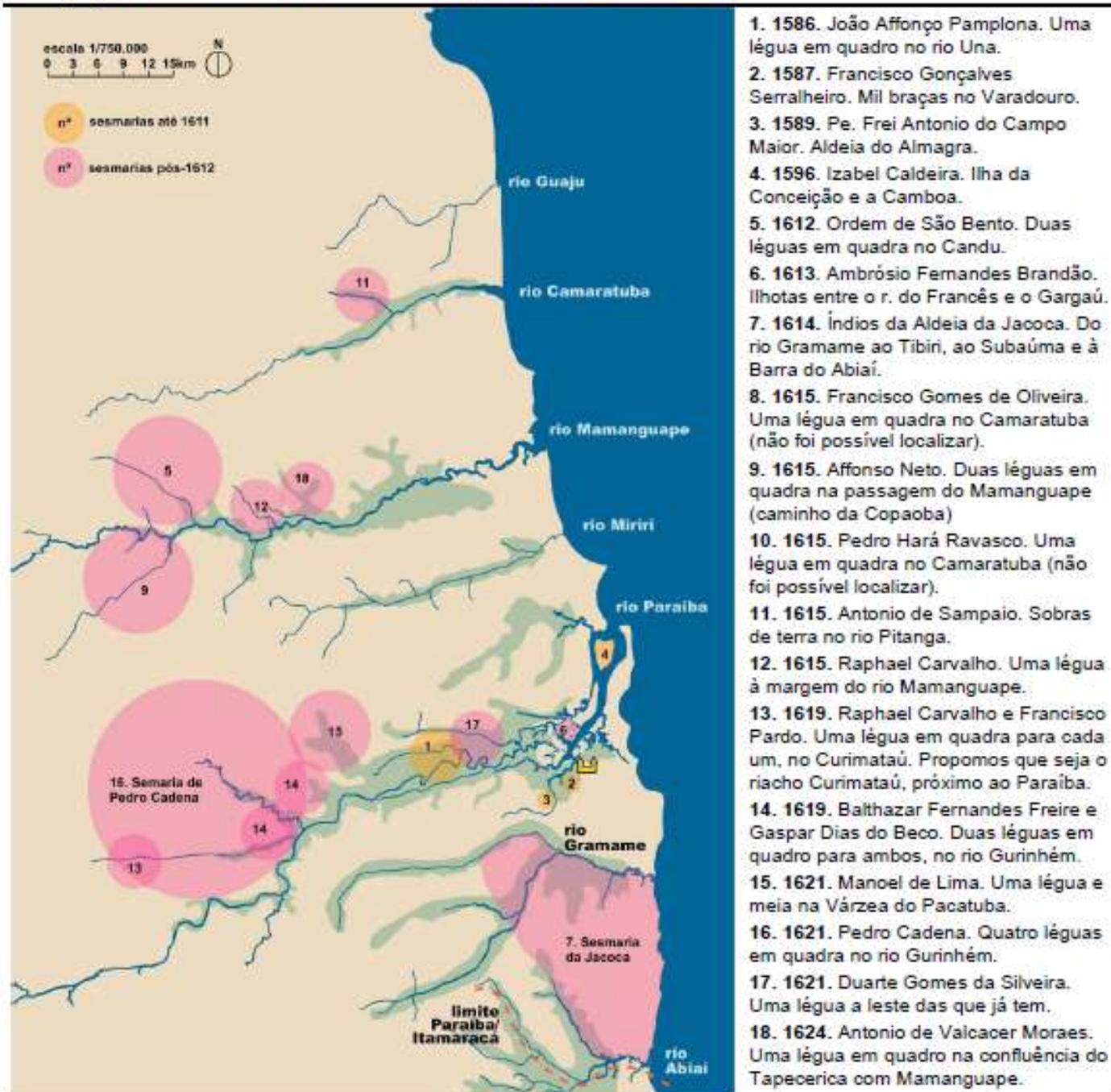
Ocupação da área de estudo >> fortificações, aldeamentos e engenhos >> 1634



Figura 1.6 Pontos associados à ocupação colonial da Capitania da Paraíba em 1634. Observar os aldeamentos ao norte e a oeste do rio Paraíba e a ocupação de quase toda a sua várzea. Observar que, uma vez afastado o perigo indígena, as fortificações se voltam para o rio e o mar, deixando de proteger as fronteiras da terra.

Localização, denominação e datação das fortificações baseada em LINS (2006, p. 254, 260, 263, 265). Aldeamentos baseados em PINTO (1977, p. 45). Foram marcados apenas os aldeamentos cuja localização é conhecida.

Ocupação da área de estudo >> Sesmarias >> 1586-1624



1. 1586. João Affonço Pamplona. Uma légua em quadro no rio Una.
2. 1587. Francisco Gonçalves Serralheiro. Mil braças no Varadouro.
3. 1589. Pe. Frei Antonio do Campo Maior. Aldeia do Almagra.
4. 1596. Izabel Caldeira. Ilha da Conceição e a Camboa.
5. 1612. Ordem de São Bento. Duas léguas em quadra no Candu.
6. 1613. Ambrósio Fernandes Brandão. Ilhotas entre o r. do Francês e o Gargaú.
7. 1614. Índios da Aldeia da Jacoca. Do rio Gramame ao Tibiri, ao Subaúma e à Barra do Abiaí.
8. 1615. Francisco Gomes de Oliveira. Uma légua em quadra no Camaratuba (não foi possível localizar).
9. 1615. Affonso Neto. Duas léguas em quadra na passagem do Mamanguape (caminho da Copaoba)
10. 1615. Pedro Hará Ravasco. Uma légua em quadra no Camaratuba (não foi possível localizar).
11. 1615. Antonio de Sampaio. Sobras de terra no rio Pitanga.
12. 1615. Raphael Carvalho. Uma légua à margem do rio Mamanguape.
13. 1619. Raphael Carvalho e Francisco Pardo. Uma légua em quadra para cada um, no Curimataú. Propomos que seja o riacho Curimataú, próximo ao Paraíba.
14. 1619. Balthazar Fernandes Freire e Gaspar Dias do Beco. Duas léguas em quadro para ambos, no rio Gurinhém.
15. 1621. Manoel de Lima. Uma légua e meia na Várzea do Pacatuba.
16. 1621. Pedro Cadena. Quatro léguas em quadra no rio Gurinhém.
17. 1621. Duarte Gomes da Silveira. Uma légua a leste das que já tem.
18. 1624. Antonio de Valcacer Moraes. Uma légua em quadro na confluência do Tapeçerica com Mamanguape.

Figura 1.7 Sesmarias rurais concedidas na Capitania da Paraíba desde sua fundação até 1624, de acordo com a sistematização dos textos disponíveis, feita por GONÇALVES (2007, p. 238-241). Observar como até 1612 as sesmarias se concentram na várzea e no estuário do Paraíba, e a partir de então se espalham por toda a Zona da Mata da Capitania.

Apenas uma pequena parte das sesmarias concedidas no período é conhecida. Foram desconsideradas as sesmarias urbanas. A localização das sesmarias marcadas no mapa é razoavelmente precisa, e considerou essencialmente a hidrografia e alguns outros elementos geográficos citados nos pedidos. Já os limites e dimensões das áreas concedidas são utilizados como mera referência. Sabendo que as léguas em quadra concedidas não correspondem às medidas efetivadas, optou-se por marcar círculos com diâmetro correspondente à área concedida.

Ocupação da área de estudo >> Mapa de Georg Marcgraf >> c.1640

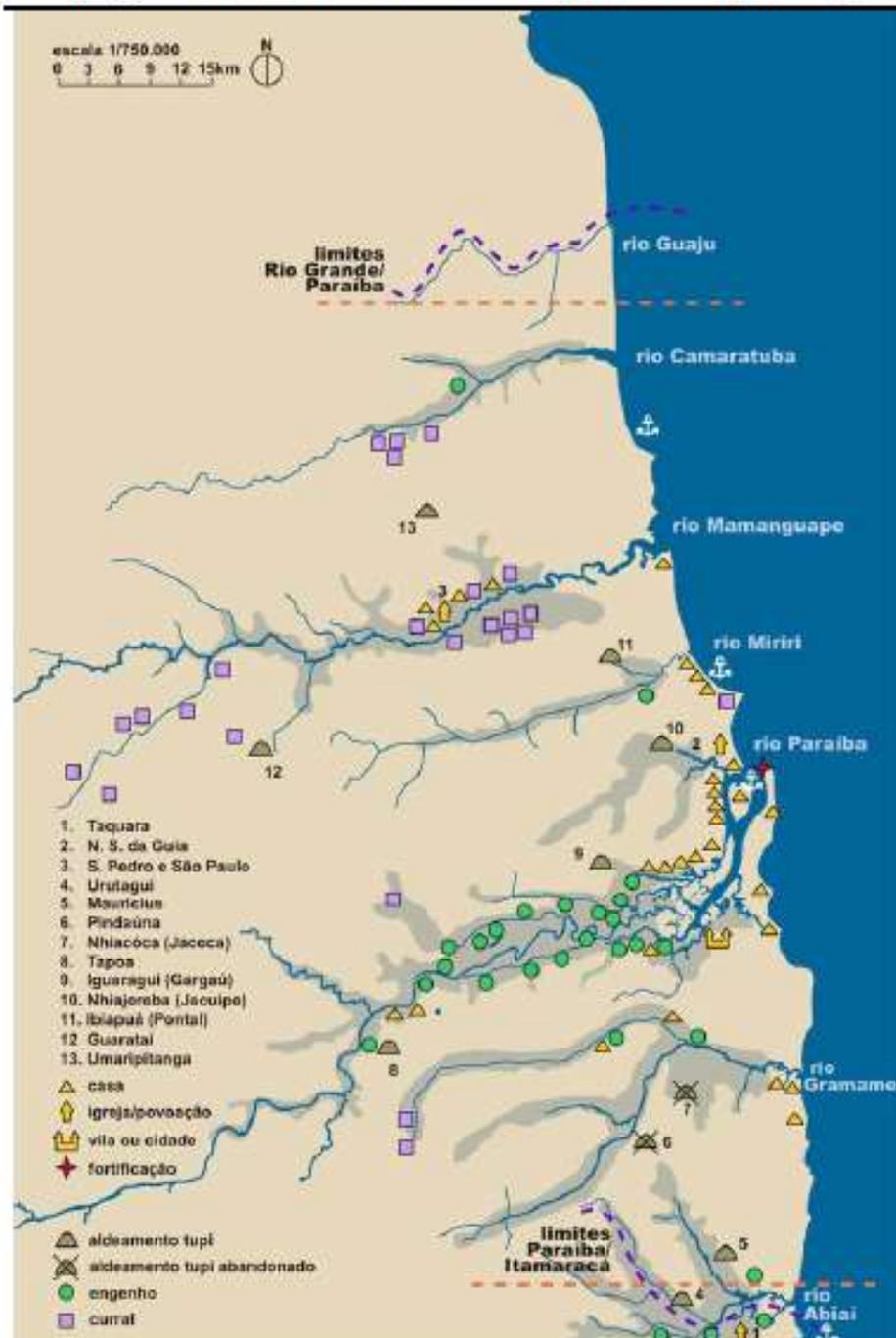


Figura 1.8 Ocupação da Paraíba, c.1640. Redesenho do mapa *Praefecturae de Paraíba, et Rio Grande*, de Georg MARCGRAF (1643, in BLAEU, 2006, p. 206-207). O mapa original corresponde às figuras 9 e 10. Em relação aos mapeamentos anteriores, é possível observar uma maior variedade de elementos de ocupação representados, pois não se trata da colocação em planta de descrições e listagens parciais, mas do redesenho de um mapa que se propõe a uma descrição completa do território.

Observar que o autor registra portos, ocupação isolada ("casas") e currais. Observar o grande número de currais, mas apenas um engenho, nos rios Mamanguape e Camaratuba, enquanto no rio Paraíba a situação é contrária, com predomínio absoluto dos engenhos. Observar a ocupação da Bacia do rio Abiaí, atualmente pertencente à Paraíba, mas que durante o período colonial pertencia, em sua maior parte, a Itamaracá – daí o fato de seus engenhos não aparecerem nas descrições da Paraíba e não serem citados como parte dela.

Mapa 4 - Carvalho, Juliano Loureiro de. Formação territorial da Mata Paraibana, 1750-1808. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008, p. 35.

1.3 – Vila de índios: século XVIII

Durante o século XVIII, tendo sido consolidadas a conquista e a ocupação dos territórios da capitania da Paraíba nos séculos XVI e XVII e a subordinação desta à de Pernambuco, a estrutura produtiva e administrativa da região foi reordenada, trazendo novas formas de organização do espaço e de controle da população indígena aldeada. Estas medidas se consolidam com o Diretório dos Índios, estabelecido pelo Marquês de Pombal para o vice-reino do Brasil em 1758 e que determinava a elevação dos aldeamentos missionários à condição de povoações e vilas de índios, inclusive prevendo a junção de diferentes aldeias para totalizarem a população necessária às novas vilas. Vilas estas que deveriam receber nomes portugueses em substituição dos nomes indígenas das aldeias missionárias. O Diretório também previa que os indígenas adotassem nomes portugueses e proibia que os aldeados fossem chamados por termos pejorativos como *cativo*, *caboclo* e *tapuia*. Eram incentivados os casamentos com colonos brancos e a fixação destes nas terras das vilas, uma vez que as antigas sesmarias tornavam-se patrimônio das respectivas câmaras. A mão-de-obra indígena era assegurada, pois um terço dos homens válidos entre 13 e 50 anos poderia se ausentar das aldeias para prestar serviços aos colonos ou ao governo. E, no parágrafo dezoito alertava-se para que “*não consentindo o uso de aguardente mais que para o curativo, e abolindo inteiramente o uso das juremas contrário aos bons costumes e nada útil, antes prejudicialíssimo à saúde das gentes.*” (Medeiros, 2007, p. 127 e 128, grifos nossos).

A reorganização administrativa do território paraibano passa pela criação de vilas e freguesias, muitas delas, oriundas de antigos aldeamentos. É assim que, obedecendo o diretório pombalino, a partir de 1762, são criadas cinco vilas de índios na capitania, a partir da elevação de aldeamentos pré-existentes: Vila da Baía de São Miguel (Baía da Traição); Vila de Monte-Mor (Preguiça); Vila Nova de Nossa Senhora do Pilar (Cariris/Taipu); Vila do Conde (Jacoca) e Vila de Alhandra (Aratagui). A estes aldeamentos, foram reunidos outros grupos indígenas provindos do interior, em especial do Agreste e Sertão, nas áreas que vinham sendo ocupadas pela pecuária e o algodão. Neste período, a distinção étnica predominantemente operada pelos agentes coloniais dizia respeito à oposição entre índios aliados (*caboclos de língua geral*, os Tupis) e

índios inimigos (*tapuias de língua travada*, os Cariris, Sucurus, Canindés, Coremas, etc.). A Vila do Conde foi formada com *índios de língua geral* da aldeia da Jacoca e *tapuias Panati* vindos do Piancó; e a Vila de Alhandra reuniu duas nações (aldeias) de *língua geral*, a de Aratauhy e a de Ciry (Medeiros, 2007, p. 142 e Carvalho, 2008, p. 132 e 133).

Quadro 3.3 Transferência dos aldeamentos de/para a Paraíba (1761-63), quando da criação das vilas de índios. Em branco, as que permaneceram em seus lugares; em cinza, as transferidas

Aldeamento	Nação	Destino	Fonte
Baía da Traição (PB)	Tupí	elevada a V. S. Miguel	BNRJ, LIVRO, p. 191
Preguiça (PB)	Tupí	elevada a V. Monte-mor	BNRJ, LIVRO, p. 191
Taipu (PB)	Cariris	elevada a Vila do Pilar	BNRJ, LIVRO, p. 191
Jacoca (PB)	Tupí	elevada a Vila do Conde	BNRJ, LIVRO, p. 191
Aratagui (PB)	Tupí	elevada a V. Alhandra	BNRJ, LIVRO, p. 191
Ciri (PE)	Tupí	Alhandra (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Utinga (PB)	Tupí	Vila Flor (RN)	LOPES, 2005, p. 159
Boa Vista (PB)	Canindé e Sucurus	Monte-mor (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Campina Grande (PB)	Cavalcante	Monte-mor (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Piranhas (PB)	Pega	S. José do Mipibu (RN)	LOPES, 2005, p. 150
Brejo (PB)	Fagundes	Monte-mor (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Piancó (PB) (1)	Panati	Jacoca (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Piancó (PB) (2)	Corema	Pilar (PB)	BNRJ, LIVRO, p. 191
Rio do Peixe (PB)	Icó pequeno	Portalegre (RN)	MEDEIROS, 2007, p. 141

Tabela 1 - Carvalho, Juliano Loureiro de. Formação territorial da Mata Paraibana, 1750-1808. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008, p. 133.

Segundo Carvalho, esta concentração da população indígena na Zona da Mata deveu-se a considerações de ordem econômica, reunindo um estoque de mão-de-obra necessário à expansão dos engenhos e garantindo a produção de alimentos complementar à lavoura exportadora.

“Embora tivesse havido aldeamentos por toda a Capitania, optou-se por concentrar os índios na região da Mata, à revelia de seus locais de origem. É provável que as razões dessa estratégia fossem, ao menos em parte, econômicas. A agricultura de exportação e de subsistência que ali se desenvolvia tinha necessidade de mais trabalhadores do que a pecuária dos sertões. O boom do algodão só viria na década seguinte, e a exploração sistemática das matas, apenas no fim do século; mas a produção açucareira encontrava-se em lenta expansão, aparentemente recuperada da crise anterior, e os índios seriam um importante estoque de mão-de-obra para a expansão das lavouras – que veio a se efetivar nas décadas seguintes. Além disso, a

maior capacidade de produção de mantimentos dessas terras permitiria concentrar a população em áreas menores. É esta a única estratégia produtiva identificada nas vilas fundadas; não encontramos as redes regionais de produção especializada apontadas por DELSON (1997).” (Carvalho, 2008, p. 138).

Nesse período, as áreas produtivas mais dinâmicas concentravam-se nas ribeiras do Paraíba e do Mamanguape, enquanto que as principais rotas comerciais demandavam a produção açucareira, algodoeira e pecuária diretamente para o porto do Recife deixando a cidade da Paraíba e seu entorno num relativo isolamento comercial e de vias de comunicação. Nesse sentido,

“O sul da capitania pouco aparece na documentação consultada, por não ter sítios tão importantes para a defesa quanto os do rio Paraíba e da Baía da Traição, e por fazer parte do distrito da cidade (antes da fundação das vilas de índios). Por exemplo, o Mapa do Distrito desta Cidade (BNRJ, 1757) refere os rios do sul da Capitania, e suas barras no litoral, mas não refere engenhos porventura existentes, aldeamentos, população ou produção. Mesmo depois da fundação das Vilas do Conde e de Alhandra, as referências à área são poucas, dificultando seu estudo. (...) a descrição da Capitania feita por Fernando Delgado Freire de Castilho inclui, como de costume, primeiro o rio Paraíba e sua região, depois o rio Mamanguape, e mais quase nada do litoral. Sua única referência ao sul é o porto de Jacumã, mas sem explicar qual é o seu grau de atividade (AHU/PB, [post. 1798]).

Uma parte da “falta de atenção” para com o sul se explica por suas próprias terras, menos propícias aos engenhos do que as do Paraíba e do Mamanguape. Em meados do século XVIII, o frei Amaro da Purificação (missionário do aldeamento da Jacoca, na bacia do rio Gramame) solicita que alguns ocupantes brancos das terras dos índios sejam expulsos. Ele cita documentos que afirmam “não serem terras capazes de engenho e só servirem para mantimentos”, numa série iniciada com uma certidão de João Rabello de Lima, de 19 de dezembro de 1614, em que já se fala sobre aquelas terras “não serem capazes de cana” (AHU/PB, [ant. 1757-out-13]). Esta não é, porém, uma verdade completa. Como é observável no quadro 2.3, desde o século XVII havia engenhos na ribeira do Gramame, e eles continuariam existindo no século XVIII. No século XIX, implantam-se engenhos na própria sesmaria da Jacoca (ARAÚJO, 1865a). As mesmas fontes mostram que, também à margem esquerda do rio Popoca-Abiaí, havia engenhos. Outra prova da exploração econômica desta região é que, no Exame das Matas (IHGB, 1791), as matas de Japungu, Garaú e Alhandra aparecem “cansadas” (figura 2.4).

O único produto da região referido textualmente como importante é a farinha de mandioca. Na seca de 1791-1793, Jerônimo José de Melo e Castro chega a ter uma correspondência hostil com o governador de Pernambuco, disputando a posse de algumas roças no distrito da Vila de Alhandra (IHGP, CORRESPONDÊNCIA 1757-1792, f.48-49, f.49-50). (Carvalho, 2008, pp. 80 e 81, grifos nossos).

Assim, as vilas de índios de Conde e Alhandra, a despeito da presença de alguns engenhos, seguem sendo ocupadas em sua maioria por habitantes indígenas, que vivem do corte de madeiras, da lavoura de mantimentos (mandioca, milho, feijão, etc.) e da

pesca, pouco contribuindo para a produção de excedentes comercializáveis. Esta “*integração falha dos índios à sociedade colonial*” é o que identifica o governador Luís da Mota Fêo e Torres, em 1803, ao falar do comportamento dos nativos que viviam nas vilas:

“Aqueles, porém, que se sujeitam ao estabelecido sistema de viver avilados, subordinados às Leis [...] havendo em cada vila um diretor, um pároco branco, e câmara composta de juizes ordinários e vereadores, em parte índios, em parte Brancos, são sempre pobres, sem alinhamento algum, rústicos, e destituídos de toda civilidade [...] plantam, usando somente da agricultura da mandioca, e outras lavouras da sua sustentação em pequena quantidade, e muito pouco Comércio, e usando também da mesma módica pescaria os que são situados à borda do Mar. (AHU/PB, 1803-set-6)” (citado por Carvalho, 2008, p. 141, grifos nossos).

Seguindo nesta mesma direção, temos as informações do Padre Manoel Ayres de Casal que, em sua Corografia Brazílica, de 1817, descreve como pequenas e medíocres as vilas do Conde e Alhandra, habitadas por índios, brancos e mestiços, dedicados em sua grande parte a agricultura de víveres e a pesca.

“Alhandra, originalmente Urathauhy, Villa medíocre, e bem situada junto ao rio Capibary, obra d’oito milhas ao Nordeste de Goyanna, e duas léguas longe do mar, ornada com uma Igreja Matriz, que tem por Orago N. Senhora d’Assumpção. O povo, que a habita, compõe-se d’Índios, e Brancos, ou puros, ou combinados, agricultores, e pescadores.

Villa do Conde, noutra tempo Japoca, ainda pequena, e sem notabilidades, ornada com uma Igreja Matriz, que tem por Padroeira N. Senhora da Conceição, fica ora de cinco léguas ao Sul da Capital, e perto de quatro afastada do mar. Seus habitantes Índios, Brancos e Mestiços cultivam diversidade de viveres, e bebem d’uma boa fonte.” (Ayres de Casal, Corografia Brazílica, 1817, p. 204)

De acordo com a análise de Carvalho, as vilas de Alhandra e Conde pouco cresceram ao longo do século XVIII, situadas à margem da principal estrada que corta a região e com sua economia voltada para a produção de mantimentos, guardando grande parte das suas características de aldeamentos coloniais.

“Neste mesmo contexto, poder-se-ia esperar que pelo menos as três vilas de índios muito próximas à estrada norte-sul da Mata paraibana (Monte-mor, Conde e Alhandra) pudessem fazer parte deste circuito comercial fortalecido do fim do século XVIII – mas não o fazem: desde o início plantadas à margem da estrada, permanecem como tal. O caminho que, saindo de Goiana, passa por Alhandra, Conde e chega à cidade da Paraíba nunca deixa de ser um ramo secundário do caminho principal ligeiramente a oeste, que parte diretamente de Goiana para Mamanguape, sem o desvio que corresponderia a passar pela cidade (figura 4.1). Fica evidente, mais uma vez, a pouca integração das vilas pombalinas ao comércio e à sociedade coloniais (ou seja, a permanência de características funcionais dos aldeamentos).” (Carvalho, 2008, p. 151, grifos nossos).

“Outra questão importante é que, como veremos, de maneira geral, os aldeamentos da Paraíba pouco mudaram, fisicamente, quando de sua elevação a vilas. Analogamente, tiveram crescimento muito lento, ou mesmo nulo, a partir de então. Assim, quando buscamos a segunda metade do século XVIII, estamos encontrando mais longas permanências do que exatos retratos instantâneos. Ou seja: nos deparamos com formas que vinham ainda dos aldeamentos, continuaram existindo quando fundadas as vilas, e persistiram ainda até chegar ao século XX.” (Carvalho, 2008, p. 153, grifos nossos)

O pouco adiantamento das vilas de índios também era resultado do aumento da exploração da mão-de-obra indígena pelo Estado e pelos senhores das terras próximas aos aldeamentos. Assim, as vilas serviam como reservatórios de mão-de-obra e produção de alimentos, complementando as atividades comerciais da zona monocultora.

“Os índios da várzea do Paraíba eram comumente utilizados tanto para reparar as fortalezas, como para extraírem as madeiras destinadas a El-Rei, sendo contratados pelo regime de jornal ou de empreitada. Eram ainda explorados pelos senhores de engenho que possuíam terras perto dos aldeamentos de modo que tal prática chegou a motivar a denúncia do Governador da Capitania em 1795, de que os índios estavam sendo explorados na agricultura e não apenas os solteiros, mas também os “cabeça de casa”.”

Essa farta mão-de-obra indígena ficava muito próxima da Cidade da Paraíba e conseqüentemente da várzea ocupada pelos engenhos. Eram as vilas de índios de Jacoca, Alhandra e Taquara, ao sul da Capital e ao norte os índios já dispersos da antiga aldeia da Utinga, espalhados em pequenos sítios na região de Livramento, Cabedelo e Lucena. Havia ainda as vilas de São Miguel da Baía da Traição e Monte-mór da Preguiça, cuja população indígena era utilizada pelos moradores da próspera povoação de Mamanguape. Eram eles os índios deslocados para cortar as madeiras de lei do alto Mamanguape e do Brejo.” (Nascimento Filho, 2006, p. 63, grifos nossos)

Os mapas a seguir, elaborados por Carvalho, ilustram esse período com suas transformações e continuidades.

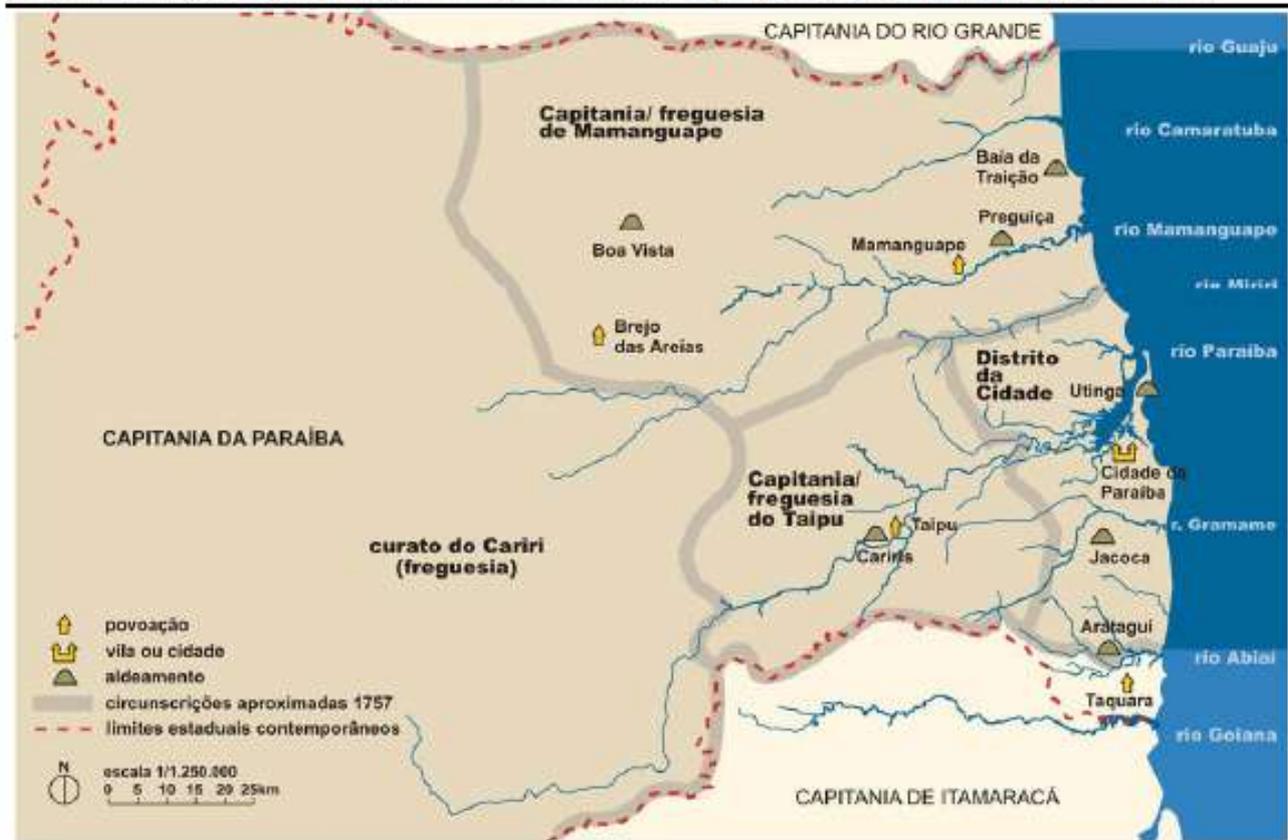
(re)Organização do território >> Circunscrições religiosas/ administrativas >> 1757

Figura 3.1 Circunscrições administrativas aproximadas da área de estudo em meados do século XVIII, de acordo com as descrições da BNRJ (1757). Observar que, apesar de existirem divisões entre o distrito da Cidade e as capitanias do Taipu e Mamanguape (e o Curato do Cariri, fora da área de estudo), há apenas um termo municipal (um termo de concelho): o da cidade da Paraíba. Só foram representados aldeamentos e povoações da área de estudo; seus nomes aparecem como estão no documento-fonte.

Foi feita uma retrospectiva dos limites municipais da área de estudo até meados do século XIX, com dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (PARAÍBA, 1997), mas ela serviu apenas como referência vaga, não resolvendo a questão destes limites, dadas a extinção das vilas do Conde e Monte-mor durante o século XIX, e a evidente reestruturação dos termos dos municípios ao longo do tempo. Assim como na figura 2.1, mais útil foi a delimitação inicial da freguesia do Taipu, em 1745 (AHU, 1756-jan-17), que referia a estrada das boiadas, traçada de acordo com MARCGRAF (1643 in BLAEU, 2006).

Relação dos lugares, povoações, da Capitania de Mamanguape (...) (BNRJ, 1757). As referências adotadas a partir da fonte foram, ao norte, o rio dos Marcos e, ao sul, o rio Miriri. As medidas em léguas utilizadas estão bastante equivocadas, mas são coerentes entre si (cerca de 3km). Com isso, foi possível estimar o comprimento da capitania em cerca de 112,5km, o que corresponde aproximadamente ao que era o fim dos termos municipais de Areia e Bananeiras em meados do século XIX, e também ao fim das microrregiões contemporâneas associadas ao Brejo. Estas coincidências dão um sentido geográfico maior ao termo do século XVIII. Confirmando o termo a oeste obtido pela medição em léguas, o documento coloca o Brejo das Areias e a serra das Cabeças como seus limites nesta direção. Também se afirma que as nascentes do rio Mamanguape estão no curato do Cariri (fora da Capitania de Mamanguape), o que determina seus limites ao sul, quando já não existe o rio Miriri para cumprir esta função.

Mapa do distrito desta cidade (BNRJ, 1757). A referência mais útil encontrada foi do limite ao sul, na faixa litorânea, pelo rio Popoca (o que acaba com possíveis dúvidas quanto à questão, neste momento). Os outros limites foram delineados a partir das capitanias do Taipu e Mamanguape.

Relação da Capitania do Taipu (BNRJ, 1757). Suas medidas em léguas também são imprecisas, mas coerentes entre si. Feitas as adaptações, seus limites a Oeste coincidem aproximadamente com o que cem anos depois seriam os limites do município de Pilar com Campina Grande. Ao norte fica a capitania de Mamanguape, e ao sul, Pernambuco. As povoações citadas, uma a uma, no documento, confirmam estes limites. Os limites a leste foram traçados também tomando como referência as povoações citadas (de difícil localização), e a estrada das boiadas, de acordo com a delimitação inicial da freguesia do Taipu, de 1745 (AHU/PB, 1756-jan-17).

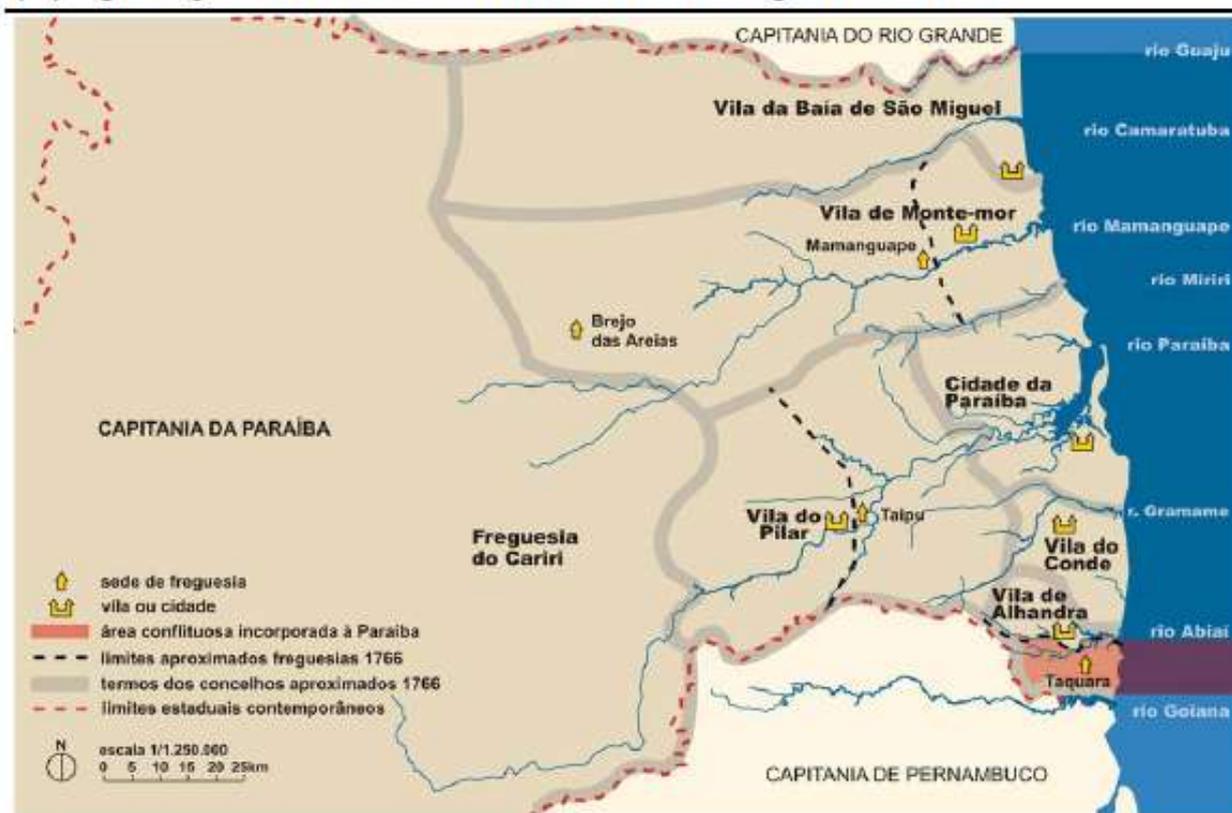
(re)Organização do território >> Termos de vilas e freguesias >> 1766

Figura 3.2 Vilas da área de estudo com seus termos e subdivisões em freguesias, em 1766 (AHU/PB, 1766-jul-21). Observar que agora, com as cinco novas vilas, existem seis termos municipais, com suas câmaras e freguesias correspondentes. As vilas do Pilar, de Monte-mor e de Alhandra apresentam, cada uma, além da freguesia com sede na vila de índios, mais outra, fundada anteriormente, com sede em povoação de brancos. Observar também que as vilas, quando criadas, se baseiam no mosaico já existente de freguesias e capitanias-mores.

A vila de Alhandra (ao norte do rio Popoca, e, portanto, na Paraíba) é criada incorporando a freguesia de Taquara (ao sul do rio Popoca, na capitania de Itamaracá), gerando uma área de conflito entre as duas capitanias.

O principal documento que baseia o desenho são as descrições dos termos das vilas de Monte-mor, Baía da Traição, Pilar e Conde, assinadas por João do Couto Silva em 1766 (AHU/PB, 1766-jul-21). Estas informações foram sobrepostas às circunscrições existentes (BNRJ, 1757, ver figura 3.1). O termo da vila do Pilar corresponde aos antigos limites da Capitania do Taipu. A medida da extensão, até seu limite oeste, das vilas da Baía de São Miguel e de Monte-mor corresponde ao antigo limite oeste da Capitania de Mamanguape. As medidas da largura do termo de cada uma delas, relacionada com o tamanho de suas costas, permite afirmar que a Vila de Baía é mais larga na costa e rapidamente se estreita, para coincidir com o rio Camaratuba. As referências apontadas para a vila do Conde são a estrada das Boiadas, a barra do rio Gramame, e os limites da freguesia de Taquara, ao sul. Para determinar os limites da Vila de Alhandra foram utilizadas a sesmaria dos índios da Jacoca (AHU/PB, [ant. 1757-out-13]), e o rio Goiana, ao sul. Para determinar os limites entre as freguesias de Alhandra e de Taquara, foi utilizado o rio Popoca.

As divisões apontadas entre as freguesias do Pilar e do Taipu, e entre as de Monte-mor e Mamanguape são hipotéticas.

A antiga capitania de Itamaracá foi anexada a Pernambuco em 1764 (NEVES, 2006, p.3).

(re)Organização do território >> Transferências aldeamentos-vilas >> 1761-1763



Figura 3.3 Transferência da população indígena dos aldeamentos para as novas vilas, 1761-1763. Observar como a população de nações não-tupis, do interior, é obrigada a conviver com os tupis do litoral.

Foram representadas apenas as transferências que envolvem o território paraibano, ou como origem ou como destino. Os aldeamentos que foram elevados a vilas aparecem no mapa já com seu novo nome. Os aldeamentos do oeste da Capitania foram localizados com base em CONSERVA (2007, p. 51).

A Capitania de Itamaracá, anexada definitivamente à de Pernambuco em 1764, é representada porque ainda existia quando da transferência destas populações.

Três regiões consolidadas >> Cidade e vilas ao sul >> c. 1756-1806



Figura 4.2 Bacias dos rios Gramame e Abiaí no início do século XIX, com as vilas do Conde e Alhandra implantadas sobre os tabuleiros, e não à beira-mar. Observar a existência de duas estradas no sentido norte-sul: a oeste, a principal, que vai diretamente de Pernambuco para Mamanguape e o Rio Grande; mais a leste, a que passa pelas vilas de Alhandra e Conde e pela cidade da Paraíba. Rede de estradas determinada a partir de ARAÚJO (1866a; 1866b).

1.4 – A lei de terras e a extinção dos aldeamentos: século XIX

No século XIX, o Brasil tornou-se um país independente, sob o regime monárquico. Nesse período, as relações com os povos indígenas vão se encaminhar para uma radicalização das tentativas de assimilação e diluição dos nativos na população geral, por força de leis, medidas oficiais e de um projeto ideológico de construção da nacionalidade.

O interesse pelas terras dos aldeamentos de índios vai crescer e os grupos de proprietários de terras e políticos pressionarão cada vez mais pelo fim dos direitos que os índios possuíam sobre as datas de sesmarias dos antigos aldeamentos missionários.

Assim, as elites locais utilizaram-se de diversos meios para garantir a ocupação daquelas terras que haviam sido doadas ao patrimônio das aldeias. Os aforamentos, arrendamentos, invasões e expulsões de índios serão cada vez mais intensos. São fazendas, engenhos e até colônias de retirantes da seca que se instalam nas terras das aldeias dos índios.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992), no decorrer do século XIX "*a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras*" (p.133). Nas áreas de colonização mais antiga operou-se o esbulho das terras indígenas, despojando suas populações do recurso mínimo à sobrevivência. Uma outra característica do período, apontada pela autora, é o estreitamento da arena política onde se desenrolava a administração dos aldeamentos. Ao vazio de legislação, que dura de 1800 até 1845, quando é promulgado o regimento das missões, somavam-se a dependência direta dos missionários ao poder central do Império e a criação das diretorias de índios nas províncias como forma de garantir às oligarquias locais o controle na aplicação das políticas indigenistas.

Toda a pressão exercida sobre as terras indígenas situava-se dentro de uma conjuntura maior que buscava restringir o acesso à propriedade fundiária de uma população livre - escravos libertos, índios, negros e brancos pobres - e convertê-los na massa de mão-de-obra necessária ao latifúndio agroexportador (Cunha, 1992, p. 144; Nascimento Fº, 2006, p.111). Um dos processos políticos mais importantes do segundo império foi aquele que associou políticas diversas de regularização da propriedade

fundiária com outras de controle da população administrada pelos órgãos de estado e do poder local: discriminação das terras públicas, libertação dos escravos, imigração estrangeira, implantação de colônias (agrícolas, militares, indigentes, órfãos etc.), catequese e extinção dos aldeamentos. O principal instrumento dessas políticas foi a Lei de Terras de 1850, que formulou os procedimentos jurídicos responsáveis pela regularização da propriedade fundiária no Império.

1.5 – A ação do engenheiro Justa Araújo

Na Paraíba, o marco desse processo é a demarcação das terras dos índios na década de 1860, pelo engenheiro Antônio Gonçalves da Justa Araújo. Este engenheiro é o ator social responsável pela regularização da ocupação fundiária nos antigos aldeamentos de Alhandra (Aratagui), Conde (Jacoca), Monte-Mór (Preguiça), Baía da Traição e Pilar. Era da competência de Justa Araújo não só a demarcação das antigas sesmarias e a distribuição de lotes entre os índios casados, mas também a avaliação e regularização das posses de particulares e dos arrendamentos porventura existentes nelas. Trabalho que ele realizou entre os anos de 1864 e 1871.

A documentação sobre este processo está guardada no Arquivo Nacional (RJ) e no Arquivo Público Estadual (PB), consta de relatórios de atividades, cartas dos índios, plantas, mapas demonstrativos, ofícios, tabelas e notícias e notas publicadas em jornais da época.

Enquanto uma política geral do Império para a regularização fundiária a ação do engenheiro Justa Araújo possuía grande respaldo político e não era desconectada de outras ações do mesmo tipo como as de criação de colônias de imigrantes e trabalhadores. Inclusive, Justa Araújo, quando chega à Paraíba, já vem de uma experiência de demarcação de terras de aldeamentos na província do Ceará onde demarcou as terras das sesmarias de Soure, Messejana e Parangaba, entre os anos de 1860 e 1864 (Porto Alegre, 1994). Fazia parte do “staff” oficial de engenheiros que compunham as comissões demarcadoras de terras. Essas comissões tinham que, entre outros objetivos:

“(...) proceder à verificação, medição ou aviventação e demarcação das terras originariamente concedidas a alguns aldeamentos de índios, e que têm sido indevidamente ocupadas por indivíduos, sob diversos pretextos, e por motivos reprovados.” (AZAMBUJA, 1862, p. 5)

O contexto no qual o engenheiro realiza a demarcação das sesmarias dos índios na Paraíba é marcado pelo assédio constante que as câmaras de vereadores mantinham sobre os patrimônios territoriais indígenas buscando revertê-los para o seu controle. Desde 1862, havia ordens imperiais para a extinção dos aldeamentos, a distribuição de lotes e a regularização da situação dos ocupantes não-indígenas com o arrendamento ou a venda das terras que pretendiam. Segundo Nascimento Filho (2006), em meados do século XIX essa era a situação do

“(...) patrimônio da Câmara Municipal da Vila do Conde, cujas terras foram aforadas a índios e homens livres pobres no final do século XVIII. Tais terras, devido à extinção da Vila do Conde em 1846 e imediata anexação ao termo da Cidade da Paraíba, passaram para a administração dessa última, porém tais glebas cujos arrendamentos e aforamentos rendiam diminutos recursos eram mais um aborrecimento que uma fonte de renda para a câmara municipal, que se apropriou da administração da antiga Vila sem interferir diretamente em nada que tivesse importância. Tais aforamentos e arrendamentos raramente eram cobrados.” (Nascimento Filho, 2006, p. 139)

A ocupação das terras das vilas de índios no século XIX vinha se fazendo do mesmo modo que nos séculos anteriores, com ênfase na produção de açúcar, mantimentos e exploração das matas, como podemos ver nesta notícia sobre

“Alhandra, onde ainda segundo Beaurepaire Rohan a indústria consistia na “fabricação do açúcar, da farinha de mandioca, de óleo de Batiputá, e na plantação do feijão, milho, frutas, na pesca, no comércio, em alguma navegação de cabotagem, etc e em alguns artefatos de palha e vime (indústria dos índios, como esteiras, abanos, peneiras, a que dão nome de urupemas).” (Nascimento Filho, 2006, p. 131)

Esse período é marcado pelas queixas dos indígenas que se diziam vítimas de esbulhos que eram praticados por brancos interessados nas suas terras. É assim que em 1854 uma queixa do *Regente dos Índios* da povoação do Conde é contestada pelo subdelegado de polícia da mesma vila.

“Em resposta ao ofício de V. S.^a de 16 do corrente em que de mim exige informações acerca da queixa que me dizem em seu citado ofício haver feito o Regente dos índios desta povoação Francisco Alves de Carvalho ao Exmo. Presidente da Província contra o Tenente-Coronel Manoel Florentino Carneiro da Cunha, de haver este não só obstado de morarem e plantarem alguns índios em seus sítios – Barra de Grau - , e em outros muitos lugares, como até de usarem de pescarias, tenho de informar a V. S.^a que, sendo o motivo de uma tal queixa até aquela data por mim ignorada, passei mui séria e circunstanciadamente a indagar a respeito de tal objeto, e , tendo obtido em resultado o perfeito conhecimento de ser aquela queixa inteiramente falsa e caluniosa, assim o levo ao conhecimento de V. Sa., perante quem seja-me lícito ponderar, que é em verdade sobremaneira revoltante que aquele Regente, abusando dessa graduação que diz exercer a respeito dos índios entre os quais vive, mas trepidasse em ter o arrojo, e a inqualificável ousadia de avançar a tamanha falsidade e perante a primeira autoridade da Província. É, pois, também que se me oferecer informar a V.S.^a com que mais aproveitando-me deste oficial ensejo, respeitosamente me congratulo. (APEPB. Cx. 032 (1854). citado em Nascimento Filho, 2006, p. 160-161, grifos nossos)

Outra queixa, desta vez de 1859, é contra o tenente-coronel Antônio Quirino de Souza acusado pelo jornal “A Imprensa” de ter espancado alguns índios,

Em cumprimento do Aviso reservado de V.Excia. expedido em 17 de maio último, relativamente a denúncia, que o n.º 135 da “Imprensa” fez de atos de barbaridade praticadas pelo Tenente-Coronel Antônio Quirino de Souza contra os índios da Freguesia da Jacoca, tenho a honra de apresentar a V.Excia. o incluso ofício por cópia do Dor. Chefe de Polícia, a quem mandei sindicarem da exatidão de semelhante denúncia. Dele V. Excia. se servirá de ver que algumas violências se tem dado da parte do dito Tenente-Coronel contra os índios, no intuito, diz ele, de manter o seu direito: mas não tem havido até hoje espancamentos, nem ofensas. Os índios queixaram-se do Tenente-Coronel ante o Juiz Municipal do termo desta capital, e o processo corre a seus termos. O referido artigo da “Imprensa” exagera, e da importância demasiada a questão, que aliás já foi competentemente decidida, como consta do Aviso do Ministério do Império, expedido pela Repartição Geral de Terras Públicas em 15 de julho próximo pretérito.² (citado em Nascimento Filho, 2006, p. 160-161, grifos nossos)

² Correspondência reservada do Presidente da Província da Paraíba Ambrósio Leitão da Cunha ao Barão de Muritiba, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça em 12 de agosto de 1859, tratando dos supostos maus-tratos que estavam sofrendo os índios da Jacoca. Livro para registro da

Estes dois tenentes-coronéis, acusados de cometerem violências contra os indígenas, reaparecerão nos documentos da comissão do engenheiro Justa Araújo, em 1865, desta vez como beneficiários de posses de terras no perímetro da sesmaria e que foram regularizadas pela ação do mesmo comissário. Manoel Florentino Carneiro da Cunha³ ocupa como foreiro as posses de terras denominadas de Jacumã, Garaú e Jundiahy, além de possuir o engenho Abiay, localizadas ao sudeste da sesmaria; e Antônio Quirino de Souza beneficia-se das posses dos Curraes, Utinga e do Patrimônio de Nossa Senhora dos Prazeres, antigamente pertencente aos frades beneditinos, localizadas ao noroeste. Em jornais da época, o conflito de Antônio Quirino de Souza com os índios deu-se por causa das terras da posse da Utinga.

Tais conflitos foram registrados ao longo do século XIX para diversos aldeamentos da província (ver Baumann, 1981, pp. 56-61) e não se restringiam apenas à Vila do Conde, embora esse fosse o caso mais emblemático onde

“...a situação precária dos índios se agravava com a Lei 601 (de 1850 – Lei de Terras), que incitara a muitos a expulsarem os índios de seus territórios, especialmente quando, já rendeiros de suas terras, procuravam legalizá-las, afirmando que aí já não existiam índios aglutinados. O caso dos índios de Jacoca é um exemplo dessa situação quando os índios, não obstante o apelo feito ao Imperador, perdem suas terras. (Baumann, 1981, p.59, Parênteses nossos).

As queixas indígenas chegaram até a Corte Imperial e data de 8 de fevereiro de 1862, a ordem oficial para que o Presidente da Província proceda à extinção dos aldeamentos através de ações de medição, demarcação, loteamento de terras para os índios, regularização de posses e venda das demais partes que sobraem. Atividades estas a serem realizadas por um engenheiro a ser especialmente nomeado para a função.

correspondência reservada da Presidência da Província com as autoridades e pessoas de fora da mesma Província. Jun de 1859 - mar de 1864. cf. APEPB.

³ Este senhor de engenho era o pai do futuro Barão do Abiahy, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, notório político do Império e que chegou a ser Presidente da Província da Parahyba.

“Sua Majestade o Imperador, a quem foram presentes as petições dos índios dos diversos aldeamentos dessa Província, que amargamente se queixaram do esbulho das terras do patrimônio, que primitivamente foi parte das câmaras de alguns municípios, considerando, a vista das informações, que as acompanharam, que os mesmos índios se acham na circunstância de entrarem no jogo dos direitos que competem a todos os brasileiros, houve por bem determinar, ouvido o parecer do conselheiro consultor dos negócios deste ministério, que seja V. Excia autorizado a extinguir os referidos aldeamentos, distribuindo a cada família no ponto, onde já possua casa e lavoura, bem como os solteiros maiores de vinte e um anos, que tenham economia separada, terreno suficiente, que não abranja mais de sessenta mil e quarenta braças quadradas e seja em geral de vinte e duas mil e quinhentas, que ficarão sendo propriedade desses indivíduos depois de cinco anos de efetiva residência e cultura, cessando, depois de feita esta distribuição de terreno, toda a jurisdição do Diretor Geral e dos diretores parciais sobre o território e habitantes das Aldeias. Oportunamente será nomeado um engenheiro que, a vista das competentes instruções, terá de ser por V. Excia. encarregado assim da medição e demarcação dos lotes, como dá aviventação dos sesmos das sesmarias pertencentes aos referidos aldeamentos, devendo as terras que sobrarem, logo que terminarem os contratos de arrendamento, a que por ventura estejam sujeitos, ser vendidos pela Tesouraria da Fazenda de acordo com as determinações de V. Excia. a quem mais vantajosas condições oferecer para este fim, aquela repartição averiguará quais sejam os terrenos arrendados e quais os desembaraçados, e tomará as contas de receita e despesa havidas nos estabelecimentos, considerando nulos quaisquer aforamentos de terras de aldeias feitas pelas câmaras municipais ou quaisquer outras autoridades. O que tudo comunico a V.Excia. para sua inteligência e devida execução” ⁴(Citado em Nascimento Filho, 2006, p. 161, grifos nossos).

No ano de 1864 anunciam-se as medidas próximas para a realização da ordem imperial. Primeiro, o Presidente da Província pede o levantamento das terras em posse dos índios e as arrendadas nos quatro aldeamentos do litoral,

“Em 11 de abril de 1864, o ‘Publicador’, jornal oficial da Província da Paraíba, no Expediente diário do Palácio, publica a seguinte Circular: ‘Cumprido que V. Sa. informe, com urgência a esta presidência se os índios de Jacoca, Alhandra, Baía da Traição e Montemor se acham na posse de suas terras que lhes foram dadas para seu uso (...) se tem sido dadas com arrendamento quando e qual a aplicação que tem tido este dinheiro...’” (Baumann, 1981, p. 61)

⁴ Ofício enviado pela Diretoria das Terras Públicas e Colonização, do Ministério da agricultura, Comércio e Obras Públicas, na pessoa de Bernardo A. N. de Azambuja ao Presidente da Província da Paraíba Manoel Felizardo de Souza e Melo, datado de 08 de fevereiro de 1862, comunicando a decisão de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, extinguir os aldeamentos. APEPB. Cx. 045 (1864).

Posteriormente, em 05 de novembro de 1864 o Presidente da Província é avisado da chegada iminente do engenheiro que realizará a demarcação das terras indígenas.

“...tenho encarregado o Bel. Antônio Gonçalves da Justa Araújo, que seguirá para aí, de proceder à medição e descrição em referência aos terrenos de domínio particular nas sesmarias, que constituem aquele patrimônio, verificando e fixando os limites tanto dos aforamentos e arrendamentos ora existentes e outros títulos, como das posses alegadas pelos índios, colocando os necessários marcos no intuito de se evitarem dúvidas futuras, e observando, quanto for possível, os preceitos dos regulamentos de 30 de jan. e 8 de maio de 1854 e Instruções de 19 de dez de 1855, para que assim se satisfaça a recomendação do dito aviso. Afim de prevenir embaraços ao mencionado engenheiro no desempenho de sua comissão, convém que V. Excia. o nomeie Juiz comissário, estabelecerá um prazo para a medição das terras sujeitas á revalidação ou legitimação, sendo certo que segundo o disposto no Decreto n.º 2105, de 13 de fev. de 1858, compete ao mesmo Juiz Comissário intervir nas questões de terras, que confinam com as devolutas, sujeitas ou não as supracitadas formalidades. Ao referido engenheiro mandará V. Excia. abono pela gratificação mensal de 200 mil reis.” (Citado em Nascimento Filho, 2006, pp. 161-162)

Em janeiro de 1865, o engenheiro Justa Araújo chega à Paraíba e se apresenta ao Presidente da Província, por quem é nomeado Juiz Comissário e logo realiza um levantamento inicial das terras dos antigos aldeamentos, produzindo um ofício e um mapa descritivo (tabela), onde constam informações referentes a sete aldeamentos⁶. Logo depois, faz publicar anúncios convocando todas as pessoas estabelecidas nestes terrenos a apresentarem os documentos que comprovassem seus direitos. Os trabalhos de campo começam já em fevereiro pela sesmaria da Jacoca, que é a maior de todas e onde há mais conflitos.

“Ilm.º e Exm.º Sr. Diretor Geral da terceira Diretoria das Terras Publicas e Colonização. Cumpre-me levar ao conhecimento de V.Ex.ª, que chegando a esta Capital no dia 1º do corrente mês, e apresentando-me no seguinte ao Exm.º Presidente da Província por quem fui nomeado Juiz Comissário, dei principio aos trabalhos da Comissão, que me foi confiada pelo Governo Imperial, por Aviso do Ministério de Agricultura Comercio e Obras Públicas de 5 de novembro do ano p. findo, da maneira porque passo a expor a V.Ex.ª, sem dados e documento exatos, pelos quais me pudesse guiar para proceder com acerto na medição e demarcação dos perímetros das sesmarias, que constituem os patrimônios de terras dos extintos Aldeamentos de Indios destas Províncias, únicos, que só deveria encontrar no

⁵ Ofício enviado pela Diretoria das Terras Públicas e Colonização, do Ministério da agricultura, Comércio e Obras Públicas, na pessoa de José Liberato Barros ao Presidente da Província da Paraíba, datado de 11 de novembro de 1864, comunicando as medidas que deveriam ser tomadas para regulamentar a situação das terras dos antigos aldeamentos. APEPB. Cx. 045 (1864).

⁶ A saber: Jacoca, Alhandra, Boltrin (Pilar), Pegado (Alagoa Nova), Boa Vista, Monte-Mor e São Miguel da Baía da Traição.

livros, em que no principio do século passado se faziam aqui as inscrições dos títulos de concessões de terrenos, tratei, sem perda de tempo, de procura-los nos mencionados livros, desprezando as informações parciais, e muitas vezes opostas, que me foram fornecidas, de individuos interessados em ocultar a verdade. Depois de um penoso trabalho, as minhas investigações foram em parte coroadas de feliz resultado; porque no Arquivo da Secretaria do Governo encontrei os títulos de concessão do patrimônio do Aldeamento do =Boltrin= no Município da Vila do Pilar, o qual consta de quatro léguas quadradas de terras, e o da Boa Vista, com uma légua quadrada, no termo de Bananeiras. Além desses descobri os da =Jacóca= cuja área é de quinze léguas quadradas, no Arquivo da Câmara Municipal, entre papeis em desordem, que foram transportados da extinta Vila do Conde, hoje pertencente ao Município da Capital, e que se supõem desaparecidos. Achei por ultimo, ainda na Secretaria do Governo. uma carta de data e Sesmaria de três léguas de terras concedidas em 12 de janeiro de 1738 aos Indios do Aldeamento denominado do =Pegado= que julgo ser o do termo de Alagoa-nova atualmente abandonado. Infelizmente porém, quanto as terras dos patrimônios dos Indios da Alhandra, de S. Miguel da Bahia da Traição e do Monte-Mor no Mamanguape, nada encontrando, além das informações relativas as suas areas e limites, vejo-me obrigado a aceita-las em falta dos respectivos títulos, que deviam existir pelo menos nos livros de registros das Câmaras dos Municípios a que pertencem. Pelo quadro junto, resultado das minhas indagações, verá V.Ex.^a. o que há de real nesta Província relativamente a Aldeias de Indios e seus patrimônios, cujas áreas de terrenos reunidas montam a 50 – léguas quadradas. Finalmente depois deste meu procedimento, que julguei indispensável, convidei por meio de anúncios a todas as pessoas estabelecidas nesses terrenos a apresentarem-me seus títulos, a fim de inteirar-me dos direitos que assistem a cada um, marcando-lhes um prazo razoável, que se findará no último dia do corrente mês, que e quando devo dar principio aos trabalhos do Campo, começando pela medição e demarcação do perímetro do patrimônio dos Indios da =Jacóca= que, sendo o mais próximo da Capital, é de todos o mais importante, como já disse, pela sua extensão e pelas questões que diariamente ali se agitam. Pelo pouco tempo e conhecimento que tenho da Província, na posso dar agora a V.Ex.^a., como desejava, informações verdadeiras a cerca dos terrenos devolutos existentes, o que farei em outra ocasião. Deus Guarde a V.Ex.^a. Cidade da Paraíba do Norte 18 de janeiro de 1865. Ilm.^o. E Exm.^o. Sr. Dr. Bernardo Augusto Nascente de Azambuja. M. D. Diretor Geral da terceira Diretoria das Terras Públicas e Colonização no Ministerio da Agricultura Comercio e Obras Publicas. (ass.) Antonio Gonçalves da Justa Araújo – Engenheiro encarregado da medição das terras. 3.^a Diretoria.” (A.N. Seção Terras Públicas e Colonização. Caixa 1219, grifos nossos).

No mapa demonstrativo que acompanha o ofício transcrito acima, o aldeamento da Jacoca figurava na freguesia do Conde, município da capital. Possuía uma população de 153 índios em 71 fogos, identificados como sendo da nação *Potiguáras*. Com uma extensão de 15 léguas quadradas, ignorava-se o total da área cultivada em que se produzia cana, algodão e cereais. Entre as terras não-cultivadas encontravam-se as áreas de tabuleiros. Além da agricultura, os índios ocupavam-se na pesca. Segundo Justa Araújo,

“Difficilmente pude encontrar os títulos deste patrimônio, que também se achão registrados no livro dos Tombos do Convento de S. Bento d’esta Cidade, e que consta de 5 legoas de comprimento e 3 de largura. A Camara Municipal da Capital tem arrendado e aforado grande parte destes terrenos, deixando por ultimo de cobrar os fóros e arrendamentos.

Além dos que estão aldêiados, muitos índios vivem com suas famílias diseminados pelos diversos pontos do patrimônio sendo perturbados a cada passo pelos invasores de suas terras.”(Idem, grifos nossos)

O aldeamento de Alhandra é mencionado na freguesia e município de mesmo nome, contando com uma população de 273 índios em 136 fogos, também identificados como *Potiguáras*. Sua extensão era de 3 léguas quadradas, sem informação do total das áreas cultivadas, onde havia cana, algodão e cereais. As terras de tabuleiros eram apresentadas como não cultivadas. E os indígenas ocupavam-se, sobretudo da agricultura. Acerca das terras do aldeamento, o engenheiro informa que

“Não foi possível descobrir os títulos d’este terreno, os quais desaparecerão das repartições publicas. Fundei-me nas informações fornecidas em 1861 pelo juiz municipal do termo: tem 3 legoas de comprimento e huã de largura. A Camara Municipal se chama à posse d’estes terrenos, e faz arrendamentos. Os indios ahi vivem aldêiados.” (Idem)

No verso deste mapa o engenheiro escreve algumas notas a respeito das informações colhidas até aquele momento

“1ª Não garanto o número de índios, nem o número de fogos existentes em cada hum d’estes aldêiamentos. O que só poderei saber ao certo quando fizer as medições e demarcações de suas pequenas posses, fundando-me por ora nas informações dadas no princípio do ano de 1861 pelo Director Geral dos mesmos e pelos Juizes Municipais dos termos a que pertencem.

2ª Estes índios, de qualquer dos aldêiamentos mencionados, vivem em luta constante com os invazores de seus terrenos o que cessará também depois da medição dos mesmos, que será feita com a maior brevidade.” (Idem, grifos nossos)

Ainda no começo do ano de 1865, o engenheiro afirma que seus anúncios públicos, pedindo para que se apresentassem os detentores de posses nas terras dos índios, foram respondidos por grande número de posseiros, em sua maioria indígenas.

“Durante esse tempo me forão apresentados 95 documentos da sesmaria da Jacoca, e 186 da de Alhandra (inclusive 69 requerimentos de Índios daquela e 180 desta, pedindo a medição e demarcação de suas pequenas porções de terras) sendo algumas de posses legitimaveis, de aforamentos perpétuos concedidos pelas camaras municipais autorizados por diverssas resoluções da Assembleia Provincial, e outros de arrendamento, cujos prazos já expirarão, feitos pelas mesmas camaras, que fundadas não sei em que lei, consideravão as terras dos Índios de seu patrimônio, e dispunhão d’ellas com manifesto prejuízo d’estes.” (Araújo, ofício de 2 de julho de 1865, caixa 1219).

É importantíssimo notarmos a grande quantidade de indígenas que se apresentaram voluntariamente para garantir a regularização de suas posses. Em termos percentuais os índios representavam 75,63% dos peticionários na sesmaria da Jacoca e 96,77% dos peticionários de Alhandra. Estes números indicam não só a presença maciça de indígenas nos limites dos antigos aldeamentos como a sua disposição em continuarem vivendo neste espaço.

Tais dados somam-se às referências feitas anteriormente de que os índios recorriam às autoridades provinciais e judiciais pra fazer frente aos proprietários situados no interior das sesmarias e que buscavam impedir o seu acesso à terra e a outro recursos como matas e locais de pescaria. Nesses conflitos, os índios valiam-se muitas vezes dos *Regentes*, figuras de lideranças instituídas pela administração colonial, mas que também representavam os novos modos de organização indígena nos aldeamentos e vilas (Almeida, 2003; Palitot, 2005). O papel social dessas lideranças na manutenção dos grupos indígenas aldeados será evidenciado novamente mais adiante, quando forem apresentados dois requerimentos de Inácio Gonçalves de Barros, *Regente dos Índios* de Alhandra, contestando a demarcação feita pelo engenheiro Justa Araújo.

No mesmo ofício citado acima, Justa Araújo informa sobre os títulos de doação das sesmarias, não tendo encontrado o de Alhandra, mas localizou a carta de sesmaria da aldeia da Jacoca, que data de 22 de janeiro de 1616 e cujos limites compreendiam

“toda a terra que se contém da barra do Rio Gramame da banda do sul, correndo para cima do Rio Jacóca, até dar no caminho que vai da dita aldeia para o

Tibiry, e d'ahi correndo rumo direito ao rio Subauma, e d'ahi á barra do Rio Abiay, ficando-lhes toda a dita terra por costa e sertão, de barra a barra. (...)

Quanto à Sesmaria dos Índios da Alhandra, nada encontrando, nem mesmo na Camara do Municipio de que pertence, d'onde desaparecerão todos os documentos desta ordem, socorri-me das informações das autoridades e pessoas antigas do lugar, que dão - 'toda a terra compreendida entre o alto do criminozo ao sul da lagoa Boqueirão e a estrada do Tibiry, hoje da Mata-Redonda, isto no seo comprimento, e na sua largura, desde a linha divizoria das terras dos Índios da Jacóca ao Engenho Cupissura'

A falta de clareza n'estes documentos, sobretudo no último, tem dado lugar a continuadas questões entre os Indios e os seus confinantes, por isso julguei indispensável fazer um reconhecimento sobre os terrenos, não só para facilitar a execução dos trabalhos como para poder atender devidamente á quaisquer reclamações d'estes; e assim cheguei a deduzir aproximadamente as direcções das linhas do perímetro da Sesmaria da Jacóca, e os pontos de partida e direcções das de Alhandra, evitando que pontos mal tomados não fossem levar os limites de modo a prejudica-los.

Resolvidas estas dificuldades tratei de executar as demarcações, de conformidades com os respectivos títulos de concessão, principiando pela sesmaria da Jacóca". (Araújo, ofício de 2 de julho de 1865)

Durante os anos de 1865 e 1866, o engenheiro Justa Araújo procede aos trabalhos de medição, demarcação e loteamento das sesmarias da Jacoca e Alhandra, produzindo uma série de documentos muito valiosa. Dessa documentação constam ofícios, relatórios, comunicados, notícias de jornal, cartas topográficas, plantas e mapas (tabelas), que trazem informações sobre a população, a ocupação dos territórios das sesmarias de Alhandra e Jacoca, as atividades econômicas aí realizadas e a divisão das posses das terras. É o que podemos ver ainda no mesmo ofício de 2 de julho de 1865:

“Jacoca

Disseminados pela área da sesmaria existem para mais de dois mil indivíduos, entre os quais predomina a raça indígena. Os índios de raça pura, descendentes dos antigos donatários destas terras, que viverão aldeados até 1862 sob o governo de um d'elles, a quem chamavão de regente, vão pouco a pouco desaparecendo, elevando-se a 69 o seo numero actualmente.

Além dos pequenos povoados da Matta-Redonda, Jacaré, Gurugy, Piranga, Jacomão e Garaú, existe a antiga aldeia da Jacóca, hoje povoação, elevada à categoria de Villa do Conde no meado do século passado, onde funcionava uma camara composta de índios e brancos que administrava as terras da Sesmaria, até que a lei provincial de 15 de junho de 1846, supprimindo o município, reunio o seo território ao da Capital, passando em virtude da mesma lei o Patrimonio dos índios a ser administrado pela respectiva Camara. Esta, porém, abuzando da faculdade que lhe foi concedida dispõe das terras dos Indios, como bem lhe parece, arrendado e aforando até mesmo aquelles lugares onde elles trabalhavão, como fez por último

(1857) ao sitio Utinga, resto do Patrimônio occupado pelas suas lavouras! Estes infelizes, vendo ahí suas roças arrancadas, suas choupanas encendiadas, sem proteção e sem recursos, já constantemente acoçados por outros intrusos, fraccionarão-se pelas diversas localidades, entregando-se à ociosidade e aos vícios, e fugindo às perseguições de rixozos potentados.

Uma boa parte da população, especialmente indígena, vive da caça e da pesca pelos rios e lagoas, que são abundantes de peixes, e do fabrico de esteiras de juncos e outras industrias de pouca importância.

(...)

Alhandra

O milho, feijão, mandioca e algodão são cultivados em toda parte. O café é cultivado em pequena escala nos lugares elevados, e a canna de assucar nos engenhos Avialta, Camucim e outro'ora no Cupissura, cujos terrenos se prestão à criação de gado.

O numero de habitantes da sesmaria eleva-se a mais de mil, sendo quase metade indígenas e descendentes destes, que viverão aldêiados até bem poucos annos. A pesca e a caça em que se emprega grande parte da população constitui o seu principal alimento.

Alguns indivíduos dedicão-se a industria de pouca importância e outros à agricultura.

Desde 1775 que foi erigida em Villa a aldeia dos índios da Alhandra, mas é tal o seo estado de desmoralização, que marcha para um completo aniquilamento. Suas terras tem o mesmo destino que as da Jacóca.” (Araújo, officio de 2 de julho de 1865. Grifos nossos)

Na conclusão deste mesmo officio alerta sobre a existência de terrenos devolutos, que podem ser negociados vantajosamente pela Tesouraria da Fazenda, pois são terras próximas à capital e favoráveis a lavoura e criação de animais. Também menciona a existência de uma mata de pau-brasil nas margens do riacho Piranga, que vem sendo occupada por *fazedores de roçados* e anuncia como sua meta demarcar todas as posses dos índios das duas sesmarias até o fim do anno.

Em officios datados do início do anno de 1866 (15 de janeiro e 15 de março, respectivamente) informa da finalização dos trabalhos de demarcação das terras das sesmarias de Jacoca e Alhandra, com o seguinte quadro de distribuição dos terrenos:

Na sesmaria de Alhandra mediou uma área total de 19.064.244 braças quadradas; demarcando para índios e brancos uma extensão de 19.773.425 braças quadradas, que excedem o total da sesmaria uma vez que alguns engenhos se estendem para além dela. Dessas áreas demarcadas, encontramos a seguinte divisão:

Para o Quadro da vila – 250.000 braças quadradas;
 Para as 147 posses dos índios de Alhandra – 9.012.545 braças quadradas nos lugares: Alhandra, Tapiuí, Pituba, Catolé, Acais, Estiva, São Thomé, Tamataúpe, Buraco, Aterro, Jaguarema, Sarapô e Subaúma⁷;
 Para a posse de particular no lugar Cupissura – 6.830.870 braças quadradas, pertencentes a Renovato José dos Santos;
 Para as posses particulares de Camocim e Grigório – 1.356.015 braças quadradas, pertencentes a Manoel Cavalcanti de Sá e Albuquerque;
 Para o aforamento do engenho Avialta – 2.509.411 braças quadradas, pertencentes à D. Firma de Moura Rolim Villar;
 Para a posse particular no lugar Pedreiras – 64.584 braças quadradas, pertencente ao Padre Caetano José Ribeiro Machado.

Na sesmaria da Jacoca foram medidas 62.988.325 braças quadradas de área total e 42.133.914 braças quadradas de áreas demarcadas, sendo o restante (20.854.411 braças quadradas) deixado como terras devolutas. Do total demarcado, ficou a seguinte divisão:

Para o Quadro da vila – 48.400 braças quadradas;
 Para as 58 posses dos índios entre Taboleirinho e Garaú e no Pindobal – 3.628.035 braças quadradas;

Para a posse de particulares de Gurugy e Gramame – 5.286.605 braças quadradas, pertencentes a Lucidato Gomes de Leiros e sua mãe D. Maria Jozefa de Alação Izaiala;
 Para a posse particular de Jacomã – 2.477.660 braças quadradas, pertencentes a João Luiz Teixeira;
 Para o aforamento do Patrimônio de N. Senhora dos Prazeres (aforamento) – 1.440.000 braças quadradas, pertencentes a Antônio Quirino de Souza;
 Para a posse particular dos Curraes – 540.732 braças quadradas, pertencentes a Antônio Quirino de Souza;
 Para as posses de particulares de Caxitú e Outeiro – 152.944 braças quadradas, pertencentes a José Matheus Gonçalves de Noronha e mais nove herdeiros;
 Para a posse particular da Jacoca do Meio – 613.055 braças quadradas, pertencentes a Manoel da Paixão do Nascimento;
 Para o arrendamento de Jacoca do Souza e Canto – 2.577.598 braças quadradas, pertencentes a João Agostinho do Amparo;
 Para o aforamento de Garaú e Jundiahy – 8.272.700 braça quadradas, pertencentes a Manoel Florentino Carneiro da Cunha;
 Para a posse particular de Jacomã e Garaú – 2.323.172 braças quadradas, pertencentes a Manoel Florentino Carneiro da Cunha;
 Para a posse particular de Jacomã – 1.149.365 braças quadradas, pertencentes a Luiz Antônio de Leiros;

⁷ Das 147 posses destinadas aos índios, 37 não são entregues pois os mesmos “se auzentarão”. Em média as posses dos índios mediam 62.500 braças quadradas.

Para o terreno devoluto entre Taboleirinho e a Estrada do Outeiro, requerido por compra ao governo por Antonio Quirino de Souza, mediu 506.211 braças quadradas;

Para as posses particulares do Caxitú e Jacoca – 109.986 braças quadradas, pertencentes à Maria dos Prazeres;

Para as posses particulares de Jacoca e Gramame, pertencentes a Ricardo Ferreira da Nóbrega mediu 762.206 braças quadradas;

Para os arrendamentos de Garapú e Jacaré, pertencentes a José Alves de Souza⁸, mediu 345.853 braças quadradas;

No arrendamento da Boa Água, de Pedro Cardozo Nogueira mediu 243.793 braças quadradas;

Para a posse particular do engenho Utinga, de Antônio Quirino de Souza mediu 4.660.599 braças quadradas.

Na Carta Topográfica da Sesmaria dos Índios da Jacoca, datada dos primeiros meses de 1866, podemos notar a divisão das terras da sesmaria. Nesta partilha sobressaem as áreas ocupadas por Antônio Quirino de Souza e José Alves de Souza, na parte oeste; Manoel Florentino Carneiro da Cunha, ao sudeste e Lucidato Gomes de Leiros e sua mãe, ao nordeste. O engenho Abiay, de propriedade de Manoel Florentino Carneiro da Cunha, aparece como área não demarcada e na face norte, a localidade de Mutuassú consta também como não demarcada, apesar de ocupada por diversos pequenos posseiros. Destacam-se também as grandes áreas devolutas e as pequenas posses dos índios, concentradas nua faixa estreita entre Taboleirinho e Garaú, onde estão assinaladas as Nascentes do Gurugy, Rio dos Bodes, Rio Páo-Ferro, Riacho Gurugyzinho, Riacho do João do Prado e a localidade de Gurugy de Dentro.

Algumas áreas são deixadas devolutas em toda a extensão da antiga sesmaria.

“Ao longo do riacho Piranga de um e outro lado de suas margens, existe uma mata de páo-brasil em terrenos devolutos, que principião do rio Jacóca ao norte até a linha divizoria das posses dos Índios ao sul. Além d’esta, si incontrão outras porções

⁸ O avô materno de José Alves de Souza, “Felix Corrêa de Souza, apossou-se daquele sítio em época anterior a 1800, fundado na lei, que dava um sítio de terras no patrimônio dos índios a quem fizesse uma casa de telhas na Aldeia do mesmo nome. Em 1800 o pai do suplicante, Miguel Alves Franco casando-se com uma filha daquele Sousa, foi residir no mesmo sítio, que aumentou com outro obtido por ter feito também uma casa de telhas na mesma Aldeia. Desde então, que o pai do Suplicante e o sogro deste, beneficiam aqueles sítios, roteam, e os possuem como propriedades suas.” (Ofício enviado pelo lavrador José Alves de Souza ao Presidente da Província da Paraíba, sobre a injustiça que vem sofrendo para regularizar suas terras. APEPB. Cx. 045 (1864). Citado em Nascimento Filho, 2006, p. 162).

de terrenos devolutos entre o rio Jundiahy e a linha de perímetro da sesmaria, nos lugares denominados Prensa-Velha, Pindobal e Jacomaã, sendo todos de bôa qualidade e propensos a toda e qualquer cultura, a excepção dos da Jacomaã que são estéreis e de taboleiros.” (Justa Araújo, ofício de 17 de abril de 1866. AN, Seção Terras Públicas e Colonização. CX. 1219)

No canto inferior direito da carta constam algumas observações de ordem técnica sobre a qualidade das terras e a agricultura, o clima, os caminhos, a hidrografia e a pesca, as matas e os produtos extrativistas (batiputá, mangaba, caju e madeira) e os engenhos. Nas observações de números 8 e 9 encontramos referências à população indígena e suas ocupações:

“8ª Vive disceminada pela área da sesmaria, formando pequenos povoados, como bem de Jacumã, Piranga, Gurugy, Jacaré, etc. uma população de 1:200 almas mais ou menos em que predomina a raça indígena. Muitos índios descendentes dos antigos donatários destas terras habitão na extincta Villa (outr’ora aldeia) da Jacoca e seus arredores. As cazas são construídas de barro e madeira (taipa) cobertas com palhas de palmeiras, excepto as dos engenhos e algumas da Villa que são cobertas com telhas.

9ª Grande parte da população, principalmente indígena, se emprega na pesca pelos rios e lagoas, que são abundantíssimos de peixes, na colheita do batiputá de que fabricação excellent azeite, na extração de leite da mangaba (trecho danificado).” (Araújo, 1866)

Após demarcar os terrenos dessas duas sesmarias, o engenheiro dirigiu-se para a Freguesia de Mamanguape, onde demarcou as terras das sesmarias de Monte-Mór e São Miguel da Baía da Traição, durante os anos de 1866 a 1868. Ainda em agosto de 1866, voltou à sesmaria da Jacoca para efetuar a demarcação de 34 lotes de terras no lugar denominado Prensa Velha com destino aos voluntários da pátria, num total de 760.846 braças quadradas. (ofício de 1º de julho de 1867 Caixa 1219).

As ações de Justa Araújo não foram aceitas tranquilamente por muitos dos atores sociais afetados pela demarcação das terras. Índios e pequenos posseiros protestaram contra os resultados do processo de regularização fundiária. O *Regente dos Índios* de Alhandra, Inácio Gonçalves de Barros e os posseiros do Mutuassú foram dois exemplos de resistência à essa nova situação.

Em ofícios localizados por René Vandezande no Arquivo Público Estadual da Paraíba em 1973, Justa Araújo responde negativamente aos pedidos do *Regente dos Índios* de Alhandra para que seja restituído no cargo de liderança da aldeia, juntamente com as terras do patrimônio coletivo dos mesmos índios (Vandezande, 1975, pp.44-46). Nos documentos podemos perceber a rapidez com que pessoas interessadas nas terras dos aldeamentos extintos passaram a exercer pressões para o desalojamento dos indígenas logo após o processo de demarcação ter sido efetuado. Também podemos observar a atitude do engenheiro ao eximir-se de responsabilidades sobre os conflitos resultantes da fragilização das posses indígenas que foi produzida pela ação técnica e demarcatória.

“APEB Doc. Nº 48 1867 (?)

Cumprindo o despacho de V. Excia. Nº 1258 de 28 do corrente (ilegível) lançado no requerimento junto, em que Ignacio Gonçalves de Barros pede para ser reintegrado no lugar, que outr’ora exerceo, de Regente dos Índios da extincta aldêa da Alhandra, assim como a restituição de todas as terras que constituão o Patrimonio dos mesmos Índios, que se achão sem terras sufficientes para plantarem suas lavouras, porque diversos indivíduos tem se apossado d’êlle, incluzive Joaquim Jozé que ali tem cortado arvores de fructos; tenho a dizer a V. Excia., em primeiro lugar, que as terras da Sesmaria da Alhandra abrangendo uma área de 9:012:545 braças quadradas, forão por mim divididas no principio do corrente anno em 147 posses convenientemente distribuídas aos Índios, como levei ao conhecimento d’essa Presidencia em afficio de 11 de Maio acompanhado de um Mappa contendo os nomes dos mesmos, em cujo numero se acha incluído o requerente, e a área da posse de cada hum.

Não me constara que esses Índios, depois das medições, tenham sido esbulhados por estranhos de suas posses, e nem que haja falta de terras para trabalharem, tanto assim que ainda existem sobras devolutas em alguns lugares, como bem na Matta-Redonda e ainda na Villa da Alhandra (ilegível)

Quanto ao corte de arvores de fructos nada posso informar por ignorar o facto; e sobre o restabelecimento do lugar de Regente ou Chefe dos Índios aldêados, me parece, que não está isso de accordo, com o que dispõe o Avizo do Ministério d’Agricultura Commercio e Obras Públicas de 8 de fevereiro de 1862, mandando extinguir os aldêamentos nesta Província; V. Excia., porém, fará o que entender.

APEB Doc. Nº 51 15 de fevereiro de 1867.

Tenho presente o requerimento de Ignacio Gonçalves de Barros, ex-Regente dos Índios da Alhandra, pedindo a essa Presidencia que lhe mande dar posse dentro de sua Aldeia assim como aos demais Índios, que ainda não forão apossados e, em satisfação ao despacho de V. Excia. Sob nº 186 de 28 de janeiro p. findo, cumpre-me dizer que todos os Índios da Sesmaria da Alhandra forão por mim devidamente attendidos, quando procedi á medição e demarcação de suas posses, assim como o peticionário, para quem foi demarcada uma porção de terreno arangendo a área de

62:500 braças quadradas no lugar denominado Estiva, onde tem caza, sitio e mais benfeitorias. Não me consta que além d'sta, teenha lle posse em outro lugar da referida Sesmaria, nem que exista a Aldêia de que falla.”

(Documentos transcritos nos anexos da dissertação de René Vandezande, 1975, sem página.)

Longa disputa também se processou entre os posseiros do Mutuassú e o engenheiro, tomando inclusive as páginas dos jornais. Onde acusavam Justa Araújo de beneficiar alguns proprietários em detrimento dos índios e de outros posseiros de menos poder no momento de divisão e distribuição das posses de terras dentro da sesmaria da Jacoca. No número 1010 do jornal O PUBLICADOR de 20 de janeiro de 1866 aparece, na página 4, uma longa denúncia anônima contra as ações do engenheiro e os favorecimentos por ele realizados nas medições dos particulares, em especial o Tenente-Coronel Antônio Quirino de Souza e o senhor Lucidato Gomes de Leiros.

“A PEDIDO

O Sr. Antonio Gonsalves da Justa Araujo

Grande é o clamor que se há levantado contra o Sr. Antonio Gonsalves da Justa Araujo, nomeado pelo governo imperial medidor das terras devolutas e terrenos de sesmaria dos Indios. (...)

O Sr. Justa tem feito medições a esmo, e sem o menor critério, e sem respeito as posses legítimas e antiqüíssimas de antigos proprietários pelo que ha feito, parece, que não sabe o que seja medição de terras. (...) seguindo sempre o systema por elle adoptado de satisfazer o mais que pode os desejos dos particulares, que o tem encarregado de algumas medições e assim invade terrenos de outros, e os retalha sem dar a menor satisfação a seus legítimos donos, e faz de taes terrenos doação aos particulares que o encarregão de taes medições, e lhe pagão. Regeita todas as informações, não attende aos títulos que lhe são apresentados. (...)

O antigo engenho dos Prazeres que segundo os títulos tem meia légua de terras, cujo centro é a capella, as quaes forão demarcadas, como consta do livro do tombo do frades Benedictinos, tem hoje pela descriçionaria e arbitraria demarcação do Sr. Justa, terras que nunca teve, roubadas (permitta-se a expressão) aos sítios Mutuassú, Páo Carvalho, e Izabel de Castro, etc. Entretanto é verdade que Prazeres nunca teve posse no rio Jacoca do Souza, e muito menos no lado d'quem desse rio, onde existindo um engenho com moenda de ferro, foi este com todo o cercado que existia dado pelo Sr. Justa ao tenente coronel Antonio Querino.

O proprietário do sitio Gurugi, o Sr. Lucidato Gomes de Leiros, que ignorava completamente os rumos e limites de suas terras ajustou-se com o Sr. Justa, que devidamente ajustado, entrou pelos sítios do Mutuassú de baixo, atravessando o mesmo rio Jacoca do Souza – e tomando completamente tudo quanto possuíam os proprietários do referido Mutuassú de baixo, fez uma magnífica doação ao referido Sr. Lucidato, que já tem intimado aos proprietários legítimos para desoccuparem

seus sítios, e arrancarem suas casas, oferecendo a alguns por equidade comprar as telhas e portas das casas antiqüíssimas que alli existem.

(...)

O mandato de que S. S. se acha revestido limita-se a fazer as demarcações dos terrenos das sesmarias dos Indios, e daquellas dos particulares que lh'o requererem, respeitando sempre as posses existentes. Deve fixar os limites de taes sesmarias.

Mas S. S. não attendendo aos precisos termos do aviso de 5 de novembro de 1864 que o acreditou perante o governo provincial, tem dado por páos e por pedras, feito tudo quanto lhe parece, invadindo sem licença, nem anuência dos proprietários terrenos e sítios alheios, ficando marcos, que nada valem nem significão, porque os particulares podem para conservação de suas posses arrancar taes marcos, e inutilisar tudo quanto S. S. há feito, ficando-lhe somente esses santos pingues cobres que há recebido de alguns particulares, a quem dest'arte compelle a pleitos renhidos.

Reclamações vão ser dirigidas contra S. S. ao governo imperial, fique disto prevenido.” (AN, Seção terras Públicas e Colonização, Caixa 1219)

Posteriormente, no *O PUBLICADOR*, de 23 de janeiro de 1866, sai um texto assinado pelo pseudônimo de Jacoquiano em defesa de Antonio Quirino, na questão que envolve o Patrimônio dos Prazeres e ataca ao Senhor do Abiay, insinuando que Justa Araújo havia favorecido os interesses deste proprietário.

“Também dizem-nos, que o Sr. Justa, sem procurar um ponto de partida, fundado em documento, signal authenticico, ou outra base legitima, incetou a demarcação d'aquelle patrimônio e foi na primeira marcha bater no cercado do engenho Tabu. Sua agulha, dizem, tinha sido cevada no iman do Abyay, onde ella perde inteiramente o norte, tanto que não encontra por ali terras, nem mesmo do patrimônio dos índios.” (AN, Seção terras Públicas e Colonização, Caixa 1219)

Após várias notas e artigos em outros jornais, é o próprio Justa Araújo quem se manifesta no *O PUBLICADOR* de 27 de janeiro de 1866.

“... li no ‘Publicador’ n. 1010 de 20 do corrente mez um artigo, em que seu autor, occultando cuidadosamente o nome, levantou contra mim um grande clamor, accusando-me sem provas de arbitrariedades praticadas nas medições das terras das sesmarias dos índios, de extorsões e doações por mim fitas aos particulares, etc., e trazendo para exemplo a meia legoa de terras do engenho Prazeres e a posse do Gurugy, únicas que lhe fizerão especie.

Chamando a responsabilidade o meu desconhecido agressor pelas calumniosas imputações que me dirigio, limito-me por ora por deferencia ao público, a quem acato, a dar uma breve explicação do meu procedimento relativo à medição e demarcação dos dois terrenos acima mencionados.

Diz o autor do artigo, que ‘o antigo engenho dos Prazeres, que segundo os títulos tem meia legoa de terras, cujo centro é a capella, as quaes forão demarcadas,

como consta do livro do tomo dos frades Benedictinos, tem hoje pela descripçionaria e arvitraria demarcação por mim feita terras que nunca teve, roubadas aos sítios Mutuassú, Páo Carvalho e Izabel de Castro. Entretanto, accrescenta a verdade que Prazeres nunca teve posse no rio Jacoca do Souza e muito menos do lado d'aquem desse rio, onde existindo um engenho com moendas de ferro, foi este com todo o cercado que existia dado por mim ao Sr. tenente-coronel Antonio Querino.'

A meia legoa de terras concedida no meado do século passado para patrimônio da capella de N. Senhora dos Prazes, que se acha hoje sob a administração dos religiosos de S. Bento, foi medida e demarcada por mim, à requerimento do actual foreiro o Sr. tenente-coronel Antonio Querino de Souza, de conformidade com o respectivo titulo de concessão, depois de satisfeitas todas as formalidades da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850.

Não consta, e nem existem documentos, nem mesmo no citado livro do tomo dos frades Benedictinos que mostrem ter havido anteriormente demarcação desses terrenos.

De qualquer forma que fosse feita a medição não se poderia evitar que algumas pontas de terras dos sítios Mutuassú, Páo Carvalho e Izabel de Castro ficssem comprehendidas nesta pequena sesmaria, porém, mesmo assim, forão attendidas as reclamações daqueles posseiros que no acto da demarcação se apresentarão; cabendo-lhes por isso o direito de ventillarem os limites de suas posses no juízo competente.

É o que consta dos auto da medição desses terrenos, que em breve serão submetidos a apreciação do governo provincial para deliberar como entender de justiça.

Achando-se a capella dos Prazeres (centro) muito próxima do rio Jacoca que corre ao norte, e que supponho ser o mesmo Jacoca do Souza, não podia a demarcação da meia légua (1,200 braças correntes) deixar de atravessal-o. Julgue-se pois quem o foi roubador de terras se os Prazeres ou o Páo Carvalho e Mutuassú, &c.?

Quanto ao proprietário do sitio Gurugy o Sr. Lucidato Gomes de Leiros 'que, diz o articulista, ignorava completamente os rumos e limites de suas terras ajustou-se comigo, que devidamente ajustado entrei pelos sítios do Mutuassú de baixo, atravessando o rio Jacoca, e tomando tudo quanto possuíão os proprietários do referido sitio do Mutuassú de baixo, fiz uma magnífica doação ao referido Sr. Lucidato, &c.'

As terras do sitio Gurugy, que são as mesmas da sesmaria de uma legoa quadrada concedida no principio do século passado aos religiosos Carmelitas cahida em commisso, forão por ultimo compradas pelo Sr. tenente Lucidato Gomes de Leiros a diversos indivíduos, que as possuíão, pela quantia de 22:000\$000 réis (vinte e dois contos de réis).

Vendo, porém, o Sr. Lucidato que a sua propriedade estava sendo invadida e devastada pelos destruidores das matas, e que o único meio de evitar essa destruição era estremal-as, requereo-me a sua legitimação.

Feita a demarcação reconheceo-se que já não existia a legoa quadrada de terras, conforme resavão os títulos, por se haver encontrado nella diversas pequenas posses, que pela sua antiguidade forão garantidas e respeitadas, incluzive o tal Mutuassú de baixo, que se acha encravado entre os rios Jacoca e Grammame, chegando a linha divisória da posse do Sr. Lucidato até o rio Jacoca sem atravessal-o (note-se) e próximo a sua embocadura no Grammame.

O processo desta demarcação, já aprovado pelo governo, existe na secretaria, onde, quem quizer, poderá verificar o que acabo de expender.

Não serão as recriminações injustas, as ameaças e calumnias de quem quer que seja, que me demoverão do cumprimento dos meus deveres na fiel execução da lei e das instruções que me foram confiadas pelo governo imperial.

Tenho consciência dos meus actos. Parahyba 23 de janeiro de 1866. Antonio Gonsalves da Justa Araújo.” (AN, Seção terras Públicas e Colonização, Caixa 1219)

Mesmo com tais polêmicas ganhando os jornais da capital da província, os resultados das demarcações realizadas pelo engenheiro permaneceram pouco alterados. Como podemos observar nos registros que Nascimento (2006, p. 203-206) aponta sobre os núcleos coloniais fundados em terras de particulares no final dos anos 1870 para socorrer os refugiados da seca, algumas das posses regularizadas por Justa Araújo permaneciam em poder dos mesmos indivíduos, ou das mesmas famílias. Na propriedade Abiay, de Salustino Ephigenio Carneiro da Cunha, foram instaladas 111 famílias, num total de 414 pessoas; na propriedade do Jacaré, de José Alves de Souza, havia 32 famílias, perfazendo 147 pessoas. No engenho Camocim, de Manoel Cavalcanti de Sá e Albuquerque, havia 56 famílias e 187 pessoas.

Com base nos dados apresentados por Justa Araújo pudemos elaborar dois croquis indicativos dos topônimos mencionados, dos limites aproximados das sesmarias de Jacoca e Alhandra e a localização aproximada dos lotes recebidos pelos índios e dos principais proprietários que tiveram suas ocupações legitimadas pela demarcação de 1865-1866. A seguir, também apresentamos um excerto de uma das cartas topográficas que ele produziu indicando a localização das 58 posses concedidas aos índios da Jacoca. O mapa completo organizado pelo engenheiro segue anexo, impresso em tamanho maior para facilitar a leitura.



Imagem 1 – Excerto da Carta Topográfica da Sesmaria da Jacoca de Justa Araújo (1866) evidenciando a área central da sesmaria onde foram demarcados os lotes doados aos índios, entre Taboão e Garauá.



Croqui 1 - Topônimos registrados nas cartas topográficas elaboradas por Justa Araújo em 1865 e 1866. Elaborado com sobreposições a partir de mapa desenhado por Carvalho, 2008, p. 155.



Croqui 2 - Situação fundiária da região em estudo após as medições realizadas por Justa Araújo em 1865 e 1866. Destacam-se as localizações aproximadas das posses dos índios (laranja); os maiores proprietários beneficiados com as demarcações (vermelho) e os conflitos entre índios, pequenos e grandes proprietários mencionados na documentação consultada (estrelas).

Elaborado com sobreposições baseadas nas cartas topográficas elaboradas por Justa Araújo e a partir de mapa desenhado por Carvalho, 2008, p. 155.

1.6 – O domínio patronal e as lutas pela terra: século XX

O início do século XX encontrará a população indígena do litoral da Paraíba subordinada aos poderes e interesses dos proprietários que se instalaram nas sesmarias com o apoio oficial após o processo demarcatório realizado pelo engenheiro Justa Araújo na década de 1860. Os índios eram tratados como restos das antigas tribos que a historiografia oficial idealizou como heróis e vilões da conquista da Paraíba, não lhes eram concedidas muitas possibilidades de articularem meios de resistência aos esbulhos territoriais que vinham sofrendo.

“Fez-se rápida e completa a fusão dos três elementos, americano, europeu e africano, em razão do contacto permanente a que os obrigarão os trabalhos da canna e industriaes do assucar. Entretanto, uma excepção se nota em dous pontos da orla marítima, constituindo isoladores étnicos: Referimo-nos à Bahia da Traição ao Norte da Capital, e à Freguezia de Alhandra ao Sul, onde ainda hoje se encontra o typo indígena puro. Este facto, porém, explica-se pela qualidade das terras dessas antigas aldeias apenas capazes da pequena lavoura, e, portanto, desprezadas pelos colonos; e pela falta de freqüente comunicação com os centros populosos.” (Joffily, 1977 [1892], p.234).

“Foi assim que daquela imensa população indígena de que nos falam Frei Vicente do Salvador e Elias Erckman, sobreviveram apenas dois núcleos, um dos seus Tabajaras ao sul, no atual município de Alhandra, outro dos Potiguara, ao norte no Distrito de Mamanguape (Baía da Traição)...”. (Alípio Bandeira, 1920 [1913]. cit. Por Baumann, 1981, p. 73. Parênteses nossos)

Tanto os indígenas do litoral norte (Baía da Traição e Monte-Mór), como os do litoral sul (Conde e Alhandra), passaram a ser vistos como populações integradas de ex-índios acamponesados, que viviam agora como moradores de engenhos e fazendas.

“... depois que o engenheiro demarcou as terras da antiga sesmaria e as distribuiu entre os índios, um sistema de campesinato étnico e familiar continuou a se desenvolver e reproduzir onde os índios não eram ainda ameaçados pelos interesses dos arrendatários de terras públicas. Porém, cada vez mais acuados pela espoliação territorial e o avanço da patronagem, os índios se viam obrigados a conviverem e disputar suas terras com pequenos agricultores e latifundiários, organizando redes de dependência e reciprocidade.” (Palitot, 2005, p. 28).

No entanto, distintas formas de organização da vida familiar, transmissão da memória e manutenção de laços sociais permitiram que, mesmo subordinadas, algumas famílias indígenas mantivessem circuitos próprios de interação e o acesso a pequenas faixas de terras onde reproduziam um modo de vida *caboclo*, que lhes serviu de fundamento para a recuperação da agência política necessária ao reconhecimento oficial da sua condição de indígenas. Os Potiguara da Baía da Traição ainda nos anos 1930 (Palitot, 2005, p. 37), os Potiguara de Monte-Mór nos anos 1990 (Palitot, 2005, p. 96) e os Tabajara do litoral sul apenas no começo do século XXI.

Podemos remontar a situação social do litoral sul ao longo do século XX, como uma longa permanência de condições de subordinação da população pobre aos potentados senhores de terras, seguida de uma progressiva e rápida mudança no quadro fundiário e social que levou aos conflitos de terras que se estenderam das décadas de 1970 a 2000 (Vandezande, 1975; Moreira, 1997; Sampaio, 2001; Lima, 2008).

Mesmo nestas condições, diferentes modalidades de reprodução social puderam ser desenvolvidas por grupos de famílias indígenas, localmente identificadas como *caboclos*. Em pesquisas desenvolvidas nesta região entre os anos 1970 e 2000 os elementos desses processos foram investigados e descritos, como nos trabalhos de René Vandezande (1975) e Henrique Sampaio (2001).

1.7 – A jurema, o toré e os caboclos de Alhandra

Ainda em 1975, René Vandezande (pp. 10, 11 e 15) podia descrever a região entre João Pessoa e Goiana como um intervalo desabitado entre duas áreas industriais. Segundo informações do INCRA, na época, havia um grande número de minifúndios nos quatro municípios do litoral sul (484 num total de 677 imóveis cadastrados). Contudo, o restante dos imóveis (235) eram “*latifúndios por exploração*’ *quer dizer* ‘*propriedades que não rendem o que deveriam ou poderiam render*”. Havia ainda um latifúndio por extensão e sete empresas rurais. A extensão dos 484 minifúndios alcançava apenas 3.157 hectares, enquanto que os latifúndios por exploração ocupavam uma área de 55.792 hectares de um total de 64.311 hectares para toda a região, ou seja, 86,75% das terras disponíveis.

As áreas efetivamente cultivadas nesse período chegavam a apenas 5.455 hectares, destacando-se como plantio comercial o coco-da-Bahia. Os dados citados por Vandezande (pp. 17 a 20) demonstram também que a cana-de-açúcar apresentava um crescimento em três dos municípios da região entre os anos de 1969 e 1973, com exceção do Conde, onde não era cultivada. Os plantios de cana concentravam-se em Caaporã (385 ha) e Alhandra, o coco em Caaporã (900 ha) e Pitimbu (880 ha). A produção de alimentos como inhame, mandioca, macaxeira e batata-doce também tinha destaque, muitas vezes ocupando áreas superiores às de cana, mas sempre inferiores as de coco. O Conde destacava-se por uma policultura mais diversificada com destaque para a mandioca (224 ha) e o coco (230 ha).

Os dados coletados por esse autor no campo referiam pouquíssimos plantadores de cana, enquanto que a “técnica da enxada” predominava na pequena agricultura familiar. “*O trabalhador agrícola monta um pequeno abrigo de palhas no meio do campo, onde dorme e come geralmente com sua companheira, que o segue também com a enxada, no trabalho*” (Vandezande, 1975, p. 23). Ainda segundo suas observações esse tipo de trabalhador rural era bastante móvel, deslocando-se de um patrão para outro, mas tendendo a ficar na mesma região. Neste período, segundo o IBGE, 36% da população da região com mais de dez anos ocupava-se na agricultura, pecuária, extração vegetal, pesca e caça, sendo que no Conde esse número subia para 41% (Idem, p. 26).

Os investimentos externos na região, à época da pesquisa de Vandezande, restringiam-se a cinco projetos aprovados pela SUDENE, duas fábricas de papel na BR-101 entre o Conde e João Pessoa e três projetos agropecuários, um plantio de coqueiros em Jacumã, e dois projetos de criação de gado, um na BR-101 e outro na secular propriedade do Abiaí. As ligações elétricas neste período passavam pouco de 2000 e as existentes na zona rural chegavam a 6, enquanto que a população dos quatro municípios, somada, atingia 31.525 habitantes (pp. 24 e 25). O autor comenta que pelo “*ínfimo número de ligações elétricas, poucos moradores tem condições financeiras para se permitir o ‘luxo’ da luz elétrica*” (p. 26). Em Pitimbu, por ser área de veraneio, encontrava-se o maior número de residências e ligações elétricas.

Por fim, Vandezande cita as vias de acesso a região, a BR-101, asfaltada, mas que isolou ainda mais as sedes municipais por passar ao largo destas, marginalizando a

antiga estrada carroçal Recife-Goiana-João Pessoa e duas estradas vicinais que ligam a BR-101 à Jacumã, via Conde e Pitimbu, via Caaporã (p. 26). Sua apreciação do “quadro geográfico e social” do litoral sul da Paraíba é de “*uma área de pequenos agricultores, trabalhando de maneira relativamente primitiva num solo que pouco promete* (p. 27)”. Para o autor, que voltou-se para a população descendente dos índios de Alhandra e praticante do culto da Jurema este isolamento espacial constituiu as condições para a manutenção de um “*isolador étnico e cultural*”.

Partindo da idéia de que haviam condições propícias à transmissão intergeracional de memórias e práticas culturais Vandezande irá buscar os elementos dessas práticas na vida cotidiana da população pobre da região.

“Em nossas frequentes visitas à região de pesquisa encontramos além do Catimbó e do Toré detalhadamente descritos no segundo capítulo, uma tradição oral sobre os ‘índios de Alhandra’, sobre o ‘mestre’ dos índios e sobre a ‘jurema’ destes índios e mestre. (...) Seguindo a orientação desta tradição oral chegamos a localizar em Acais, município de Alhandra, a capela de São João Batista, em cuja sombra está enterrado o ‘mestre Flósculo’. Em frente desta capela encontra-se a ‘Vila Maria Guimarães’, uma casa rural bastante grande, construída em 1932. Entrando em contato com a família aí residente descobrimos que são descendentes através de diversos ‘mestres’ e ‘mestras’ da jurema, do ‘mestre Inacio’, o ‘último regente dos índios’ e que ‘dirigia todos os índios de Alhandra’. Existe ainda uma casinha de taipa e coberta de palha, onde ‘Maria do Acais’ ou Maria Guimarães, ou Maria Gonçalves de Barros (são nomes da mesma pessoa, pretende a família) ‘fazia a mesa’ do Catimbó e consultava os ‘mestres’ antigos. Os informantes nos contaram que a propriedade do Acais era outrora muito maior do que o atual sítio ‘Estiva’, sendo ainda o local onde morava o ‘mestre Inacio’ cujo nome era Inacio Gonçalves de Barros, e que lá existe ‘a jurema do mestre Inacio’.

A partir de lá fomos procurar e identificar as outras juremas existentes na vizinhança (...).

Fomos a Estiva e lá encontramos (...) culto vivo da jurema e do catimbó (...) *mimosa hostilis* – Benth (...) o arbusto seria secular, ocupando uma superfície de quase 20 metros quadrados. Em toda a Alhandra e por toda a região do litoral sul da Paraíba e conhecida esta jurema como a ‘origem de todas as juremas’; como a origem de ‘toda a ciência da jurema’” (Vandezande, 1975, p.44-46).

Além desta *Cidade de Jurema*⁹, o autor encontrou mais uma dezena de outros locais sagrados na região e cuja topografia corresponde em boa parte com os lotes

⁹ *Cidade de Jurema* é o nome dado ao local onde se encontram arbustos de Jurema (*mimosa hostilis* (Benth)) tidos com especialmente sagrados pelos juremeiros.

familiares distribuídos aos indígenas na demarcação da década de 1860. Assim, a *Cidade do Major do Dias* ficava no sítio Estiva e foi plantada pelo próprio Mestre Inácio, último Regente dos Índios de Alhandra. A *Cidade de Maria do Acais*, irmã de Mestre Inácio ficava no Acais de Baixo próximo ao local onde era celebrado o ritual da Jurema, e onde existia a Vila Maria Guimarães e a capela de São João. A *Cidade do Mestre Zezinho*, também da *família do Acais*, ficava no Acais de Cima e possuía sete pés de jurema. A *Cidade da Mestra Maria Arcanja*, ficava em Boa Vista. A *Cidade de Mocinha* ficava na propriedade Sal Amargo. No sítio Serrão, ao leste de Alhandra ficava a *Cidade de Mestra Tandá*. No Tapuiú, ficava a *Cidade do Mestre Cadete*, que foi cortada pelo proprietário da terra, mas uma devota havia salvo um arbusto da árvore e a transferida para o seu quintal no centro de Alhandra. Do outro lado da BR-101, mas ainda em Alhandra ficava a *Cidade da Mestra Izabel* junto com uma capelinha, na propriedade Camaçari, pertencente a um proprietário de João Pessoa. A *Cidade de Tamataúpe das Flores*, ficava no sítio de mesmo nome e possuía cinco pés de jurema. E no alto da praia de Tambaba ficava a *Cidade da Tambaba*, e que foi devorada pelo mar. Tal fato conferia um caráter célebre ao local e muitos cultos eram aí realizados (Vandezande, 1975, p. 129-131). Muitas dessas *Cidades de Jurema*, à época da pesquisa, encontravam-se abandonadas ou ameaçadas de destruição, especialmente pela venda dos pequenos sítios em que elas estavam e que vinham sendo destinados a projetos da SUDENE pelos novos proprietários.

“Todas as juremas mencionadas aqui estão localizadas ao redor da propriedade ‘Estiva’, perto da cidade de Alhandra. A jurema de Tambaba encontrava-se à beira-mar, mas até esta última achava-se ainda dentro dos limites da sesmaria concedida em 1614 aos índios de Jacoca.” (Vandezande, 1975, p. 131)

Apoiando-se em Henry Koster (1964, p. 56) que menciona, no início do século XIX, “reuniões para beber jurema” e danças dos índios que ele contratava em Alhandra para trabalharem em seu engenho ao norte de Olinda, e também em autores que descreveram os rituais do toré e da Jurema para grupos indígenas no Nordeste no século XX (Moonen, s/d; Antunes, 1973; Lima, 1946; Métraux, 1946, Lowie, 1946 e Nimuendaju, 1963) o autor afirma que

“A presença deste traço cultural da Jurema na região da pesquisa; a existência de um arbusto de Jurema preta, conhecidos e valorizados pelos habitantes; a localização destes arbustos em terrenos que outrora pertenciam aos aldeamentos dos Tabajaras além de uma tradição oral que fala sempre dos índios e da sua Jurema, nos deixa supor com uma certa probabilidade que o culto da Jurema no Catimbó por nós observado tem sua origem na presença indígena na região.” (Vandezande, 1975, p. 135)

Além desses comentários sobre a Jurema, o autor descreve e menciona o toré como um ritual específico de um conjunto muito particular de famílias.

“O Toré que ainda se dança na região de Alhandra e Caaporã parece ligar-se à tradição indígena com a Jurema, cujo culto em regra geral é estritamente ligado à dança tradicional.

Os cânticos do Toré dos Caboclos que temos observado e registrado em fita magnética desde 1973, tinha pouca organização. Era o divertimento tradicional dos pobres caboclos do campo organizado pela Juremeira, que é de antiga família de caboclos de Alhandra. Assistimos a uma festa de aniversário do filho de dona Joana, para o qual foram convidados os seus amigos da cidade: a médica do posto de saúde e esposo, um grande proprietário local, o autor e esposa, além de umas vinte famílias de pequenos proprietários da região. Houve diversos discursos e bastante bebida. Os oradores locais falaram repetidamente da ‘nobre e digna família de caboclos de Alhandra, que na pessoa de dona Joana, mantém o culto sagrado da Jurema..., e neste momento não podemos deixar de falar nisso, pois é a Jurema quem manda em Alhandra.’ Dona Joana foi criada pela família do Acais e lá aprendeu as linhas do Toré ‘que foram sempre cantadas nas festas organizadas em Acais e Estiva’. Estas linhas tipicamente produto da tradição oral, velhos e crianças cantam-nas, sobretudo os iletrados e aqueles que vivem bastante afastados do centro dos municípios. Observamos que somente este tipo de dança, quase que divertimento ritual, é chamada de ‘Toré’. O Catimbó Umbandista tal com descrito nunca se chama de Toré. Quando Zé Coqueiro terminou a sua nova casa de taipa no coqueiral de Caaporã, ele ‘organizou um Toré para agradecer’, com um divertimento ritual.

A palavra ‘Toré’ é de uso comum na região para indicar tal festa. Todos conhecem um homem de idade já avançada, chamado de ‘Biu Toré’, porque ‘ele organizava sempre o Toré’. Ao contrário, nunca ouvimos a palavra em João Pessoa (...), e nenhuma dança popular, mesmo no ambiente dos cultos mediúnicos, é chamada de Toré.

Estas observações nos deixam entrever a possibilidade deste Toré ser um resto de tradição indígena em Alhandra sobretudo pela sua vinculação ao culto da jurema e à família do Acais. Estes dois elementos, a Jurema e a família do Acais com a sua origem em mestre Inácio, na propriedade ‘Estiva’, nos permitem concluir quanto a origem indígena do Toré. Como argumento suplementar podemos acrescentar que em Alhandra nunca houve pesquisa antropológica; nunca ninguém deu atenção aos costumes e tradições locais. A região viveu sempre bastante isolada.” (Vandezande, 1975, p. 141-142)

Acrescenta ainda que:

“Achamos muito provável que não obstante a dispersão e mistura das tribos (...) e graças à fixação de famílias indígenas como proprietários de terras e como pequenos agricultores desde o início do século XVII, foram guardadas pela tradição oral o costume de dança, canto e maracá, ou o Toré.” (Vandezande, 1975, p. 144)

Após relacionar a Jurema e o Toré com as antigas famílias indígenas, envereda numa interpretação dos significados do Toré para as pessoas que realizam o ritual.

“No Toré dos Caboclos se trata de participantes bastante primitivos; agricultores pobres que passam a semana inteira nos seus roçados no campo. Não têm luz à noite, não há conforto, geralmente vivem numa barraca coberta de palhas. Trabalham sozinhos e conversam pouco. Aos sábados depois do almoço, vão ‘à cidade de Alhandra’. À noite vão ao Toré e pernoitam lá mesmo ou nas casas vizinhas. No domingo pela manhã vão à feira, e depois voltam. Percorrendo o longo caminho a pé, até o roçado, para, na segunda feira, ao levantar do sol, recomeçar a sua labuta diária. Para eles o único acontecimento importante da semana é o Toré. Lá eles encontram os seus semelhantes, conversam e sabem das notícias. Lá eles se divertem e dançam. Lá também, cada um se torna pessoa individual, diferente dos outros, na manifestação de seu mestre preferido. No antigo costume do Toré eles encontram os nomes sagrados e conhecidos de Deus, Jesus, Nosso Senhor, a Virgem Maria.

No Toré os caboclos se submetem as exigências, para eles atavísticas, de obediência e respeito, e reconhecem os nomes familiares dos ‘mestres’ da jurema ligados aos sítios e campos que eles conhecem e onde trabalham. Vemos que no Toré, o caboclo reconhece vários traços que lhe permitem de se reconhecer e para se sentir à vontade, e, ao mesmo tempo, é somente no Toré que lhe é permitido de mostrar a sua individualidade, na sua maneira de apresentar o mestre, seja somente pela dança e pelos movimentos do transe. Falar ele não pode, mas pode cantar. E tivemos muitas vezes a impressão que eles se sentem felizes e realizados nestes momentos. É o elemento lúdico, socializador e humanizador para o caboclo.” (Vandezande, 1975, p. 193-194).

Após as conclusões que apresenta, o autor afirma que os mestres juremeiros de Alhandra tanto reivindicam quanto formam efetivamente a descendência de antigas famílias indígenas, disputando entre si o prestígio social advindo dos cultos mediúnicos e atuando como articuladores mais amplos do universo social formado pelas famílias dos caboclos dispersos pelos sítios e fazendas.

“Para os caboclos do Toré a dependência dos mestres vivos é mais imediata, eles são realmente dependentes do mestre que organiza o Toré. São estes mestres que lhes compram qualquer produtos de seus campos, uma pesca ou uma caça. São estes que lhes procuram outro patrão se forem demitidos de seu emprego num sítio. Em contrapartida o caboclo ‘toma a bênção’ ao mestre ou mestra, traz regularmente uma galinha gorda, uma corda de caranguejo, uns ovos, frutas, ou qualquer produto como presente. O caboclo realmente olha pelos olhos, fala pela boca do mestre e pensa e age também como o mestre ordena.” (Vandezande, 1975, p. 197).

Os dados apresentados por René Vandezande nos permitem afirmar que mesmo após a divisão dos aldeamentos, com seus respectivos lotes e a instalação definitiva de proprietários brancos nas terras das antigas sesmarias, a população indígena conseguiu permanecer vivendo na região, utilizando dos recursos disponíveis e submetendo-se a regimes de domínio social específicos que só foram rompidos a partir dos anos 1970, quando o cultivo canavieiro e a especulação imobiliária expandiram-se na região. É este rompimento no quadro de relações de moradia que dará início as lutas e ao processo de reforma agrária na região.

1.8 – Latifúndios e reforma agrária

Segundo Emília Moreira (1997, pp. 30-32) as modalidades de relações de trabalho e ocupação da terra na região, apesar de diversificadas, enfatizavam a precariedade do acesso dos trabalhadores às condições de produção, devendo estes subordinarem-se aos patrões em troca da concessão de moradia e trabalho. As principais formas eram:

1 – Arrendatário: trabalhador que mora ou cultiva na terra de terceiros, numa área (sítio ou roçado) que lhe é concedida por contrato verbal que compreende o pagamento anual de um aluguel em dinheiro conhecido como foro. O rendeiro é o trabalhador que paga o foro, mas não mora na área. O arrendatário, paga o foro e mora na área.

2 – Morador de Condição/Cambão/Ticuca: morador de um imóvel, que tinha direito de cultivar, criar, morar, acesso à água, lenha e outros recursos e pagava por isso em forma de trabalho gratuito. Geralmente um ou dois dias na semana.

“os moradores de condição (...) eram comuns na Zona da Mata, sobretudo até os anos 50. A partir daí essa relação de trabalho começa a sofrer transformações, na medida em que os senhores de terra, além do pagamento do trabalho gratuito, passam também a cobrar o foro dos trabalhadores” (Moreira, 1997, p. 31).

3 – Parceiro: agricultor que em troca de uma área para morar e plantar, ou só para plantar, paga em produto pelo uso da terra (meia, terça, quarta).

4 – Possheiro: era uma das categorias mais comuns na Mata e Agreste até os anos 1970. Formados “pelos agricultores sem terra que ocupavam uma gleba de terceiros, ou do Estado, nela cultivavam, criavam animais e não pagavam nada a ninguém. As ocupações eram muito antigas e passavam de pai para filho há gerações. (Moreira, 1997, p. 31).

Além desses havia os **Assalariados** e os **Sem-Terra**, ambos sem acesso a terra, vendendo sua força de trabalho no mercado local, sendo os segundos a face mobilizada politicamente da condição de não-proprietários de terras, mas que trabalham na agricultura. Segundo a autora,

“Em alguns casos, identificou-se uma mistura de relações. Um mesmo agricultor pagava a renda trabalho e ainda recebia um pequeno salário. Outros chegaram a pagar simultaneamente a renda da terra em dinheiro, produto e trabalho”. (Moreira, 1997, p. 31).

Já as camadas dominantes, neste contexto, eram formadas por poucas famílias de proprietários que se assenhoreavam de enormes parcelas de terra, fossem elas de domínio privado ou arrendadas ao Estado. Entre estas famílias destacavam-se os

Lundgren, que a partir das terras do engenho Tabu, em Caaporã, expandiram-se rumo norte adquirindo largas faixas territoriais entre Pitimbu e Alhandra, até atingir o Conde, incluindo as áreas de Camucim, Abiaí, Garaú, Mucatu, Tambaba, Tabatinga e Jacumã.

“Em meados do século XX, a família Lundgren foi à oligarquia que passou a exercer o domínio nas terras de Pitimbu. Os registros que encontramos em livros e documentações indicam que nesse momento uma significativa quantidade de terras da região encontrava-se sobre a propriedade dessa família (...)

Nesse período, Pitimbu havia conseguido sua emancipação política, (...) com uma área territorial de 136 km². Ou seja, a família Lundgren oficialmente era detentora de mais de 30% da área municipal, valor não correspondente a real quantidade de terras, conforme atesta Cunha (1967, p. 14) quando afirma que ‘é ainda digno de nota o fato de ser a família Lundgren proprietária, direta ou indiretamente (através de prepostos ou aderentes), de mais da metade do município.’” (Lima, 2008, p. 43-44)

Proprietário	Propriedade	Área (ha)
Benedito Lundgren	Andreza	2.200ha
Hercílio Lundgren	Abiaí	2.000ha
Francisco Leocardio Nogueira	Camocim	1000 ha
Herculano Lundgren	Mucatu	568 ha

Quadro 1: Maiores proprietários de terra na década de 1960 em Pitimbu. Fonte: CUNHA, 1967, p. 151.

Figura 1 – Tabela apresentada em Lima, 2008, p. 44.

A família Lundgren, composta de descendentes de imigrantes suecos, destacou-se em Pernambuco e na Paraíba ao longo do século XX como uma poderosa oligarquia industrial, fundiária e comercial. Suas propriedades incluíam as fábricas da Companhia de Tecidos Paulista (Pernambuco), da Companhia de Tecidos Rio Tinto (Paraíba), a rede de lojas Casas Pernambucanas, a Destilaria Tabu (Caaporã), imensas extensões de terras nos municípios de Caaporã, Pitimbu, Alhandra, Conde, Rio Tinto e Mamanguape e centenas de imóveis nas cidades de Paulista e Rio Tinto. Longos foram os conflitos que este grupo agrário-industrial manteve com outros grupos sociais, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os índios Potiguara de Monte-Mór, com outros latifundiários e com camponeses e trabalhadores sem-terra, registrados em vários trabalhos

acadêmicos (Amorim, 1970; Baumann, 1981; Moreira, 1997; Panet et Alli, 2002; Palitot, 2005; Lima, 2008).

“Essa oligarquia dominou boa parte da Zona da Mata Paraibana durante o século XX, todavia esse domínio não ocorreu de forma hegemônica, além das disputas com outros grupos oligárquicos, a resistência da população menos abastada pelo território de vida sempre existiu.” (Lima, 2008, p. 45)

O mapa a seguir ilustra a vasta área de domínio que essa família exerceu nas zonas da mata norte e sul da Paraíba.

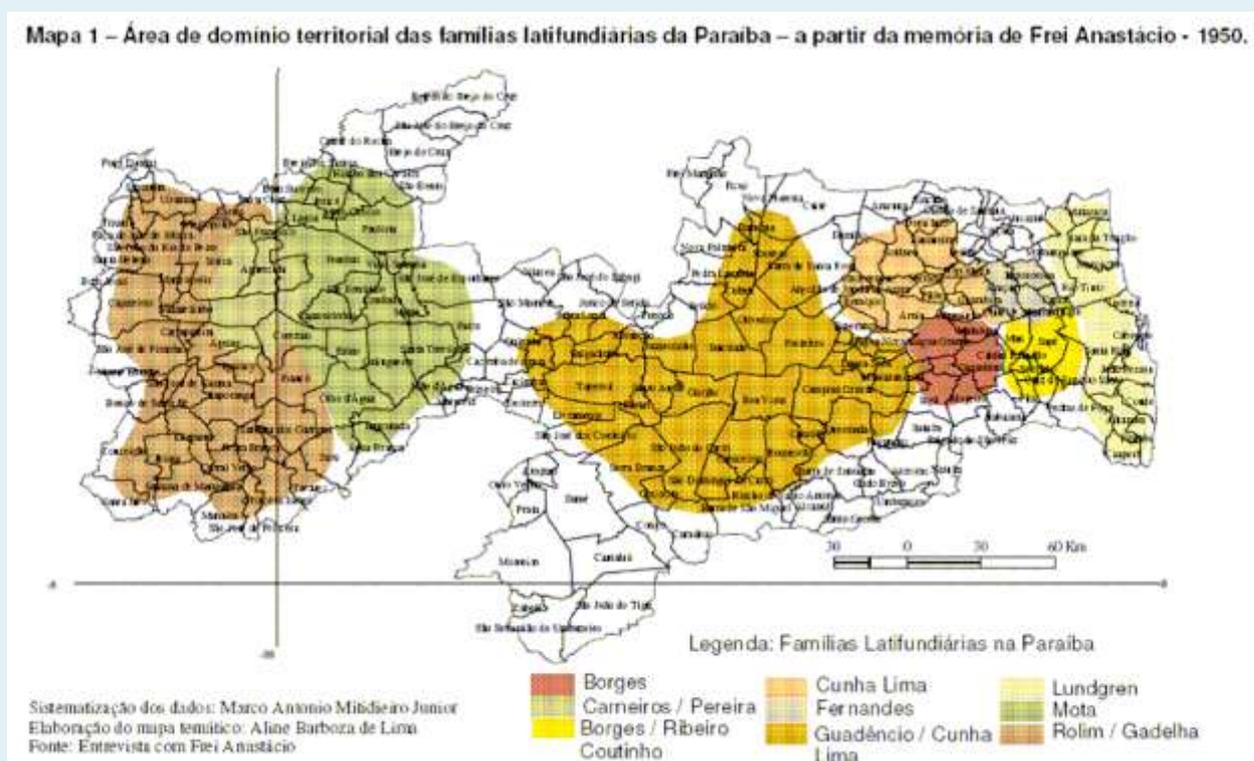


Figura 2 – Mapa constante no trabalho de Freire e Moreira, 2009, p.7.

Uma das maiores e mais significativas propriedades adquiridas pelos Lundgren foi o secular engenho Abiaí que, localizado ao sudeste da sesmaria dos índios da Jacoca, havia pertencido no século XIX à família Carneiro da Cunha. Essa família de grande poder e prestígio no século XIX, chegou inclusive a ocupar a presidência da Província

por mais de uma vez (Lima, 2008, p. 42). Os domínios dos Carneiro da Cunha excederam, e muito, aos limites do engenho Abiaí após a demarcação realizada por Justa Araújo, incluindo ainda as glebas do Jundiaí, Jacumã e Garaú.

A propriedade do Abiaí, além de sua grande extensão (cerca de 9.000 ha nos anos 1960), abrigava uma enorme população camponesa, oriunda de antigos escravos, índios dos aldeamentos de Jacoca e Alhandra e de retirantes da seca instalados no núcleo colonial aí criado em 1879. Antes de 1964, mais de 500 famílias viviam na Fazenda Abiaí (Moreira, 1997, p.145).

“De acordo com os relatos ouvidos, essa região era conhecida como “o Grande Abiaí”, onde, mesmo sem títulos de propriedade, os camponeses sobreviviam da terra, plantando as culturas de subsistência como mandioca, inhame, milho e feijão, culturas plantadas desde muito tempo, como registrado por Barléu (2005) no início do século XVII, cuja tradição é ainda mais antiga e remete-nos às culturas negra e indígena.

Na região do Abiaí, as relações de trabalho eram desenvolvidas através de acordos entre aqueles que detinham o poder político e econômico e aqueles que dependiam da terra para sobreviver. Assim, geralmente ocorriam conflitos quando um acordo era rompido ou novas regras eram estabelecidas por qualquer um desses grupos. (Lima, 2008, p. 58)”

Em função de partilhas sucessórias da família Lundgren, após a morte de Frederico João Lundgren em 1946, a propriedade Abiaí foi repartida entre sete herdeiros. Hercílio Alves Ferreira Lundgren, adquiriu posteriormente as partes de alguns irmãos, tornando-se proprietário de uma área de 3.736,89 há, que foi denominada Fazenda Abiaí (Lima, 2008, p. 59). Posteriormente, a partir de 1967, a fazenda foi sendo subdividida e negociada de diversas formas, como podemos ver no diagrama a seguir, composto por Aline Barboza de Lima.

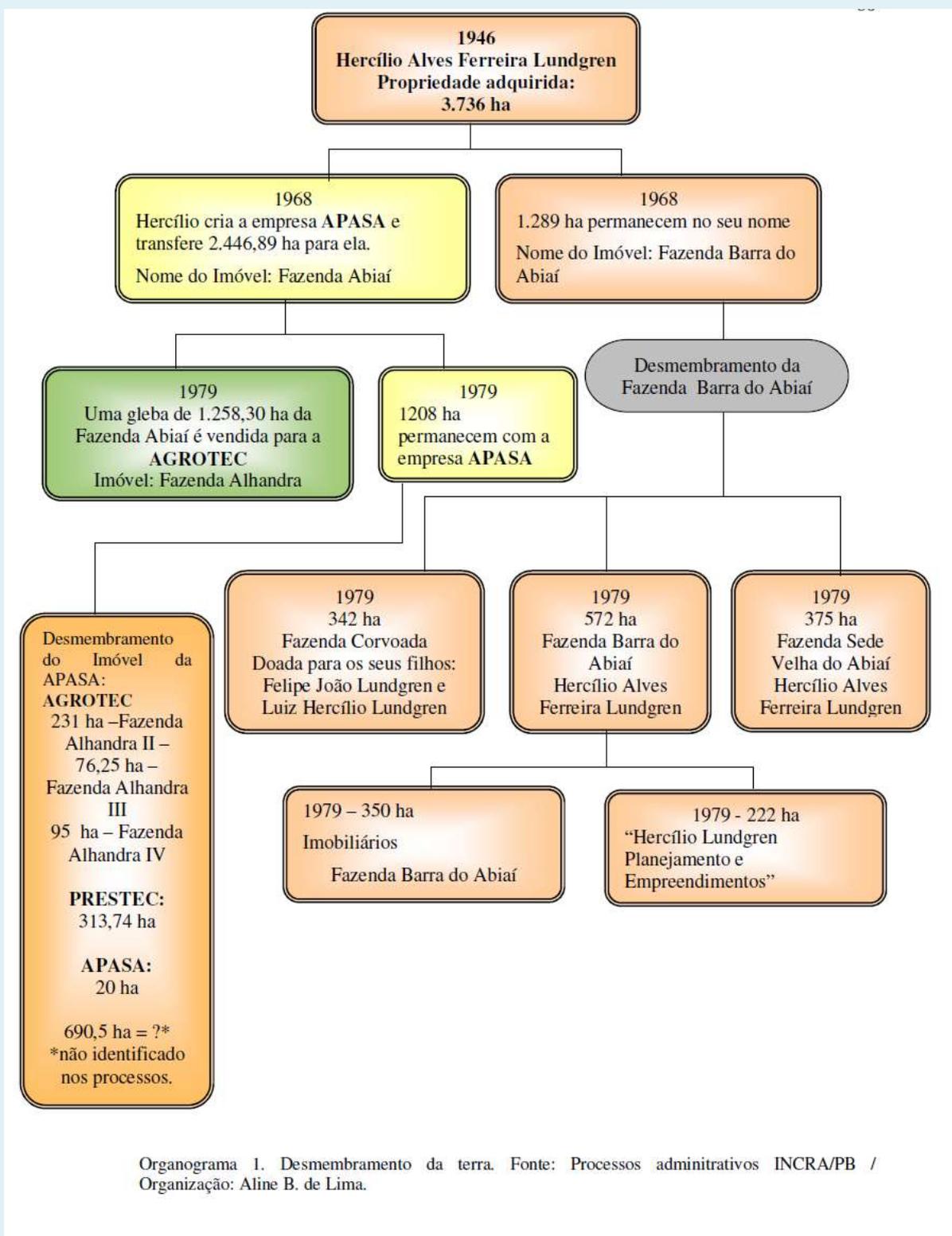


Figura 3 – Organograma desenvolvido por Lima, 2008, p. 60.

Prática comum aos proprietários de terras no litoral sul da Paraíba nas décadas de 1960 a 1980, a partilha, desmembramento, fusão, renominação e loteamento de antigas propriedades foi uma estratégia desenvolvida de modo a escapar da legislação agrária que passava a enquadrar os latifúndios passíveis de desapropriação. Também visava “passar adiante” problemas e conflitos com moradores e outras categorias de trabalhadores rurais (Moreira, 1997).

“No caso do desmembramento da Fazenda Barra do Abiaí, em 1979, Hercílio Alves Ferreira Lundgren objetivou mudar o cadastro da propriedade, classificada como latifúndio por exploração no INCRA, dividindo-a em quatro partes e cadastrando-as como empresa rural. (...)

Com essas ações, a família Lundgren conseguiu impedir que as terras da Fazenda Abiaí fossem alvos prioritários de desapropriação por interesse social,...) antes do desmembramento e expulsão dos posseiros, a Fazenda Barra do Abiaí enquadrava-se automaticamente em uma área prioritária para desapropriação, demonstrando o conhecimento jurídico dos proprietários das terras, necessário para escamotear o direito dos camponeses.

Os conflitos tiveram início quando a família Lundgren resolveu expulsar os camponeses das Fazendas, com o argumento que plantariam cana-de-açúcar. Das 150 famílias posseiras, apenas três resistiram às ameaças, pressões e violências para abandonarem a terra, além de algumas poucas famílias de arrendatários e moradores.” (Lima, 2008, p. 61)

Tal como na propriedade Abiaí, diversos outros conflitos fundiários tiveram lugar nos municípios de Conde, Alhandra, Caaporã e Pitimbu a partir dos anos 1970. Motivados, regra geral, pelo rompimento das antigas relações de patronagem, os conflitos opuseram, de um lado, diversas categorias de trabalhadores rurais, padres, agentes pastorais e advogados da Comissão Pastoral da Terra e, de outro, os proprietários de terras, corretores de imóveis, jagunços, prefeituras, juízes, polícia, exército, governo estadual e federal (Moreira, 1997; Sampaio, 2001; Lima, 2008).

“Na grande maioria dos casos, a causa primeira da eclosão do conflito foi a busca da valorização da terra por um novo dono, através da mudança da forma tradicional do uso do solo. Para tanto, fazia-se necessário a ‘terra desocupada’, isto é livre de roçados e moradias de agricultores. Isso porque a mudança proposta subentendia a expansão territorial de culturas ou de pasto. Sem falar que a extensão da legislação trabalhista ao campo fez com que nos processos de compra e venda da

terra o comprador exigisse como condição para a efetivação do negócio a ‘terra livre’, ou seja, desobrigada de encargos trabalhistas. A venda da terra, sem notificar os agricultores que nela viviam e sem lhes garantir o direito de preferência, também foi muitas vezes apontada como causa de conflito.” (Moreira, 1997 p. 32 e 33).

A geografia desses enfrentamentos abarcou não só a região das antigas sesmarias de Jacoca e Alhandra, como grande parte da Zona da Mata, Agreste e Brejo do Estado da Paraíba, num período histórico de grande efervescência social e política no campo, com inúmeras lutas por reforma agrária acontecendo ao mesmo tempo (Moreira, 1997; Sampaio, 2001; Lima, 2008). Marca este período também a intensificação das lutas indígenas dos Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór pela demarcação de suas terras no litoral norte¹⁰ (Azevedo, 1986; Moonen e Maia, 1992; Palitot, 2005), em estreita consonância com as mudanças sociais que ocorriam nesse período: redemocratização, concentração fundiária no campo, ação política engajada da igreja e de intelectuais.

Os quadros a seguir, explicitam a distribuição das lutas por reforma agrária e os assentamentos criados no litoral sul da Paraíba entre os anos 1970 e 2000.

Tabela 1 – Conflitos fundiários no litoral sul a partir dos anos 1970

Nº	Situação de Conflito	Categoria de Agricultores	Proprietários	Área do Conflito	Ano de início e Causas do Conflito	Situação atual (1997)
ALHANDRA						
01	Fazenda Mucatu	Moradores (174 famílias)	Terra pertenceu a Herculano Bandeira Lundgren	1.235,1986 hectares	1975. Tentativa de expulsão para plantar cana e bambu	Projeto de Assentamento Mucatu
02	Fazenda Subaúma	Arrendatários	Alfredo Pereira vendeu para Edgar	1.000 hectares	1976. Venda da terra, novo	Projeto de assentamento

¹⁰ Os conflitos resultantes dos processos de luta pela demarcação das Terras Indígenas (TI) dos Potiguara se estenderam do final da década de 1970 até os dias de hoje: TI Potiguara (1978-1984); TI Jacaré de São Domingos (1985-1993); TI Potiguara de Monte-Mór (1993-atualmente).

	(Subaúma I e II)	moradores de condição (112 famílias)	Jorge da Cunha		proprietário tentou expandir a área de cana sobre as glebas dos moradores	
03	Fazenda Árvore Alta	Arrendatários (200 famílias)	Sem informações	1320,6 hectares	1982. Tentativa de expulsão para plantar cana	Assentamento
04	Fazenda Salgadinho	Posseiros (16 famílias)	José Macedo Viana vendeu para João Teófilo Pereira	61,6 hectares	1984. Novo proprietário iniciou processo de expulsão dos camponeses	Imóvel adquirido pelo governo do estado em 1988. Até 1997 estava subjúdice.
05	Fazenda Apasa (Alhandra I, II, III e IV)	Arrendatários e sem-terra (350 famílias)	Desmembrada da Fazenda Abiaí, na época do conflito pertencia a Múcio Bandeira de Mello	1.994,2900 hectares	1986. Conflito movido pela construção de casas pelos arrendatários	Projetos de assentamento APASA e Nova Vida
06	Fazenda Santa Rosa	Sem informações (17 famílias)	Sem informações	95,7 hectares	Sem informações	Conflito sem solução até 1996. Em processo de aquisição pelo INCRA em 1997.
CAAPORÃ						
07	Fazenda Tabu	Arrendatários (55 famílias)	Grupo Lundgren (Destilaria Tabu)	Sem informação	1974. Tentativa de expulsão dos trabalhadores para expandir plantio de cana.	Conflito findo com a expulsão dos trabalhadores.
08	Fazenda Retirada (Capim de Cheiro)	Posseiros (153 famílias)	Usina Maravilha	1.049,00 hectares	1975. Tentativa de expulsão dos moradores para expandir área de cana.	Desapropriação de 580 hectares em 1994. Projeto de Assentamento.
09	Fazenda Tiúvira	Sem informação (06 famílias)	Grupo Lundgren (Destilaria Tabu)	Sem informação	1982. Pressão de arrendatários para expulsão dos moradores.	Sem informações
10	Sítio das Moças	Posseiros (70 famílias)	Destilaria Tabu (Grupo Lundgren)	Sem informação	1985. Tentativa de expulsão para expandir plantio de cana	Conflito findo por desistência dos agricultores.
11	Sítio	Arrendatário	Pertencia aos	400,00	1985.	Sem solução

	Capivara (Fazenda Esplanada)	s (20 famílias)	Lundgren, depois a Guy Targino Soares	hectares	Tentativa de expulsão dos trabalhadores.	até 1996
12	Fazenda Agropastoril Muitos Rios	Assalariados/Sem-terra (43 famílias)	José Albino Pimentel Filho	416,5 hectares	1986. Acampamento em terra improdutivo. Vizinha ao povoado de Cupissura.	Adquirida pelo governo do estado em 1986. Projeto de Assentamento.
CONDE						
13	Fazenda Garapu	Arrendatários (77 famílias)	José Santos Filho	2.200 hectares	1974. Proibição de cultivo de lavouras para expansão de plantio comercial de bambu	Foi desapropriado e unido aos imóveis Mucatu e Andreza para formar o Assentamento Mucatu
14	Fazenda Gurugi I	Arrendatários e moradores de Condição (45 famílias)	Terra pública arrendada a José Francisco das Neves em 1940	1226 hectares	1979. Venda da terra, expulsão dos moradores para plantio de cana	Adquirida pelo estado em 1982, parte da propriedade Paripe. Hoje é área de assentamento.
15	Fazenda Gurugi II	Moradores (60 famílias)	Nilson e Nelson Albino Pimentel	1279 hectares. Originalment e 2559 hectares.	1981. Expulsão dos moradores para criação	Área de assentamento
16	Fazenda Capim-Açu	Moradores e posseiros. (04 famílias)	Alaíde Viana	223,9 hectares	1982. Expulsão de moradores com a venda da terra.	Adquirida pelo Interpa em 1992. Área de assentamento.
17	Fazenda Barra de Gramame	Moradores (75 famílias)	Nilson e Nelson Albino Pimentel	863 hectares 2559 hectares quando desmembrado em 1949 da propriedade Gurugi. Fazia parte da Fazenda Gurugi II.	1983. Tentativa de expulsão para transformar a área em loteamento urbano	Assentamento Barra de Gramame.
18	Sítio Prazeres	Arrendatários (24 famílias)	Maria das Dores Neves de Vasconcelos	100 hectares	1986. Herdeiros negam-se a renovar arrendamentos antigos e pretendem vender a área.	Moradores expulsos e a área tornou-se loteamento urbano. Processo de desapropriação arquivado no INCRA.

19	Fazenda Tambaba	Sem-Terra (62 famílias)	Imobiliária Rio Tinto (Frederico Lundgren Neto e outros)	150,5 Hectares	1986. Ocupação de terras improdutivas que seriam destinadas ao loteamento “Colinas de Jacumã”.	Desapropriada em 1989. Subjúdice até 1996.
20	Fazenda Tabatinga/Jacumã	Moradores e sem-terra	Lundgren Pastoral Agrícola S/A (Almir Machado Corrêa de Oliveira e sua esposa Geranil Lundgren Corrêa de Oliveira)	1927,50ha	1995. Propriedade estava improdutiva e para ser hipotecada.	Assentamento Dona Antônia
PITIMBU						
21	Fazenda Camucim	Morador de condição (72 famílias)	Empresa Agroindustrial Tabu (Lundgren)	850 hectares (964,53 hectares)	1978. Tentativa da Empresa Agroindustrial Tabu (Lundgren) de expulsar os moradores para plantar cana	Adquirido em 1986. Hoje é área de assentamento.
22	Fazenda Abiaí (Sede Velha e Corvoada)	Arrendatários, posseiros e sem-terra (39 famílias)	Fazenda Abiaí (9.000 hectares) propriedade de Frederico João Lundgren. Vários desmembramentos : Hercílio Alves Ferreira Lundgren ..	717 hectares	1979. Expulsão de moradores para plantar cana	Assentamentos Sede Velha do Abiaí e 1º de Março (Corvoada)
23	Fazenda Barra do Abiaí	Sem-terra (51 famílias)	Era parte da Fazenda Abiaí e foi vendida para a família Sá Fontes	248,70 hectares	1993. Ocupação de latifúndio improdutivo	Projeto de Assentamento Teixeira

Fontes: Moreira, 1997 e

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/Noemi%20Paes%20Freire.pdf>

Tabela 2 – Áreas de assentamento no litoral sul segundo o INCRA

Nº	Nome do Assentamento	Nome do Imóvel	Município	Área (ha)	Famílias	Ano de desapropriação	Órgão
01	Arvore Alta	Árvore Alta	Alhandra	1.320,00	272	1993	INCRA
02	Litoral Sul	Sta Rosa I	Alhandra	95	18	1997	INCRA

		Sta Rosa II					
03	Salgadinho	Fazenda Salgadinho	Alhandra	58,1692	9	1988	INTERPA
04	Subaúma	Subaúma	Alhandra	565	99	1983	INCRA
05	Capim de Cheiro	Fazenda Retirada	Caaporã	507	112	1994	INCRA
06	Muitos Rios	Fazenda Agropastoril Muitos Rios	Caaporã	416,4846	29	1986	INTERPA
07	Barra de Gramame	Fazenda Barra do Gramame	Conde	771	74	1993	INCRA
08	Capim Açú	Fazenda Capim-Açú	Conde	32,079	14	1997	INTERPA
09	Dona Antônia	Tabatinga Jacumã	Conde	1.122,00	110	1996	INCRA
10	Frei Anastácio	Garaú	Conde	170	19	1998	INCRA
11	Gurugi II	Fazenda Gurugi	Conde	592	78	1988	INCRA
12	Paripe III	Paripe III	Conde	137	26	1995	INCRA
13	Rick Charles	Capim Assú Sta. Bárbara	Conde	338	53	1997	INCRA
14	Sítio Tambaba/ Colinas do Conde	Fazenda Tambaba	Conde	90,5025	18	1989	INTERPA
15	1º de Março	Corvoada do Abiaí	Pitimbu	275	34	1993	INCRA
16	Apasa	Apasa	Pitimbu	1.100,00	150	1995	INCRA
17	Camucim	Camucim Grande	Pitimbu	277	37	1992	INCRA
18	Nova Vida	Prestec	Pitimbu	894	130	1995	INCRA
19	Sede Velha do Abiaí	Sede Velha do Abiaí	Pitimbu	325	49	1993	INCRA
20	Teixeirinha	Barra do Abiaí	Pitimbu	248	33	1993	INCRA

Fontes: http://www.interpa.pb.gov.br/informacoes_assentamentos.php, acesso em dezembro de 2009.

A partir dos dados constantes nas tabelas acima, podemos perceber a continuidade entre as áreas de conflito fundiário no litoral sul no final do século XX e as áreas que foram concedidas a proprietários particulares no final do século XIX com o loteamento das sesmarias de Jacoca e Alhandra: Gurugi, Abiaí, Barra de Gramame, Garapu, Mucatu, Camocim, Cupissura, Árvore Alta (Avialta), Subaúma, Prazeres, Tambaba, Jacumã. Também podemos notar a concentração de terras nas mãos da

família Lundgren, pois em 11 das 23 situações listadas, algum membro ou empreendimento desta família aparecem como proprietários¹¹. Além dos Lundgren, as famílias Pimentel e Neves parecem como proprietárias de largas extensões de terras nos municípios do Conde e Caaporã. Mais intensa ainda é a frequência com que as categorias de posseiros, moradores e arrendatários aparecem entre os agricultores envolvidos nos conflitos, são 18 das 23 situações. Os sem-terra e assalariados correspondem a apenas quatro situações.

Por que é significativa a categorização dos agricultores neste quadro? Porque as relações sociais expressas nas figuras dos posseiros, moradores e arrendatários deixam antever uma relação de longa permanência das famílias nas áreas em disputa. Muitos dos relatos apresentados nos trabalhos consultados (Moreira, 1997; Sampaio, 2001 e Lima, 2008) mencionam famílias que nos anos 1970-80 residiam a 40, 50 e 70 anos nas propriedades em questão. Em que pese a relação de moradia ser parte de uma concessão do patrão, que teria o poder de mandar o morador embora, essa atitude revelou-se muito complicada em virtude da resistência coletiva dessas populações para abandonar os sítios e locais de moradia. A importância dos sítios como locais de investimento econômico, social e simbólico pela população da região é destacada na análise que Henrique Sampaio faz sobre a comunidade do Gurugi, situada no município do Conde.

“É ele (o sítio) que guarda o sentido de maior permanência na vida das pessoas dali. É o conforto da lembrança do trabalho de formação do sítio, das fruteiras plantadas, das manhãs, tardes ou noites gostosas passadas em conversas de parentes, compadres, vizinhos e amigos que condensam essa afetividade pelo lugar da moradia. Para ele é transferida a afetividade gerada pelas lembranças do nascimento dos filhos e de sua criação e pelos momentos felizes da convivência em família e na comunidade circundante. (...)”

De forma que o enraizamento não se daria tanto pela participação da casa, mas pela ligação que o agricultor tem com a terra que ocupa para morar. E não somente pelo aspecto físico, mas porque se trata de um espaço construído, humanizado, repleto de referências pessoais, familiares e comunitárias, presentes e passadas. A afetividade dirigida a ele está associada e condicionada às relações sociais estabelecidas aí.(...)

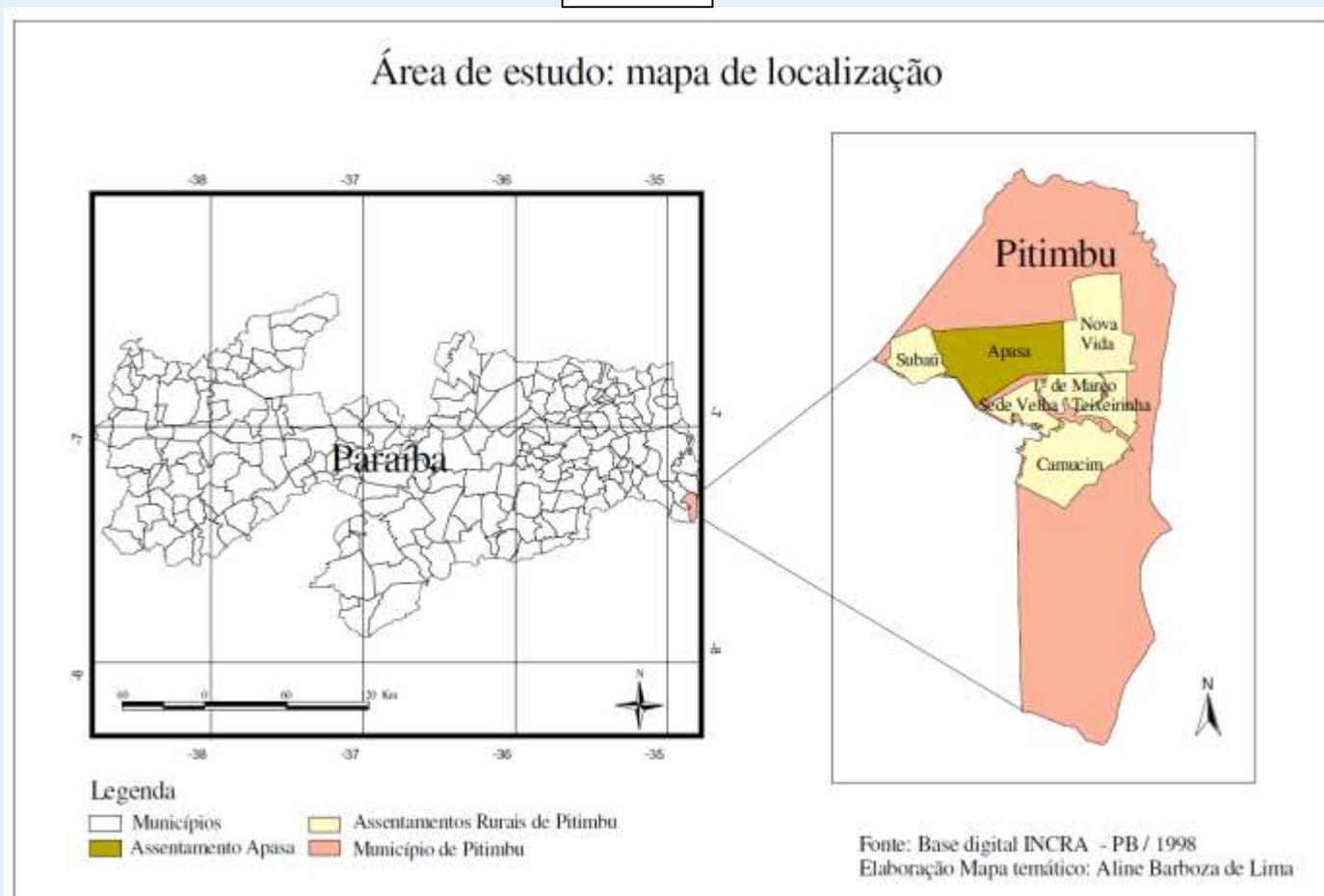
¹¹ Mucatu/Andreza, Apasa, Tabu, Tiúvira, Sítio das Moças, Sítio Capivara (Fazenda Esplanada), Fazenda Tambaba, Fazenda Tabatinga/Jacumã, Fazenda Camucim, Abiaí (Sede Velha e Corvoada), Barra do Abiaí.

A importância maior do sítio em comparação com a casa está também em relação direta com a durabilidade. Se por um lado, a casa não resiste à criação dos filhos, o sítio, por sua vez, passa por várias gerações e nele estão incorporados os projetos, o trabalho e o afeto de todos aqueles que participaram na sua construção. E mesmo quando a mudança de sítio se opera, ele ainda permanece ali como testemunha viva da história daqueles que envidaram esforços para a sua existência.” (Sampaio, 2001, p. 103-105. Parênteses nossos).

A relação dessas populações com o espaço é de constituição de territórios, definidos por uma situação de subalternidade social, mas também por níveis de apropriação individual, familiar e coletiva dos recursos disponibilizados pela terra, pelas matas, rios, mangues e o mar, como poderemos ver mais em detalhes ao longo deste trabalho. Um espaço, que além de densamente ocupado era explorado de modo diversificado por essas populações, que também agiam sobre ele conferindo significados simbólicos e culturais, como René Vandezande demonstrou a respeito das *Cidades da Jurema*, dentre as quais se destaca a famosa praia de Tambaba, e como veremos mais adiante a respeito dos lugares valorizados pelas famílias da antiga Jacoca, que contribuem na construção de cosmologias e moralidades específicas.

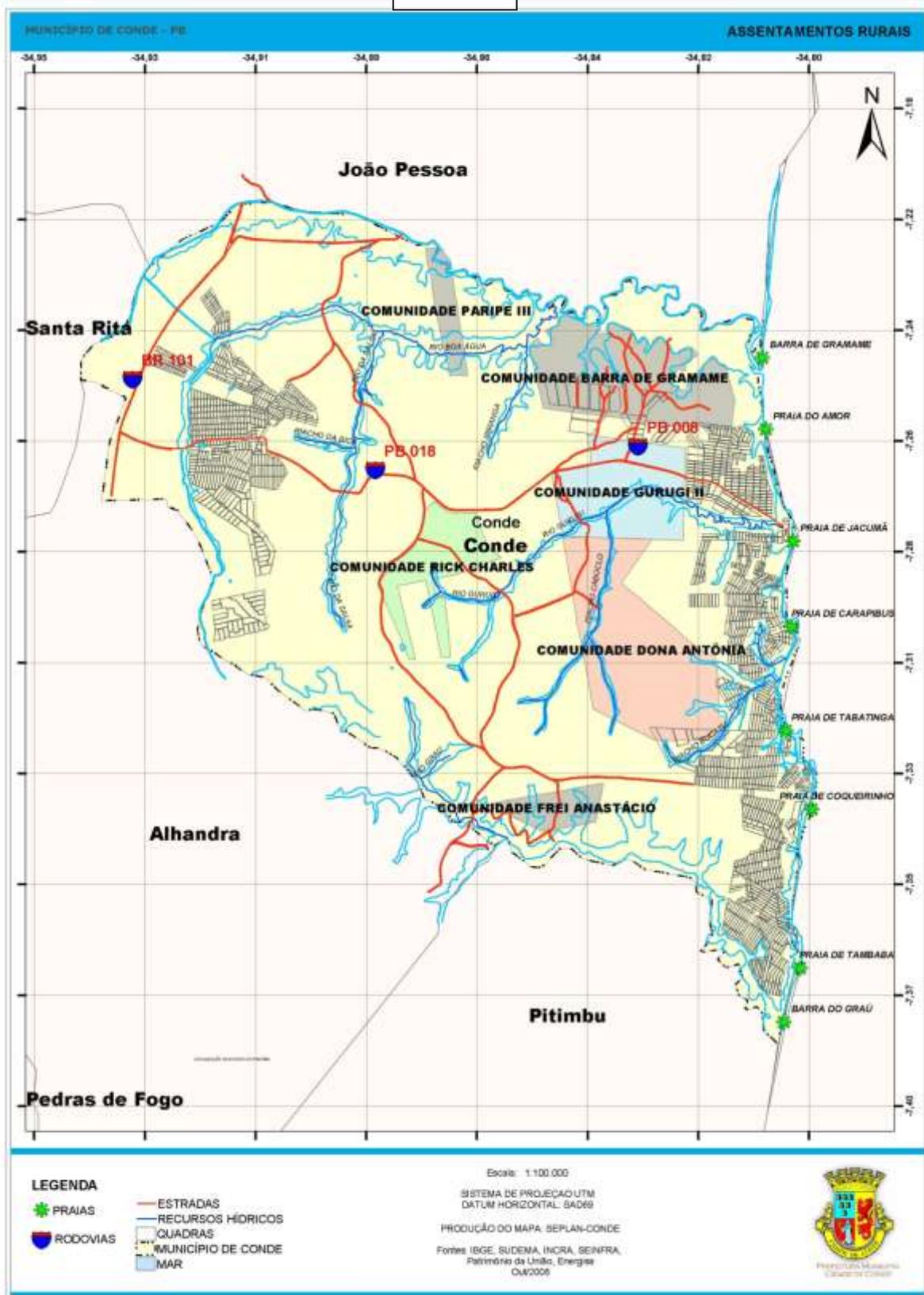
As lutas por reforma agrária, a constituição dos assentamentos e a emergência das identidades indígenas e quilombolas contemporâneas são resultado dessa complexa dinâmica social de apropriação e constituição de territórios e grupos de referência, mobilizados para garantir as suas próprias condições de autonomia e reprodução física e social, num contexto de intensas transformações econômicas que afetam o litoral sul da Paraíba. Os mapas a seguir, indicam algumas das principais áreas de assentamento na região (Pitimbu e Conde).

Figura 4



Fonte: Lima, 2008, p. 16.

Figura 5



Fonte: Secretaria de Planejamento do Município do Conde

1.9 – Os assentamentos de Gurugi e Barra de Gramame

Antes de encerrarmos esta incursão pela história do litoral sul, voltemos nossa atenção para um caso particular de luta pela terra e de constituição de identidades culturais, diretamente relacionada com o pleito atual dos índios Tabajara: os assentamentos de Gurugi e Barra de Gramame.

Gurugi é um assentamento de reforma agrária que além de ter enfrentado uma longa e violenta trajetória de luta pela terra, tem se destacado por ser uma das comunidades quilombolas mais visíveis no estado da Paraíba e por mobilizar política e culturalmente esta identidade a partir do Grupo de Coco-de-roda *Novo Quilombo de Gurugi* (Sampaio, 2001).

A mobilização étnica e cultural desta comunidade segue na esteira da sua luta pela permanência no território que vieram construindo desde o século XIX, e que de modos múltiplos se articula com as demandas atuais dos índios Tabajara, ora se aproximando, ora se distanciando. Com o intuito de apresentarmos de modo inteligível a complexidade da situação social e territorial do Gurugi, vamos recuperar alguns dados da memória local apresentados na dissertação de mestrado em Sociologia de Henrique Sampaio (2001).

O Gurugi é uma situação territorial bastante ampla e composta por diversas localidades entre a sede do município do Conde, o distrito de Jacumã e a Barra do Gramame. Fazem parte desse território o Gurugi I, Gurugi II, Paripe I, II e III, Agrovila do Portinho, Sítio Piranga, Guaxinduba e a Barra de Gramame. Cada um desses espaços comporta trajetórias singulares, mas também nexos de articulação significativos entre eles. O primeiro relato que evidencia as singularidades dessa situação emerge de um trecho de uma carta lançada pelos moradores do Gurugi I, em 1979, no início de sua luta pela terra.

“Nós moramos no sítio Gurugi situado no Município de Conde, a sete Km do distrito de João Pessoa/Paraíba. Terra que nós moramos tão sossegado: Pessoas com 30, 40 e 70 anos de moradia. Assim temos a informar que somos pessoas nascido dessa terra; somos pessoas raciado com índios, onde já morreu gente com 110 anos e que nunca entrou na cidade. Por nós viver tão sossegado a saber que a terra eternamente era do Estado. Sempre que nesta terra existia um rendeiro pelo Estado, de nome Francisco das Neves; mais que em 1978 a herdeira dele, Maria da Penha

Neves falou que tinha encontrado o direito de vender esta terra, mas não apresentam nenhum comprovante para nós moradores.” (Sampaio, 2001, p.107. Grifos no original¹²)

Num outro momento, Sampaio apresenta informações sobre o destino dos documentos que garantiam a posse de algumas famílias do Sítio Piranga.

“O relato de Dona Lenita, referindo-se a um documento de propriedade coletiva do Sítio Ipiranga, na qual ela tem posses. Diz ela:

L – A propriedade foi na época de Dom Pedro que deu um documento doado pro pessoal daqui. Tinha um só documento para a propriedade toda. Aí chegou um tal de Formiga, que eu não sei quem era esse. Minha mãe disse que chegou e perguntou a minha mãe por esse documento. Minha avó mais meu avô, como meu avô foi administrador dessa grande propriedade, Guruji, Fazenda Guruji. (...) O pai da minha mãe. Aí então, eu não sei, porque esse documento chegou a ficar na mão dele, né? (...) Esse tal desse Formiga junto com um padre, Frei Álvaro. Também o Frei Álvaro era Frei Álvaro Formiga. Que eu acho que esse outro tinha alguma coisa a ver com esse padre. (...) Então pediu esse documento para levar pra fazer vários documentos. Quer dizer, cada dono com o seu documento. (...) E levou e até hoje ninguém sabe o que foi que eles fizeram com esse documento dessa propriedade. Aí Piranga ficou sem um só documento. Que mamãe quando foi uma vez, mamãe foi procurar no arquivo. Não sei se foi em João Pessoa. Em João Pessoa por causa que em outros canto ela não foi procurar porque ela não tinha conhecimento nenhum. Então quando chegou lá o rapaz que atendeu, a moça disse a ela que ela ia gastar tanto que não ia valer a pena nem ela procurar porque pra dar busca nesse papé pra encontrar no arquivo esse documento. Ela aí e desistiu e voltou. (...) Mas a gente tem certeza que no arquivo pode encontrar o documento dessa propriedade. Que o documento dessa grande propriedade aqui Guruji, Fazenda Guruji, no documento reza: respeitar, respeitar o Sítio Ipiranga, o Sítio Ipiranga. É aí que a gente tem a desconfiança que era alguma coisa... que o Ipiranga era como que fosse uma aldeia ou sei lá o que, que ficou dentro dessa propriedade, mas era respeitada por todo mundo aí.” (Sampaio, 2001, p. 109. Grifos no original)

Uma área de terras que era “eternamente do Estado” e que possuía um reideiro (Gurugi I), aparece juntamente com uma pequena faixa de terra de posse comum (Sítio Piranga), que havia sido excluída na “época de Dom Pedro” dos limites de uma propriedade chamada Fazenda Gurugi! Bastante complexo. Mas não se atentarmos para

¹² Este mesmo trecho é apresentado por Moreira, 1997, p. 88, com ligeiras modificações. Numa das frases está escrito “somos pessoas **nascidas** com índios”. A data apresentada por Sampaio (25/10/1979) é também ligeiramente diferente da apresentada por Moreira (29/10/1979).

dois fatos. Primeiro, todas essas áreas correspondem à parcelas do território da sesmaria da Jacoca demarcadas pelo engenheiro Justa Araújo por determinação do Governo Imperial; segundo, a partir dos anos 1970, muitas das grandes fazendas que se instalaram nas terras das sesmarias foram sendo repartidas pelos novos proprietários de modo a auferir lucros, burlar a reforma agrária e pressionar os posseiros.

Recorrendo à Carta Topográfica desenhada por Justa Araújo em 1866 podemos perceber que a posse do Gurugy, antiga Data da Barra, fora demarcada por ele a pedido do senhor Lucidato Gomes de Leiros, que tornou-se proprietário da mesma. A demarcação dessa posse foi objeto de contestações que apareceram nos jornais da época, conforme mencionamos anteriormente. Os limites definidos por Justa Araújo para a posse do Gurugy tinham a forma aproximada de um quadrilátero. Ao sul, uma linha seca estendia-se do povoado do Piranguinha até o povoado de Jacomãa, separando a posse do Gurugy da posse da Jacomãa. Ao leste seguia rumo norte pela praia até alcançar a Barra do Rio Gramame. De lá a demarcação subia o rio Gramame até a foz do rio Jacoca, formando o limite norte. Da foz do rio Jacoca, na localidade Mutuassú de baixo, a linha seguia para uma localidade chamada Porto, de onde uma nova linha seca dirigia-se para o Piranguinha, completando o perímetro e demarcando a face oeste do perímetro. Nesta face oeste, contudo, existe um quadrilátero menor, que exclui dos limites da posse do Gurugy a localidade Piranga, onde se podem ver cinco casas assinaladas. Esta delimitação corresponde ao relato de Dona Lenita, transcrito logo acima.

Além da exclusão do Piranga dos limites da posse do Gurugy podemos observar numa faixa contígua ao limite oeste, uma grande área denominada *Terreno Devoluto*, que se estende desde o Mutuassú de Cima, entre os rios Gramame e Jacoca, até o riacho do Pau-Ferro, confronto aos lotes dos índios, atravessando uma mata de pau-brasil às margens do riacho Piranga que, segundo o próprio Justa Araújo, os fazedores de roçados vinham ocupando nos anos 1865-1866.

É este terreno devoluto que os moradores do Gurugi I referem-se em 1979 como “eternamente do Estado”, o qual foi arrendado em 1940 pelo governo do Estado da Paraíba ao senhor José Francisco das Neves, junto com outras terras circunvizinhas (Moreira, 1997, p. 40).



Imagem 2 – Excerto da Carta Topográfica da Sesmaria da Jacoca de Justa Araújo (1866) evidenciando a área nordeste da sesmaria onde foi demarcada e concedida a Posse do Gurugy a Lucidato Gomes de Leiros. Na Carta pode-se perceber a exclusão das localidades Mutuassú e Piranga dos limites da posse do Gurugy, a demarcação da Posse da Jacomã e o grande terreno devoluto deixado entre estas duas posses e os lotes dos índios.

Já a posse do Gurugy, passa a ser chamada, no século XX, de Fazenda Gurugi, passando a pertencer à Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goiana¹³, que em 1949 a vendeu para os irmãos Nelson e Nilson Albino Pimentel. Em 1978, a propriedade foi dividida amigavelmente entre os dois irmãos, cabendo a Nelson Pimentel uma área de 1.279,0 hectares, denominada Gurugi II e a Nilson Pimentel uma área de 2.559,0 hectares, chamada Barra de Gramame. Esta propriedade foi posteriormente subdividida e loteada,

“Em 04 de outubro de 1980, o Sr. Nilson incorporou uma gleba de 1.300,0 hectares à Firma Jacumã Empreendimentos Agropecuários Ltda. E, em 16 de janeiro de 1981, ele adquiriu 1.081,14 hectares da propriedade desmembrada amigavelmente de Barra de Gramame. Em 31 de maio de 1983, a propriedade foi hipotecada com a anuência do BANDEPE. Em 17 de dezembro de 1984 foi desmembrado dos 1.081,14 hectares de Barra de Gramame, uma área de 218,88 hectares, que foi registrada como Loteamento Praia de Jacumã II. Em 18 de setembro de 1985, o BANDEPE vendeu a área remanescente da propriedade Barra de Gramame, com 863,0 hectares, à Imobiliária Caruaruense Ltda. pertencente ao senhor Antônio Julião Ramos” (Moreira, 1997, p. 110-111).

Os conflitos fundiários nessa vasta região iniciaram-se em 1979, envolvendo duas categorias de trabalhadores rurais que evidenciam uma longa permanência nos locais de moradia: posseiros e moradores. No conflito que se arrastou por vários anos ocorreram diversos episódios de violência contra as famílias dos agricultores, tendo-se registrado, além de atentados diversos, dois assassinatos. O do agricultor Zé de Lela e da posseira Bila. Entre as estratégias dos proprietários para enfraquecer a mobilização incluiu-se a concessão de moradia na fazenda Gurugi II para famílias estranhas aos antigos posseiros, fato que acirrou os ânimos entre dois grupos um favorável à desapropriação e outro contrário. Após a transformação da fazenda em assentamento, o INCRA concedeu lotes a todas as famílias que vivia na fazenda, de modo indiscriminado. Tornando a situação de conflito entre os dois grupos permanente (Moreira, 1997; Sampaio, 2001). A identificação das antigas famílias de moradores com índios/caboclos e negros/quilombolas é negada por essas famílias trazidas pelos fazendeiros nos anos 1980, que se vêem como assentados.

¹³ Esta fábrica pertencia a José Albino Pimentel, industrial pernambucano, que assim como a família Lundgren possuía além de fábricas e casas em Goiana-PE, largas faixas de terras no litoral sul da Paraíba (Correia, 2008).

Já na Barra de Gramame, o conflito foi motivado pelo loteamento da antiga fazenda de coqueiros, pelo proprietário. Este contou com o apoio da prefeitura do Conde e visava criar granjas e loteamentos urbanos na faixa litorânea da propriedade. Pra tanto, a fazenda foi declarada área urbana. Na época do conflito (1985) viviam, há mais de 30 nos na fazenda, 74 famílias de moradores, totalizando 600 pessoas. Práticas de intimidação foram denunciadas pelos moradores da fazenda e o conflito só terminou em 1993 com a desapropriação de cerca de 800 hectares da fazenda (Moreira, 1997, p.110-114).

De acordo com os relatos apresentados por Sampaio (2001) e com os dados fornecidos nos documentos elaborados por Justa Araújo no século XIX, algumas das famílias dos posseiros e moradores do Gurugi e do Sítio Piranga estão fixadas nestas localidades desde data anterior a 1865. A possibilidade de estas famílias, mesmo atualmente identificando-se como quilombolas, possuírem vínculos com os indígenas da Jacoca é manifestada por alguns membros do grupo. Em Sampaio, encontramos algumas passagens que remetem a esta possibilidade, onde ele diz que os moradores do Gurugi possuíam um comportamento desconfiado, que atribuem à sua origem indígena.

“Afirmam a origem indígena e confirmam esse comportamento desconfiado, indiferente, as vezes até rancoroso. Dona Lenita diz:

Dona Lenita – E papai dizia que ele era descendente de índio ou era índio. Era índio.

Dona Lenira - Ou caboclo, né?

Dona Lenita - Que vinha a dar no mesmo. Agora é nisso aí, aí dentro..., aí vem a história de Gurugi. Gurugi aparece caboclos, né? Caboclos que era...

Dona Lenira – Desconfiado.

Dona Lenita - E era, foi o chefe daquela família de Gurugi.

Dona Lenira – Foi caboclo.

Dona Lenita – Aí diz que era um tipão de homem forte, o pessoal diz que era um tipão de homem forte, mas que não gostava de conversar com ninguém, não gostava de festa, não gostava de nada. E por caboclo ficou conhecido o Gurugi todo.

Motivos para essa desconfiança e para essa indisposição nunca faltaram. Afinal foram séculos de exploração, de grilagem de terras, de espoliação e de perseguição sofridas por esse povo. Sejam eles negros ou índios ou as duas coisas, tendo em vista que a miscigenação entre índios e negros é evidente nesse caso, sofreram perseguições violentíssimas no que se refere às manifestações de sua cultura e de afirmação de sua identidade. Foi uma prática comum entre fazendeiros que ocupavam territórios indígenas ilegalmente, ou entre aqueles que possuíam terras fronteiriças com as dos índios, o ato de proibir que eles falassem a sua língua e que praticassem a sua religião, ou seja, eram impedidos de viver como índios e de se mostrarem índios. (...)

No caso de Gurugi a perseguição deve ter sido ainda mais dura, uma vez que a população tem origem indígena e negra. Dona Lenita diz:

“Olhe, veja bem, aqui a gente tem a impressão, por tudo a gente dá a impressão, porque nosso pessoal, era como Lenira acabou de dizer ainda agora, eles tinham medo de contar o passado deles, né? Tinham medo de contar. Mas mesmo assim deixou alguma coisa que a gente ainda..., né? Que a gente hoje ainda sabe decifrar alguma coisa, porque, veja bem, era como se estivessem aqui escravos e índios, e índios. E viviam escondidos, por que? Porque cada casa de farinha era de cinquenta e cinquenta metros tinha aquelas gangorrazinhas. Ali mesmo tem uma ali, pequena, de um chão de uma casa de farinha. Lá no Piranga tinha não sei quantas. Lá naquele pé de cajá, lá perto da casa da gente tinha outra. E a gente sabemos que nós somos descendentes de escravos. Eu acho que houve alguma grande mistura na família, ninguém sabe como, mas houve uma grande mistura de índios com escravos, né? Índios com escravos.”¹⁵⁰

Isso parece se confirmar na frase de Dona Lenita quando diz “Eles tinham medo de contar o passado deles”, referindo-se ao receio das pessoas mais velhas da comunidade de falar da história do povo e do lugar. A explicação para esse medo está implícito na própria situação deles, descendentes de escravos fugidos e de índios arredios, resultado de uma perseguição e expropriação no curso da história. Nesse caso, é como se a desconfiança dos antepassados fosse transmitida aos seus descendentes. Ou se, de uma outra forma, os anos de repressão tivessem-nos feito renegar esse passado sombrio, de sofrimentos e de lutas. Não se enxergava nele nenhum heroísmo aí, mas tão somente o retrato fiel da perseguição que todos querem esquecer e escapar.” (Sampaio, 2001, p. 114-115. Grifos nossos).

Assim, temos relatos de dois pesquisadores distintos, em momentos e locais diferentes, mas ainda dentro dos limites das sesmarias dos índios de Jacoca e Alhandra, que nos apontam para processos sociais de transmissão intergeracional da memória, que fundamentam a organização de grupos sociais. No primeiro caso, Vandezande percebeu em 1975 a manutenção de uma memória indígena codificada no culto da Jurema em Alhandra, com o toré mantido pelas famílias dos caboclos fixados nos lotes distribuídos no final do século XIX. No segundo caso, Sampaio, no começo do século XXI, identifica entre os habitantes do Gurugi uma memória fragmentada e violentada pela divisão de suas antigas áreas de moradia entre distintas famílias de proprietários (Neves e Pimentel), onde a convivência íntima de famílias de ex-escravos e de índios aldeados forjou uma identidade particular que ganhou nome e propósito renovado com a experiência de luta pela terra nos anos 1980. De modo muito semelhante aos dois casos anteriores, as famílias dos caboclos que hoje se autoidentificam como Tabajara vem buscando a recuperação do espaço físico indispensável à sua reaglutinação enquanto grupo sócio-político e que possua as condições necessárias à sua reprodução material e cultural.

Segunda Parte: TERRITÓRIO

2.1 – Organização territorial, parentesco e clivagens étnicas

A forma que um grupo social assume fisicamente no espaço não é algo definitivamente dado e imutável; sua formação é um fato histórico, em contínua transformação e adaptação às condições dos contextos sociais, ecológicos e territoriais onde tal grupo desenvolve suas atividades. É de se destacar a importância que os princípios de organização social têm neste processo, como elementos básicos para a agregação dos indivíduos e a fixação dos traços culturais necessários para a consolidação de um determinado sentido de pertencimento (familiar, comunitário, étnico, nacional, etc.) e de uma determinada visão de mundo.

Inaugurando os estudos sobre morfologia social¹⁴, Marcel Mauss dedicou-se à compreensão do modo como se estabelece a relação justamente entre os princípios de organização social e as condições materiais de existência de um grupo humano. Elaborando informações sobre os esquimós do Alasca (1993 [1904-1905]), colocou ele em evidência dois fatores centrais para a compreensão da morfologia social nas mais diversas sociedades. De um lado, os aspectos ecológicos e as atividades técnicas e econômicas, que têm um importante peso na construção das relações sociais dos indivíduos e das famílias; de outro, estes aspectos não podem ser considerados como determinantes da forma social adquirida pelo grupo, mas apenas como fatores limitativos, indicando as possibilidades que este grupo tem à disposição em um determinado território para desenvolver sua vida social. A demonstração consiste em fazer notar que, com uma paridade dos meios técnicos em um ambiente ecológico símile, podem existir formas sociais muito diferentes, como, por exemplo, aquelas manifestadas pelos Atapascanos e pelos Algonquinos, povos vizinhos dos esquimós, com os quais estes últimos mantinham contatos comerciais continuados. Durante o verão, os esquimós dispersavam as famílias nucleares em um território imenso, escolhendo como tipo de moradia as tendas, e reservando para o inverno uma vida nucleada de toda a comunidade. Esta nucleação permitia reunir as famílias dispersas em residências estáveis e de grande porte, residências que compactavam as famílias

¹⁴ “Sabe-se que designamos por esta palavra a ciência que estuda, não apenas para descrevê-lo mas também para explicá-lo, o substrato material das sociedades, isto é, a forma que elas ostentam ao se estabelecerem no solo, o volume e a densidade da população, a maneira como esta se distribui, bem como o conjunto das coisas que servem de base para a vida coletiva ” (Mauss 2003: 425).

extensas. Por seu turno, os atapascanos e os algonquinos mantinham durante todo o ano uma mobilidade territorial contínua, utilizando como moradias exclusivamente tendas. As razões de tais diferenças morfológicas, afirma Mauss, devem ser buscadas nas especificidades sociais de cada povo, procurando-se relacionar a morfologia social com as características da vida religiosa, política, jurídica e econômica.

Partindo destas considerações, pode-se salientar que os aspectos sociais e a visão de mundo de um determinado grupo humano, que vão se constituindo historicamente, remarcam determinadas características culturais que, por sua vez, discriminam outras formas de organizar as relações entre indivíduos e indivíduos, entre famílias e famílias e entre os grupos sociais. Criam-se, assim, formas específicas de distanciamento (e de aproximação) social, que vêm a configurar um determinado espaço social¹⁵. Este, ressalte-se, não é construído abstratamente, mas encontra as condições da sua expressão em um espaço físico, a partir tanto das condições ecológicas e geográficas, quanto das características das atividades técnico -econômicas adotadas pelo grupo, bem como das limitações ou possibilidades oferecidas por um eventual contato interétnico ou ainda por relações de dominação (guerra, comércio e/ou troca, relações de trabalho, escravidão, etc.).

O processo histórico descrito na primeira parte deste relatório coloca em evidência os diferentes contextos em que estiveram inseridos os indígenas do litoral sul da Paraíba ao longo dos séculos, apontando a complexidade das relações sociais e étnicas nestes desenvolvidas, onde as práticas de dominação colonial tiveram papel determinante, condicionando a morfologia social e a organização política dos povos nativos. Argumentando sobre os índios da região Nordeste em geral, João Pacheco de Oliveira (2004) refere-se a esses contextos históricos como delineando dois específicos processos, que o autor define como de “territorialização”, com isto entendendo a atribuição de espaços específicos e bem delimitados a grupos sociais e étnicos sujeitos por parte de um poder colonial ou neocolonial.

Um primeiro processo de territorialização, que vai do período da conquista europeia até as primeiras décadas do século XX, seria, por sua vez, dividido em três

¹⁵ Sobre o distanciamento social e cultura, ver, entre outros, E. Hall 1977. Este autor elabora uma interessante subdivisão analítica entre distâncias íntimas, pessoais, sociais e públicas, em situações de relacionamentos interculturais, relativos a contextos de diferentes sociedades.

fases, caracterizadas pela “mistura” – entendida aqui como miscigenação e entrecruzamento de fluxos culturais. A primeira fase seria determinada pela heterogeneidade étnica dos aldeamentos jesuíticos, a miscigenação não envolvendo colonos brancos e aquela com escravos de origem africana sendo ainda pouco significativa. A segunda fase refere-se à promulgação, a partir de meados do século XVIII, da legislação pombalina, que extingue a organização missionária, criando as chamadas vilas de índios. Com este agir, seculariza-se a administração dos indígenas, favorece-se os casamentos entre colonos portugueses e nativos, e se coíbe a fala em línguas nativas. Como justamente observa Oliveira (idem), esta segunda fase teria produzido uma “mistura” mais intensa, favorecida também pela imposição do ensino da língua portuguesa. Mas, seguindo o autor, o momento mais crítico para os índios ocorreu com a terceira fase, inaugurada com a Lei de Terras, de 1850. Como vimos para o caso do litoral sul da Paraíba, durante este período, fazendeiros passam a ocupar de modo paulatino os espaços dos antigos aldeamentos – que são oficialmente extintos –, os índios perdendo o controle sobre a quase totalidade dos territórios onde viveram por séculos.

Com a perda formal de parte substantiva dos espaços territoriais nos quais haviam sido aldeados, no correr do século XX grande parte desses grupos indígenas passou, então, por um segundo processo de territorialização, desta vez por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Este proceder, em certa medida contribuiu para a reversão das fases de “mistura” do processo anterior. O órgão tutor passou a operar instituindo áreas para os índios, com o intuito de, por um lado, liberar terras para a colonização, e, por outro, tutelar os indígenas, em um processo de assimilação e integração (Lima, 1995).

Uma característica importante de ser remarcada para este período foi, de um modo geral, o fato de que era preciso convencer os funcionários do SPI da “indianidade” (Oliveira, 2004) desses indivíduos e grupos – o que foi realizado através da manifestação do *toré*, que deste modo acabou por ter uma grande difusão e diversidades entre os vários povos.

A partir das conseqüências da instituição de Terras Indígenas no Nordeste, Oliveira entende a noção de territorialização nos seguintes termos:

um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (Oliveira, 2004, p.22).

A ênfase colocada pelo autor sobre uma dimensão coletiva na formação da identidade, com o remanejamento cultural sendo um elemento central na formação de uma distintividade étnica, coloca em destaque o diálogo com as formulações de Barth (2000b [1969]) sobre os grupos étnicos como constituindo um “tipo organizacional”, um vaso organizador de cultura. É aqui importante observar que é justamente com base no autor norueguês que boa parte das produções recentes sobre os indígenas do Nordeste busca quebrar uma imagem destes como estando em franco processo de aculturação e de desorganização social – conforme afirmado, dentre outros, por Galvão, em um trabalho de 1957 (Galvão, 1979), e Ribeiro (1970).

Por este segundo processo de territorialização teriam passado, na Paraíba, os Potiguara do litoral norte, que conseguiram, ao longo do século XX, se reorganizar enquanto grupo étnico diferenciado e re-conquistar o direito de uso exclusivo sobre parte dos territórios por eles ocupados por séculos. Mas o mesmo não pode ser dito sobre os indígenas do litoral sul deste estado. Com efeito, o segundo processo de territorialização de que nos fala Oliveira, teve início para estes índios há apenas quatro anos. Neste sentido, como vimos, há que se dizer que o século XX representou uma extensão dos efeitos da terceira fase do primeiro processo de territorialização, os índios chegando a perder, a partir da década de 1950, até mesmo o controle sobre os exíguos espaços a eles destinados após a reforma introduzida pela Lei de terras de 1850.

Deste processo e de suas consequências para as famílias indígenas em questão e seus descendentes, nos ocuparemos mais adiante, em detalhes, uma vez que se constitui como foco central da construção simbólica das reivindicações atualmente perpetradas pelos Tabajaras contemporâneos. Neste momento nos interessa destacar o nível de fragilidade política e territorial em que se encontraram as famílias indígenas desta região. De fato, nessas condições, elas não conseguiram criar “uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora”, nem instituir “mecanismos políticos especializados”, nem tampouco redefinir o “controle social sobre os recursos ambientais”, como sugerido por Oliveira, no trecho citado.

Obviamente não poderiam realizar tais elementos, uma vez que não estavam ainda sendo submetidos ao segundo processo de territorialização. Ao contrário, as famílias dispersaram-se no interior das antigas sesmarias de Alhandra e Jacoca e, posteriormente, muitas delas foram obrigadas a se assentar na periferia da cidade de João Pessoa. Ainda há que se destacar que as perseguições e violências perpetradas durante o século XX contra aqueles que se declaravam “caboclos” teriam sido decisivas para que os grupos domésticos constituídos por indígenas optassem, como estratégia de sobrevivência, pelo abandono ou acantonamento de uma identidade étnica que mais estorvava do que beneficiava a reprodução familiar.

O cenário descrito poderia nos levar à apressada conclusão de que todo este tempo teria sido suficiente para aniquilar qualquer vestígio de identidade grupal. No entanto, os dados demonstram o contrário. Antes de apresentá-los, e para que adquiram um sentido dentro de um quadro analítico que nos parece apropriado, é importante fazer alguns aprofundamentos sobre uma discussão teórica que é central: quais são os elementos de continuidade e descontinuidade na vida social.

Na introdução do referido ensaio sobre os grupos étnicos (1969), Barth argumentava que na vida social, entre os diversos tipos organizacionais, o grupo étnico seria justamente aquele que se manteria mais constante no tempo, podendo perdurar por séculos, não obstante pudessem ocorrer em seu interior significativas mudanças em termos de conteúdo cultural e nas formas institucionais que o comporiam. Reportando-se a um conceito das ciências naturais, o autor afirmava que as fronteiras étnicas podem funcionar como uma “linha filogenética” a partir da qual se produziriam variações de ordem social e cultural. Não cabe dúvida de que, em muitos contextos, as fronteiras étnicas constituem-se em clivagens duradouras, sendo o apontado por Barth extremamente importante para se compreender as modalidades de distribuição e de organização dos fluxos culturais ao longo do tempo. Contudo, tais considerações não podem ser feitas para o caso dos indígenas do Nordeste brasileiro em geral, e daqueles do litoral sul da Paraíba em particular. Como vimos ao longo dos séculos nestas regiões, as fronteiras dos grupos étnicos foram muito variáveis e descontínuas, a própria identidade grupal constituindo “povos” diferenciados de outros “povos”, podendo mesmo ser abandonada ou ao menos acantonada, como ocorreu com os indígenas das antigas sesmarias de Alhandra e da Jacoca. É justamente em decorrência desta

descontinuidade de identidade étnica que Olivera argumenta sobre os índios do Nordeste, propondo os fatores anteriormente citados na definição do segundo processo de territorialização, pensamento que se expressa mais nitidamente no quarto destes fatores: “a reelaboração da cultura e da relação com o passado”. Desta forma, o autor leva a considerarmos o objeto social focado como sendo uma construção nova, voltada à definição de uma identidade inédita, num processo de etnogênese. Mas, podemos perguntar, esta construção se daria sobre uma base social e cultural também inédita? No caso da Jacoca, durante um período provavelmente de mais de cinco décadas, em que a unidade étnica foi dissolvida, poder-se-ia também falar de dissolução de uma identidade grupal? Qual o papel do parentesco, do familiar e, principalmente da ecologia doméstica na definição de “formas de vida” (Hannerz, 1992) específicas e, conseqüentemente, na circunscrição de identidades coletivas?

Acompanhando os quatro anos de reivindicação tabajara e, especificamente, no levantamento feito para efeitos deste trabalho, são justamente estes últimos fatores que se destacam, apresentando-se aos olhos dos pesquisadores dados de certo modo surpreendentes.

Em primeiro lugar, há que se dizer que o nível de compactação encontrado nas relações familiares – inclusive entre membros de troncos diferentes, que por décadas haviam diminuído e até interrompido as visitas recíprocas – demonstrou-se muito elevado, levando-se em conta os apenas quatro anos de mobilizações. O mesmo se pode dizer com relação à coesão política e à construção da legitimidade das lideranças.

Em segundo lugar, destaca-se a homogeneidade de constituição dos grupos domésticos, na grande maioria relacionados a um estilo de vida específico, centrado em atividades práticas como agricultura, pesca, caça e coleta. Até mesmo as famílias que nas últimas décadas tiveram que se assentar na periferia de João Pessoa, mantiveram sempre um forte elo com os espaços da Jacoca. Quando possível, também nos espaços urbanos, nos quintais domésticos, dão ainda vida a práticas de agricultura e de cultivo de plantas medicinais (vide a quinta parte deste relatório).

Em terceiro lugar, a memória e os valores associados às trajetórias familiares apresentam-se como algo contínuo, fruto de uma elaboração cultural cotidiana, principalmente entre aqueles indivíduos que ainda vivem nos espaços de ocupação tradicional, desenvolvendo as referidas atividades técnico-econômicas.

Em quarto lugar, as redes de relações e de parentesco restringem-se quase exclusivamente aos moradores da Jacoca.

Desta forma, podemos afirmar que, não obstante a descontinuidade de uma etnicidade manifesta, identidades coletivas continuaram a serem reproduzidas, a partir das experiências que os indivíduos tiveram ao longo do tempo, no seio dos grupos domésticos em que estavam inseridos. Conhecimentos, valores, ideias e saberes práticos herdados de tempos anteriores e/ou capturados dos fluxos culturais que entrecruzavam os espaços das antigas sesmarias, encontravam como *locus* privilegiado de organização social justamente essas unidades sociais, a partir das quais são tecidas redes de parentesco ou relações de vizinhança. Aqui devemos precisar que não nos referimos ao “grupo doméstico” segundo uma concepção clássica, que o define como um conjunto de indivíduos que residem em uma única residência. Em alguns casos, a co-residência pode ser um fator importante, mas em muitos outros não é o elemento definidor dessa unidade. Por tal razão, preferimos adotar as definições propostas por Wilk (1984, 1997), sobre os diferentes tipos de unidades domésticas (*households*). A partir de sua experiência de pesquisa entre os Kekchi Maia do Belize, este autor propõe definir as *households* dos Kekchi partindo das atividades de produção e distribuição, mais do que a partir dos parâmetros de co-residência (Wilk & Netting, 1984). Assim, no que tange ao grupo que vive sob um único teto, Wilk propõe chamá-lo de “unidade habitacional” (*dwelling unit*), que, em alguns casos, não forma propriamente um grupo doméstico. Um aglomerado (*cluster*) de unidades habitacionais sob uma única direção formaria uma “*household cluster*”. Por sua vez, as *household cluster* podem ser de dois tipos, isto é, restrita (*tight*) e flexível (*loose*) (Wilk 1984: 224-227). No primeiro caso, as atividades realizadas pelos integrantes da *household* estariam vinculadas mais que tudo a um trabalho coletivo, sendo que, no segundo caso, embora mantendo como objetivo beneficiar a família extensa como um todo, as atividades podem ser muito diversificadas e desenvolvidas de modo autônomo por cada unidade habitacional.

Esta classificação das unidades domésticas oferecida por Wilk centra-se sobretudo nos aspectos econômicos e, portanto, a definição de *household* limita-se a salientar a produção e a distribuição de bens materiais como fatores determinantes. No nosso caso, nos parece oportuno ampliar as características que definiriam as unidades, incluindo a organização de aspectos imateriais – como conhecimentos, valores, lógicas

educacionais, emoções e afetos, mas, também, cargos e papéis sociais. Para tal propósito, além da produção e distribuição, são importantes também a aquisição e a organização social de todos os elementos culturais e materiais à disposição.

Tornando nosso foco ao contexto do litoral sul da Paraíba, ao lançarmos mão das definições de Wilk, podemos constatar a presença de uma constelação de formas de grupos domésticos, prevalecendo aqueles constituídos por famílias extensas de três gerações, que agregam unidades habitacionais, utilizando como eixos da articulação casais de avós. São também comuns grupos formados por um conjunto de irmãos (*sibling*). Tais grupos domésticos formam unidades locais, podendo ser de tipo “flexível” ou “restrito”, dependendo do nível de diversificação das atividades desenvolvidas por seus integrantes. Dessa maior ou menor flexibilidade, dependerá também o nível de mobilidade de seus membros nos espaços geográficos em que desenvolvem suas atividades cotidianas.

A interação e a estipulação de vínculos sociais entre os membros pertencentes a grupos domésticos distintos não é algo casual, ocorrendo através de certo grau de compartilhamento de experiências semelhantes sobre o espaço geográfico no qual se vive, sua ecologia, as atividades nele desenvolvidas, sobre os símbolos e as cosmologias que a partir dele são construídos, etc. Em outras palavras, interagindo entre si, estes grupos domésticos constroem uma visão de mundo e um território peculiar, com suas regras morais e lógicas de acesso a seus recursos materiais e imateriais. Para se reproduzirem, tanto biológica quanto social e culturalmente, os grupos domésticos precisam tecer redes de parentesco, e para tal propósito levam em consideração todos os fatores aqui elencados. Assim sendo, se focamos os espaços que eram delimitados pelos antigos aldeamentos de Alhandra e da Jacoca, podemos perceber que ao longo do tempo foram-se formando redes de relações, baseadas, na maioria dos casos, por parentesco, cuja profundidade histórica é bastante grande. As famílias que atualmente se reivindicam como sendo Tabajara representam um específico recorte nessas redes de relações, sendo importante ressaltar que os troncos familiares por nós levantados remetem-se ao tempo das medições realizadas pelo engenheiro Justa Araújo, na segunda metade do século XIX. Desde pelo menos este período, essas famílias vêm reproduzindo seus grupos domésticos, buscando sempre estratégias adaptativas que permitam a adaptação às características sociais, ecológicas e territoriais historicamente

encontradas. Para tal propósito, elas (as famílias) elaboram, no processo contínuo de reprodução dos grupos domésticos, os aspectos culturais necessários para as exigências do momento.

Os grupos domésticos representam, portanto, um motor importante na construção de identidades coletivas, assim como as redes de parentesco por estes tecidas representam a base social a partir da qual se recortam essas coletividades. Dado o histórico aqui descrito para os períodos do processo de territorialização no NE brasileiro, não cabe dúvida também de que, a partir dessas redes, dependendo da trajetória familiar e dos critérios de adscrição definidos, hoje podem ser reivindicadas identidades coletivas que podem ser “etnificadas” também como sendo quilombolas. Por outro lado, é ainda possível que coletividades evitem se encaixar em rótulos étnicos. Mas também não cabe dúvida (e devemos destacar) de que essas redes de relações e de parentesco baseiam-se em percursos experienciais que são específicos do litoral sul da Paraíba, criando-se entre todos os seus membros um sentido de pertencimento social que é também específico, o qual se identifica com esses espaços geográficos e com sua história. E essa história, justamente, os reconduz a uma vida social pretérita, da qual quase todos são descendentes e que era desenvolvida preponderantemente por famílias indígenas¹⁶.

Concluindo este item, gostaríamos de delinear melhor as categorias utilizadas para se compreender o que entendemos como “organização territorial”. Em nossas reflexões, optamos por dar grande ênfase à noção de “dinâmica territorial”, entendendo com isto o movimento continuado no tempo, resultante de uma pluralidade de processos que ocorrem em um determinado espaço geográfico e que levam os integrantes de grupos sociais e étnicos a configurar e/ou ajustar territórios de um determinado modo

¹⁶ As distintas modalidades de transmissão da memória identificadas por alguns pesquisadores entre as populações dessa região nos deixam perceber o imenso esforço investido na transmissão dos referenciais de grupos como os juremeiros de Alhandra e os quilombolas do Gurugi, onde a relação com os indígenas (referidos pelo termo “caboclo”) emerge de modo significativo na elaboração dessas identidades sociais (v. primeira parte). A subordinação social, o medo e o ocultamento de memórias são as principais características das relações sociais durante o século XX em toda essa região, apenas rompida por uma intensa mobilização pastoral-camponesa nos anos 1970-1990, que levou à luta pela reforma agrária e transformou muitas fazendas em assentamentos. Mas mesmo esses assentamentos vêm ganhando contornos étnicos (indígena e quilombola) na última década, desencadeando possibilidades de recuperação e ativação de memórias e redes sociais que ficaram ocultas durante mais de um século de dominação patronal.

(Mura, 2006). Assim sendo, esta concepção não deve ser confundida com a noção de “construção do território”, que também evoca uma imagem de movimento temporal, e que será amplamente usada no presente trabalho. É de se ressaltar que neste segundo caso a atenção recai sobre como os membros de um determinado grupo configuram e interpretam seus espaços territoriais, em uma situação histórica específica. Com a ideia de dinâmica territorial pretendemos ir para além disto, relevando ações, intencionalidades e concepções culturais procedentes de indivíduos pertencentes a grupos distintos, mas em contato permanente, num mesmo espaço geográfico. No que tange aos integrantes das famílias tabajara, interessa-nos entender justamente como a construção do território por parte destes índios ao longo do tempo foi norteadas não só pelas características da morfologia social, expressada pelos grupos domésticos em pauta, por um lado, e, por outro, pelas ações constritivas da dominação colonial. Ambos aspectos são importantes, mas não se pode pensar que os resultados possíveis de tal relação assimétrica sejam a “manutenção” da territorialidade indígena ou a “imposição” daquela outra que seria expressão das políticas do Estado.

A noção de territorialidade, cujo uso é muito difuso na antropologia e na geografia, geralmente manifesta algo de finito e de prévio, um conjunto de imagens, símbolos e regras de acesso e de uso aos/dos espaços geográficos, e/ou cósmicos, que expressaria o modo através do qual os integrantes de um grupo humano definem seus territórios. Portanto, esta noção, assim entendida, nos leva a pensar os territórios como sendo o resultado da projeção cultural sobre uma superfície externa, negando ou tornando insignificantes os acontecimentos históricos – como conflitos interétnicos e dominação colonial, acontecimentos que são extremamente importantes na própria formulação das categorias culturais. Neste sentido, sem optar por descartar o termo, preferimos considerar a territorialidade expressada pelos integrantes de um grupo como um resultado e não como uma determinante, um resultado sempre inacabado e sujeito a muitas variações, dependendo das situações em que se encontrem os grupos sociais ou étnicos tomados em consideração.

2.2 – Trajetórias familiares e dinâmica territorial no Litoral Sul da Paraíba

A maior parte das famílias tabajara é originária da região central da Jacoca, dos espaços onde o engenheiro Justa Araújo havia demarcado, na segunda metade do século XIX, os 58 lotes destinados aos índios (v. Imagem I, na primeira parte, e Mapa 9, mais adiante, neste item). Dentro desta micro região, destaca-se um lugar, conhecido como “Sítio dos Caboclos de Pau de Ferro”, ou simplesmente, “Sítio dos Caboclos”, epicentro do processo de esbulho das últimas famílias indígenas que ainda ocupavam parte desses 58 lotes e, conseqüente, de sua dispersão nos espaços mais amplos da antiga sesmaria. Hoje este lugar representa para os índios um espaço simbólico e experiencial importante, sendo também a ele que as narrativas se remetem, como o local de origem da índia Gertrudes, que está no ápice da árvore genealógica que nos foi possível reconstruir, ao longo do levantamento de campo.

Segundo os informantes mais idosos, Gertrudes teria sido encontrada no mato e “pega a dente de cachorro” pelo caçador indígena Manoel Bernardo Bispo dos Santos, que posteriormente com ela se casou. Pela posição que ocupam estes dois personagens na genealogia traçada, podemos remeter esse acontecimento à segunda metade do século XIX¹⁷ (v. diagrama I). Deste casal, nasceram quatro filhos: Severo Bernardo, Silvino, Antônia e Aninha. As duas mulheres não tiveram filhos, sendo que os dois homens casaram-se respectivamente com Maria e Maria Ângela, que eram irmãs entre si, e pertenciam a outra família indígena: a dos Conceição. Criava-se (ou consolidava-se) assim uma aliança política entre duas parentelas, incluindo-se como membros dos Conceição, os irmãos de Maria e Maria Ângela, ou seja, Terta, Das Dores, Tertuliano, Antônio Mariano, Joaquim e uma outra mulher, cujo nome os informantes não conseguiram recordar. A aliança política entre os Bispos dos Santos e os Conceição constitui-se de fato como a matriz a partir da qual desenvolvem-se os episódios narrados, bem como as principais linhas de descendência que representam as colunas centrais na construção da comunidade tabajara atual (v. diagrama I).

¹⁷ Tomando como referência a geração de João Gringo (G0), que nasceu em 1932, Gertrudes e Manoel ocupam a terceira geração ascendente (G+3). Calculando-se aproximadamente 20 anos por cada geração, recuaríamos para a década de 1870, justamente o período da demarcação dos referidos lotes.

Do casamento entre Bernardo e Maria, nasceram Rita Maria, Maria Severo e Pedro. Já Silvino e Maria Ângela tiveram seis filhos: Rosa Maria, Josefa, Maria Ângela (filha), Antônio, Dina e Santana.

Passando para a geração seguinte, Rosa Maria casou-se, num primeiro momento, com Celino dos Santos, tendo com ele cinco filhos: Antonia Martins, João (“João Gringo”), Augusto, Manoel (“Mirá”) e Alice, alguns dos quais nasceram em Mata da Chica (v. mapa 9). Posteriormente, Rosa Maria separou-se e voltou a se casar, desta vez com Antônio Francisco (o “Piaba”), que era originário da região de Gramame, sendo mantida a residência nos Sítio dos Caboclos. Deste novo casamento, nasceram duas filhas: Maria Tereza e Maria Rosa.

Josefa Bispo dos Santos casou-se com João Francisco (“João Boi”), tendo três filhos: João Francisco (“João Boinho”), José Francisco (“Zé Boi”) e Maria Fátima, esta última nascida já depois da saída do Sítio. Maria Ângela teve uma filha, Severina, também nascida fora do Sítio e que foi criada pela tia Josefa.

Como se vê, com poucas exceções, a totalidade das pessoas aqui listadas residiram nos Sítio dos Caboclos, desenvolvendo ali e em seus arredores atividades agrícolas, de caça pesca e coleta. A pesca fluvial era desenvolvida principalmente nas lagoas Preta, dos Gansos e dos Cágados, nos rios Graú, Andreza e Pituaçu. A caça e a coleta eram praticadas especialmente na Mata da Chica, Prensa Velha, Mata de Garapu e Tabulerinho (v. mapa 9)¹⁸. A vida social e produtiva, porém, não se limitava a esses espaços. A relação com famílias de Gurugi e de Barra de Gramame era já bem estabelecida, sendo que parte dos Conceição, por exemplo, já residiam neste último local. Como vimos, também Antônio Piaba era daí originário e para aí voltará depois de se separar de Rosa Maria, levando consigo a filha de um casamento anterior desta, com quem virá a se casar¹⁹. A relação com a localidade de Jacumã também era importante. Neste local existiam currais de pesca (*gre* marítimos), que requeriam mão de obra especializada (v. parte III), sendo que Severo Bernardo Bispo dos Santos e João Boi eram mergulhadores e trabalhavam nesses empreendimentos pesqueiros.

¹⁸ Para detalhes sobre as atividades produtivas e a organização social do trabalho, ver mais adiante a parte III.

¹⁹ Mais adiante descreveremos as consequências organizativas deste último deslocamento.

Existia, portanto, por parte das famílias indígenas em pauta, um uso extensivo e minucioso da antiga Jacoca, tendo como epicentro especificamente o Sítio dos Caboclos, lugar que lhes permitia ter um espaço exclusivo a partir do qual tecer e consolidar relações. Um série de eventos teria levado, porém, a uma mudança bastante radical na distribuição das referidas famílias indígenas na região, afetando também seu controle sobre o território e seus recursos materiais.

Em primeiro lugar, um fato interno às redes de relações dentro do próprio Sítio dos Caboclos teria criado um clima de tensão entre os moradores do lugar. Segundo narra João Gringo, seu irmão, Manoel Mirá, teria matado um vizinho, de nome Esmeraldino, originário da Barra de Gramame, por este ter tentado desonrar sua família “dando em cima” de sua tia Josefa. Manoel foi preso e, posteriormente, assassinado. O clima gerado por esses atos são narrados como algo que teria quebrado uma relação minimamente harmônica na região.

Em segundo lugar, temos os fatos mais significativos para os propósitos aqui, representados pelas pressões exercidas por membros da família Lundgren, latifundiários que, como vimos, a partir da década de 1940, buscavam consolidar suas posses na região. Segundo os informantes mais idosos, a pressão não se limitava ao nível psicológico, sendo exercida fortemente também através de atos de violência corporais e da destruição de propriedades materiais dos indígenas, como, por exemplo, no incêndio de suas casas. Ademais, lhes era proibido praticar rituais que os caracterizassem como indígenas, bem como que se declararem explicitamente como sendo “caboclos”. Segundo contam João Gringo e Pedro Severo, as ameaças chegaram a fazer com que Silvino Bispo dos Santos cedesse e entregasse os documentos de propriedade do lote em que morava com a família para o administrador dos Lundgren, com a consequente fragilização do controle indígena sobre a terra e a posterior expulsão das famílias desse lugar.

Os primeiros a sair foram os descendentes de Severo Bernardo (v. diagrama II). Após sua morte, a esposa, Maria da Conceição, encontrou-se em grande dificuldade econômica e decidiu sair do local com seus três filhos, assentando-se num espaço nas proximidades, denominado Cruz de Frade, sendo que, a seguir, acompanhando seu genro, dirigiu-se para uma fazenda em Andreza, onde seu grupo doméstico passou a residir, morando “de condição”. Pouco tempo depois, Maria da Conceição faleceu, e sua

filha mais velha, Rita, assumiu as rédeas da família. Pedro Severo narra que foi justamente com seu cunhado (esposo da Rita) que começou a trabalhar na produção de carvão, para depois se dedicar ao corte de madeira, trabalhando por décadas como lenhador, em diversos locais da antiga Jacoca. Após se casar, sempre em Andreza, Pedro recebeu o convite da sogra para se mudarem para os arredores de Recife, Pernambuco, onde ela teria comprado uma casa. De fato, ele acabou se mudando para lá, onde continuou trabalhando no corte da madeira, até adoecer e se aposentar, voltando para a Paraíba e se estabelecendo, há cerca de 20 anos, em João Pessoa, num bairro periférico, conhecido como Grotão, no qual reside até hoje. Boa parte de seus descendentes moram nas proximidades de sua casa ou em outros bairros periféricos de João Pessoa, sendo que uma de suas filhas, Simone, é casada com Carlinhos, neto de Antônio Piaba e Antônia Martins dos Santos, e mora na Barra de Gramame.

Rita, a irmã mais velha de Pedro, permanecera aproximadamente por uma década em Andreza, morando em diversos locais dessa região. José (“Zezinho”), hoje como 57 anos de idade, filho de Rita, conta que é nascido em Mata Redonda (v. mapa 9), mas foi criado em Boa Vista, local interno à “fazenda Andreza”, e desde criança se envolveu na produção de carvão. Acompanhava também a mãe nas atividades de pesca que desenvolvidas nos rios das proximidades (rios Andreza e Graú), onde pegavam camarão com as nassas (*covos*). Mudaram-se sucessivamente para Córrego do Boi, local onde, além da pesca, Rita e sua família encontraram um espaço onde poder plantar para subsistência. Mas, ainda em dificuldades econômicas, a família permaneceu por pouco tempo neste local, mudando-se então para Jacumã, onde puderam melhorar significativamente o estilo de vida. Rita passou a pescar nas bocas de barra da região (principalmente no Gurugizinho e Maceió da Barra) e o marido trabalhava na cooperativa de pescadores, encontrando também aqui um lugar onde poder plantar. Em Jacumã eles permaneceram por aproximadamente 10 anos, mudando-se depois para o distrito industrial de João Pessoa, de onde o pai de Zezinho saía para trabalhar no corte de cana de uma fazenda das redondezas. Em seguida, foram para o Grotão, e para Conde, locais onde permaneceram por pouco tempo. Na sequência, a família se estabeleceu novamente na região de Andreza, de onde se dirigiu, primeiro, para Caaporã e depois, para Acaú, nas proximidades de Pitimbu, onde seus integrantes se dedicaram principalmente à cata de mariscos, durante o dia, e à pesca noturna com redes de arrasto artesanais (*mongotes*). A seguir, voltaram para Jacumã, assentando-se nas adjacências

de uma casa de farinha próxima da praia de Carapibus. Finalmente, Rita e seu marido João, já aposentado, foram para João Pessoa, fixando residência no bairro de Mandacaru, no qual permanecerão até ambos falecer. O local escolhido foi à beira de um manguezal, onde continuaram praticando por muitos anos a cata do caranguejo e a pesca de camarões, além de plantar, no fundo do quintal da residência. Oito de seus dez filhos, com seus respectivos descendentes, vivem neste bairro, mantendo fortes laços entre si.

Maria, após a morte da mãe foi criada pela irmã Rita, mas se casou muito cedo, ainda adolescente. Permaneceu por um período em Andreza e depois mudou-se para Alhandra, onde ficou por alguns anos. Paulo, um de seus filhos, atual membro do conselho político dos Tabajara, conta que nasceu, em 1961, nesta última localidade, sendo que logo depois a família foi para a periferia de João Pessoa, residindo ao longo do tempo em vários lugares desta cidade. Diferentemente da irmã Rita, Maria não continuou residindo nos espaços da antiga Jacoca, mas neles permaneceu desenvolvendo importantes atividades técnico-econômicas. Paulo, o filho, diz que até a sua adolescência, junto com seus irmãos, acompanhava a mãe nas pescarias que ela fazia no rio Gramame e em Jacumã, para onde ia a pé, percorrendo dezenas de quilômetros. Costumavam sair de casa na madrugada, com Maria passando o dia todo pescando com *jereré*, principalmente de mergulho, e coletando mariscos na boca da barra. O almoço era feito no local, assando-se peixes e cozinhando-se caranguejos. O saldo da pescaria era levado para casa. Paulo se surpreende muito com as habilidades da mãe, ressaltando que ela chegava a “pegar peixe com as mãos e até com a boca”. Quando Rita morou em Jacumã, costumava justamente fazer visitas constantes a Maria, a irmã, em João Pessoa, levando sempre peixe e mariscos como presentes. Por seu turno, como destaca Zezinho (o filho de Rita), a própria Maria visitava e permanecia com Rita por semanas em Jacumã, envolvendo-se em atividades de pesca coletiva com seus parentes. Maria passou por três casamentos, seus descendentes residindo hoje, em sua maioria, em diferentes bairros periféricos da capital paraibana.

Com a fixação da residência de Pedro (irmão de Rita e de Maria) em João Pessoa, esses três filhos de Severo Benardo Bispo dos Santos voltaram a se entrosar, e, aos poucos, passaram a recuperar laços, estabelecendo inclusive alianças através de

casamentos, também com membros das outras famílias originárias do Sítio dos Caboclos.

Passemos agora a considerar as trajetórias das últimas famílias a saírem do Sítio dos Caboclos. Após a morte de Silvino Bispo dos Santos e de Maria Ângela da Conceição, os filhos dispersaram-se por diferentes lugares da antiga Jacoca (v. em anexo os diagramas I, III, IV e V). Rosa Maria, levando consigo todos seus filhos (com exceção de Antônia) e Antônio, o irmão mais novo, dirigiram-se, em um primeiro momento, para Tabulerinho (v. mapa 9), lugar onde enfrentaram condições muito adversas, passando fome. Em precárias condições, Antonio acabou falecendo, e a família veio a ser convidada a se mudar para Prensa Velha (v. mapa 9), por um homem de nome João Joaquim, que aí administrava uma casa de farinha. Foi neste último lugar que as condições melhoraram significativamente, ao ponto de Rosa Maria aí permanecer até seu falecimento. Nequinho e Bil, filhos de Antônia (justamente filha de Rosa Maria) e de Antônio Francisco Piaba, moradores de Barra de Gramame, narram que, quando pequenos, iam com seus pais visitar a avó materna, tanto em Tabulerinho quanto em Prensa Velha. Comentam que costumavam levar peixe pescado na barra e acabavam trazendo farinha. Em Prensa Velha, Maria Rosa (outra filha de Rosa Maria) acabou se casando com Severino Joaquim, filho de João Joaquim.

Após a morte de Rosa Maria, os filhos se dividiram. Junto com seu marido e a irmã Maria Tereza, Maria Rosa foi para a vizinha pequena cidade de Conde, onde permanecem até hoje, com a maioria de seus descendentes, distribuídos entre este espaço urbano, a Barra de Gramame e a Mata da Chica (v. diagramas III e IV). João Gringo, Augusto e Alice, por sua vez, seguiram para a barra do rio Abiaí (v. mapa 9), para onde já havia se transferido Antônia (irmã de Silvino Bispo dos Santos), ao sair do Sítio dos Caboclos. A ponte para a ida para este lugar foi feita por Manoel Mirá, que havia saído antes de Prensa Velha, para se incorporar ao grupo doméstico de sua tia-avó Antônia. Segundo comenta João Gringo, quando sua mãe faleceu, estes quatro irmãos (isto é, Maria Rosa, João Gringo, Augusto e Alice) fizeram um pacto no sentido de nenhum deles se casar e de permanecerem sempre unidos. O pacto, porém foi quebrado, primeiro por Alice, ao se casar no próprio Abiaí, e depois pelo próprio João Gringo, que encontrou sua esposa através dos parentes do marido de Alice. Neste momento, Manoel Mirá havia já falecido e Augusto ficou furioso com os irmãos, ao ponto de, por muitos

anos, não querer mais ter contato com eles. Os vínculos afetivos entre João Gringo e Alice permaneceram muito fortes, sendo que após a morte desta, o irmão (que não tinha prole) assumiu seus filhos, criando-os como sendo próprios. Augusto faleceu há algum tempo, na própria Barra do Abiaí, sendo que João Gringo ainda vive neste local, possuindo um lote de terra no assentamento Nova Vida, que foi erigido justamente nos espaços do local onde ele residia. Seus descendentes encontram-se hoje na vizinha cidade de Pitimbu, incluindo entre estes Ednaldo, o jovem cacique do povo Tabajara (v. diagrama V).

Consideremos agora as outras filhas de Silvino Bispo dos Santos (v. em anexo diagramas VI e VII). Josefa saiu do Sítio dos Caboclos para se estabelecer em Jacumã, onde o marido (João Boi), como vimos, já trabalhava, nos currais de peixe. Ela levou consigo Maria Ângela, uma de suas irmãs. Como informa João Boinho, filho de Josefa, hoje com 70 anos de idade, em Jacumã sua família passou a pagar a morada para o patrão Almir Correia, “dono” desta região e casado com uma integrante da família Lundgren. Com o passar dos anos, uma vez adulto, o próprio João Boinho envolveu-se com esse patrão, passando a cuidar do curral de pesca que este possuía. Em troca deste trabalho, ele podia pescar e trabalhar um pedaço de terra, para o sustento de sua família. João Boinho ainda trabalha como pescador, bem como um de seus filhos, ambos possuindo jangadas, posicionadas respectivamente nas praias de Carapibus e Jacumã. João mora na vila dos pescadores e está vinculado à cooperativa de pesca do local. Os descendentes de João encontram-se quase todos nas proximidades de sua casa, em bairros de Jacumã (v. diagrama VI). Com relação a sua família de origem, João narra que, quando jovem, brigou com seu irmão, Zé Boi, este vindo a sair de Jacumã para se integrar no grupo de parentes no Abiaí, passando a colaborar nas atividades técnico-econômicas principalmente dos primos João, Augusto e Manoel. Desta forma, embora tivessem todos saído do Sítio dos Caboclos, esses parentes continuaram mantendo fortes laços entre si, existindo um movimento pendular de visitas recíprocas entre os moradores de Jacumã e do Abiaí. Após a morte de Josefa, Maria Fátima, junto com Severina (filha de Maria Ângela) – ver em anexo, diagrama VI –, mudou-se para favelas em bairros da periferia de João Pessoa, onde se encontram hoje, junto com a maioria de seus descendentes. Com relação ao destino de Dina e Santina, irmãs caçulas da Josefa, quando estas saíram do Sítio dos Caboclos, dirigiram-se para um local vizinho a Prensa Velha, denominado Caxitu, para depois se mudarem elas também para a extrema

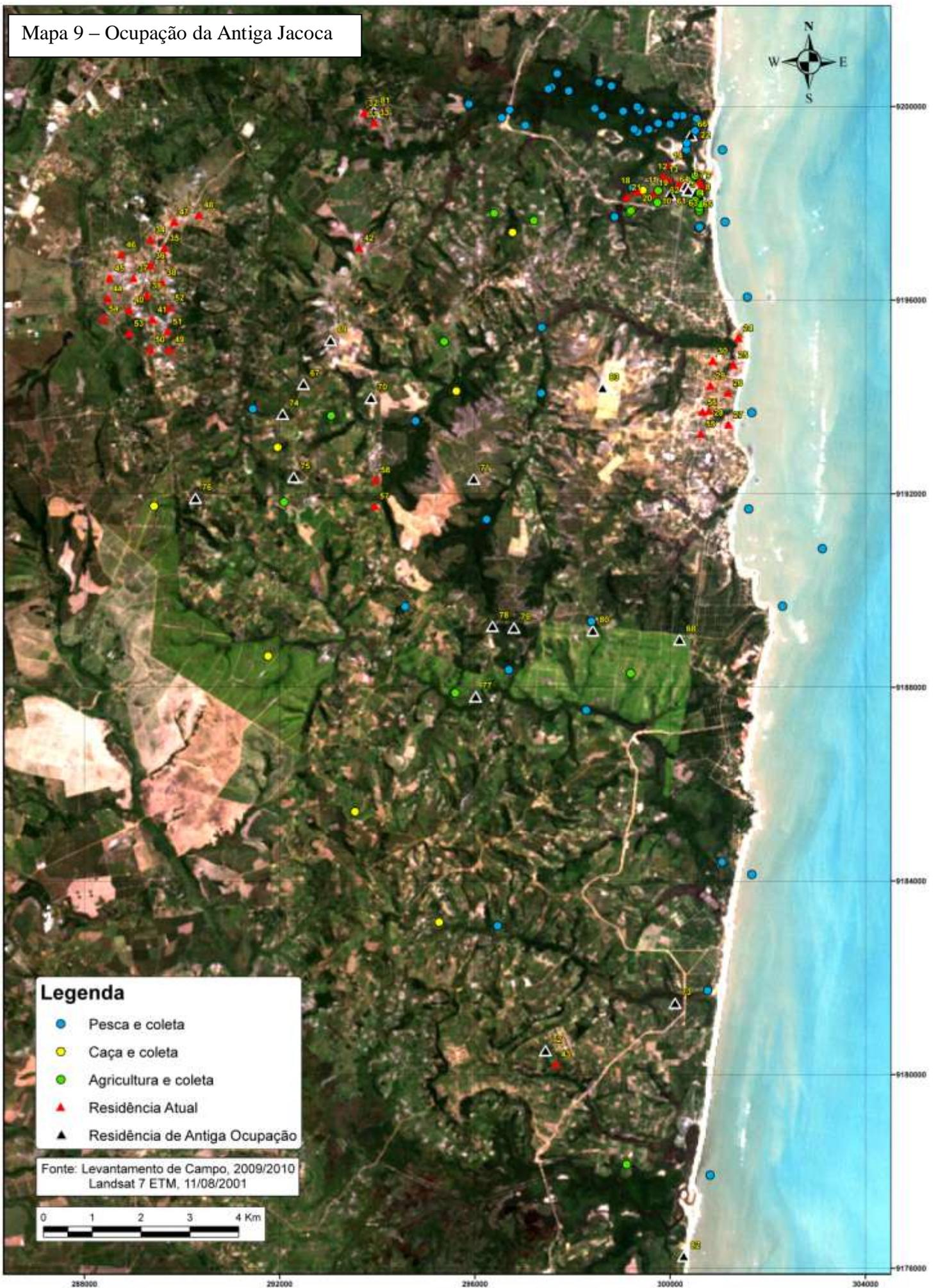
periferia de João Pessoa, onde é possível encontrar parte significativa de seus descendentes (v. diagrama VII).

Poucas informações se tem sobre a trajetória de Tertuliano da Conceição, cunhado de Silvino Bispo dos Santos. Sabe-se que seus descendentes (v. diagrama VIII) encontram-se hoje no município do Conde, principalmente na cidade homônima. Este ramo da família é o que mais sofreu os efeitos da dispersão após a saída do Sítio dos Caboclos, perdendo quase totalmente seus contatos com a rede de parentesco da qual era originária.

Voltemos agora para a trajetória de Antônia, a filha mais velha de Rosa Maria. Como vimos, ao se casar com Antônio Francisco Piaba, esta saiu do Sítio dos Caboclos com antecedência em relação aos outros parentes, dirigindo-se para a Barra de Gramame. Neste local, Antônio assumiu o cargo de vigia das posses do latifundiário local e teve seis filhos (v. diagrama III). Segundo Nequinho – o filho mais velho, hoje como 60 anos de idade – o pai era muito respeitado e temido. Era considerado uma pessoa audaciosa, que desafiava as autoridades e possuía poderes terapêuticos com relação aos animais. Pessoas vinham de todas as partes para que ele curasse cavalos e burros com dificuldades de locomoção. Todos os parentes, não apenas seus filhos, falam de Antônio como uma figura heróica, com poderes proféticos, algo que terá seus efeitos na organização atual da comunidade política dos Tabajara, como ficará claro no próximo item. Nequinho narra também que acompanhava o pai nas caçadas, aprendendo assim as técnicas e habilidades necessárias para essa atividade venatória. Fala ainda das constantes visitas recebidas de parte de João Gringo, que vinha do Abiaí caçando, até a Barra de Gramame, para se encontrar com sua irmã “Toinha” (Antônia), sempre trazendo algum animal abatido. Os descendentes de Piaba estabeleceram e consolidaram uma ampla rede de parentesco no local. Três principais parentelas se relacionaram através de cooperação técnico-econômica, processos de socialização, estabelecendo inclusive laços de parentesco, como fica evidente no diagrama III, em anexo. Nesta configuração, destacam-se personagens como Wilson Firmino, filho de Ana Maria da Conceição, originária das famílias dos Sítio dos Caboclos, e os filhos de Antônio Piaba. Wilson, hoje com 85 anos de idade, nasceu na boca da Barra de Gramame, lugar de onde nunca saiu, dedicando-se preponderantemente às atividades de pesca com canoa, no rio homônimo e no vizinho Maceió da Barra. Plantava em diversos

lugares que estavam livres de dominação patronal, nas proximidades dos dois cursos de água, associando atividades agrícolas com aquelas pesqueiras. Quase todos os seus filhos (que são adotivos, v. diagrama III) mantiveram-se sempre ligados ao pai, integrando seu grupo doméstico e residindo a poucas centenas de metros de sua residência (v. mapa 10). Após a morte de Antônio Piaba e da esposa, seus filhos não se separaram, formando um unido grupo de *sibling*, que vive hoje no assentamento de Barra de Gramame. Nequinho, enquanto irmão mais velho (60 anos), hoje desempenha um papel central do ponto de vista moral, sendo muito respeitado, tanto internamente à sua rede familiar, quanto externamente, por aliados e vizinhos. Importante é também a figura de Carlinhos, filho de Nequinho, cuja atuação nessas redes de aliança é muito relevante, hoje ocupando entre os Tabajara o papel de vice cacique.

Mapa 9 – Ocupação da Antiga Jacoca



Legenda mapa 9

Relação das Famílias			
Nº	Descrição	Nº	Descrição
34	Família de Maria Teresa dos Santos	53	
35	Família de Maria Teresa dos Santos	54	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza
36	Família de Maria Teresa dos Santos	23	Família de João Boinho
37	Família de Maria Teresa dos Santos	24	Família de João Boinho
38	Família de Maria Batista	25	Família de João Boinho
39	Família de Maria Batista	26	Família de João Boinho
40	Família de Maria Batista	28	Família de João Boinho
41	Família de Maria Batista	29	Família de João Boinho
44	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	30	Família de João Boinho
45	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	55	Família de João Boinho
46	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	31	Família de João Boinho
47	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	32	Família de João Boinho
48	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	33	Família de João Boinho
49	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	42	Família de João Boinho
50	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	57	Família de Maria Rosa
51	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	58	Família de Maria Rosa
52	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza	82	Família Antônia Bispo dos Santos
53	Família de Maria Rosa do Nascimento Souza		

Locais de residência de Antiga Ocupação	
Nº	Descrição
69	Tabuleirinho
67	Prensa Velha
70	Mata da Chica
74	Mata de Garapu
75	Lagoa dos Cágados
76	Andreza
71	Entrada do Sítio dos Caboclo
78	Ponto Extremo Lateral da Fazenda Graú, Boa Vista, Coqueirinho e Pau Ferro
77	Grota da Lagoa Preta
79	Entrada para Bodes, Sítio dos Caboclos, Boa Vista e Malhada
80	Entrada Sítio dos Caboclos
73	Lagoa dos Gansos
68	Sítio dos Caboclos
72	Mucatuauçu
73	Barra do Mucatuauçu
82	Barra do Graú





O cacique Ednaldo (em cima) e seu tio avô João Gringo.

Fotos: Luca Fiorini e Fabio Mura





Nequinho Piaba (em cima) e seu irmão Bil.

Fotos: Luca Fiorini





O vice cacique Carlinhos (em cima) e sua esposa Simone, filha de Pedro Severo.

Fotos: Luca Fiorini





Wilson Firmino (na foto em cima, à esquerda) e seu filho Antônio (foto em baixo).

Fotos: Luca Fiorini





Pedro Severo (em cima) e João Boinho. Fotos: Fabio Mura





Maria Rosa (em cima) e sua irmã Maria Teresa. Fotos: Fabio Mura





Paulo dos Santos (em cima) e sua mãe Maria Severo Maciel (embaixo, à direita de Paulo).
Foto: Luca Fiorini



2.3 – Da profecia à organização da comunidade política tabajara

Como dizíamos, Antônio Francisco Piaba era considerado um homem com habilidades especiais. Entre estas, acabou por se destacar uma profecia que fez, de fundamental importância para os Tabajaras atuais. Na Barra de Gramame, ele contava para seu neto, Carlinhos, que um dia iria aparecer um jovem corajoso, desinteressado, pronto para sacrificar suas ambições pessoais para lutar em prol de seu povo. Este jovem iria reunir os parentes dispersos, encabeçando-os e reivindicando frente aos poderosos, seus direitos sobre as terras que lhes foram tiradas à força, e que, sem dúvida, seriam recuperadas.

Em um outro espaço da antiga Jacoca, no Abiaí, durante as frequentes visitas a seu tio-avô João Gringo, Ednaldo dos Santos Silva recebia importantes informações sobre a história de seus parentes, sobre a vida durante o tempo em que moravam no Sítio dos Caboclos e sobre as violências que sofreram por parte dos Lundgren. Ednaldo nasceu em Pitimbu e com sete anos de idade mudou-se, junto com a família, para Maceió, em Alagoas, para unir-se ao irmão de sua mãe. A mudança foi devida às dificuldades econômicas na época, sendo a pesca em Pitimbu bastante escassa nesse período, enquanto que em Alagoas essa atividade era promissora. Em Maceió, com apenas 10 anos de idade, Ednaldo iniciou uma carreira futebolística que o levou a se destacar como jogador, ao ponto de ser convocado, com 19 anos de idade, para integrar, em Lisboa, Portugal, um grupo de potenciais talentos a serem avaliados num processo de seleção por parte de times da segunda divisão portuguesa. Segundo informa o próprio Ednaldo, ele foi um dos poucos a sobreviver a essa seleção, conseguindo uma oferta de contrato para jogar na Europa por 45.000 euros. Contudo ele acabou rejeitando essa oferta, voltando para a sua terra natal na Paraíba. Ele afirma que sentiu como um chamado de seu povo, algo que implicava num sacrifício.

A partir daquele momento, houve o encontro de Ednaldo com Carlinhos (o neto de Antônio Piaba), iniciando-se um denso trabalho, que já dura mais de 4 anos, cujo resultado foi o planejamento de um calendário de encontros no assentamento na Barra de Gramame, único espaço de ocupação exclusiva de que dispunham, e que era em certa medida equidistante da localização das famílias chamadas a se reunir. Os encontros, que

aos poucos se tornavam mais frequentes, eram intercalados por indagações junto à FUNAI, aos Potiguara e à APOINME, sobre os direitos dos povos indígenas e sobre como proceder na luta. Junto com os Potiguara, alguns deles começaram a dançar o tore, buscando inspiração em alguns cantos cuja lembrança estava presente na memória dos mais velhos – como veremos mais adiante, na quinta parte deste relatório.

As reuniões passaram ser um importante momento de rememoração do passado, de valorização das próprias raízes indígenas e de lazer, onde indivíduos que moravam distantes podiam se encontrar e passar juntos um sábado ou um domingo. Com o avolumar-se das tarefas, a organização da própria luta foi se especializando, sendo dada vida ao Conselho Tabajara, cuja direção foi atribuída a Paulo, filho de Maria Severo. Designaram-se também representantes de jovens e mulheres indígenas, buscando-se criar um quadro de lideranças, que viajam em ocasiões específicas, para se capacitarem sobre questões como saúde e educação indígena, assim como sobre outros assuntos que digam respeito a um grupo etnicamente diferenciado. A partir desta mobilização, foi possível estabelecer relações com a FUNAI, a FUNASA, a UFPB e, recentemente, com o Governo do Estado da Paraíba, com o grupo buscando fazer as articulações que considera oportunas. Foi adquirido um conhecimento histórico sobre o litoral sul da Paraíba, chegando assim a se identificarem pelo etnônimo “Tabajara”, substituindo assim a denominação mais genérica de “cabocos”. Na Barra de Gramame, construíram um oca, buscando com ela simbolicamente destacar o processo de luta e a importância das reuniões, que nela passaram a ser realizadas. É justamente neste espaço que em outubro de 2009 receberam representantes do Departamento de Assuntos Fundiários da FUNAI, reunião a partir da qual foi cogitado e planejado o presente levantamento.

Durante estes breves porém densos quatro anos de luta, há que se destacar o elevado nível de organização alcançado pelos Tabajara, que passaram rapidamente a ser não apenas originários do Sítio dos Caboclos, mas integrantes de uma comunidade política com mais de 700 integrantes²⁰ que se pensa e encontra sua razão de ser como uma comunidade etnicamente diferenciada. Os esforços para dar vida a esta comunidade

²⁰ Este número é derivado da soma de todos os membros vivos constantes nos diagramas de parentesco – que seguem em anexo. Foram contemplados tanto os descendentes consanguíneos dos índios originários do Sítio dos Caboclos e da Barra de Gramame, quanto aqueles que se incorporaram nos grupos domésticos tabajara por afinidade ou por adoção. Foram excluídos da contagem os indivíduos que por consequência de divórcio deixaram de manter laços de afinidade com membros indígenas.

adquirem ainda mais significado se relacionados aos efetivos recursos materiais disponíveis para estes indígenas durante estas jornadas, estes sendo escassos e fragmentários. Os Tabajara não puderam contar com o apoio nem de ONGs nem de movimentos político-religiosos, como pastorais indígenas e o próprio CIMI, cujas atuações têm se limitado a algumas participações em reuniões organizadas pelos índios. Eles tiveram que se basear fundamentalmente em suas próprias energias, buscando de vez em vez alguns recursos que permitissem realizar deslocamentos de pessoas para as reuniões e eventos acima referidos. A condição economicamente humilde da quase totalidade dos integrantes desta comunidade e as dificuldades apresentadas pela escassez de recursos não implicou, assim, na inviabilização de reuniões e atividades políticas. Organizando-se contando com caronas e mesmo gastando do próprio bolso, os índios conseguiram manter certa periodicidade de encontros na Barra de Gramame, algo que segue até os dias de hoje.



Reuniões de pesquisa na Barra de Gramame com lideranças Tabajara. Fotos: Estevão Palitot



Terceira Parte: ATIVIDADES PRODUTIVAS

3.1 – Agricultura

Dentre as atividades agrícolas implementadas pelas famílias tabajara destacam-se o plantio de feijão de corda (*Phaseolus vulgaris L.*), inhame (*Colocasia esculenta*), milho (*Zea mays*), farinha de mandioca e macaxeira. Antigamente estes cultivares eram realizados através da aplicação da técnica da coivara, sem destoque, com um uso rotativo das terras para garantir o pousio. Hoje, em decorrência do depauperamento ambiental e da implementação de novas técnicas agro-ecológicas, os Tabajara preferem renunciar às queimadas, para não comprometer as terras que se apresentam escassas em tamanho e agronomicamente debilitadas.

Os Tabajara cultivam várias espécies de mandioca; algumas são próprias para o consumo humano e animal, enquanto outras o são apenas para o consumo animal; além disso, há a chamada mandioca “brava” ou “passarinha”, imprópria para o consumo humano e animal, sendo cultivada apenas para a fabricação de farinha. Altamente tóxica, antes de ser consumida, essa espécie precisa ser processada, para a retirada da manipueira, que é um líquido gerado da prensagem da massa ralada da mandioca.

Quase todos os assentamentos do litoral sul do estado possuem casas de farinha individuais e/ou coletivas. Nos períodos anteriores à proliferação dessas casas, no início dos anos 1990, as comunidades utilizavam uma existente no assentamento Gurugi, onde a mandioca era descascada, prensada e ralada manualmente. No caso de não se dispor de casa de farinha, as pessoas ralavam a mandioca em casa e assavam nos “cacos”, que eram pedaços de telhas aquecidas com brasa embaixo:

A mãe da gente ralava a mandioca, que nem se rala milho. Tirava a massa e botava naqueles saco branco de açúcar e ia espremer; às vezes espremia sozinha aquela quantia e passava ela no caco, aquele fogo que ia esquentando e cozinhando e ajeitando aquela farinha, que dava três, quatro quilos de farinha pra dá de comer ao meninos. Isso no meu tempo de menino, né? Eu já tô com cinquenta e nove anos. (Entrevista concedida por Nequinho, em 22 de junho de 2010).

Os indígenas utilizam a denominação “tudo a braço” para referenciar o trabalho manual realizado nas casas de farinha, onde a produção se realizava artesanalmente, desde o plantio, até a produção do beiju e da farinha de mandioca.

No assentamento Gramame, a mandioca é processada em uma casa de farinha usada de maneira comunitária e administrada pelo presidente da associação. De acordo

com Nascimento (2010), para a utilização da casa de farinha é cobrada uma porcentagem da produção de 20% para os sócios e 25% dos não sócios. Essa relação é chamada pelos regionais de “conga”.

Em alguns casos, os agricultores que manuseiam “a braço” o forno, mesmo não sendo sócios da organização, pagam o valor de 20% da produção. Caso o mesmo decida utilizar o forno elétrico, deixa 25% do valor da produção. O transporte da mandioca, antes feito a cavalo e em carroças, hoje é realizado em caminhonetas.

Em virtude da falta de demanda na utilização e de reparos no maquinário, a casa de farinha mais utilizada pelos Tabajara que residem no assentamento Gramame se encontra desativada. O custo da produção é um fator presente para esta desativação, pois o valor da farinha comprada no supermercado acaba sendo inferior, fazendo com que muitos agricultores vendam a mandioca para terceiros ou atravessadores e deixem de produzir sua própria farinha, para comprar nesses centros.

No que tange aos atravessadores, estes atuam como intermediários entre produtores e os consumidores, sendo uma figura problemática na agricultura, visto que provoca uma redução dos valores dos produtos produzidos nas pequenas propriedades rurais.

Ao estudar a produção camponesa no assentamento Apasa, por meio da agroecologia, Lima (2008) afirma que, ao se comparar os produtos vendidos aos atravessadores com os produtos vendidos ao consumidor, a diferença é significativa. Conforme a autora,

Podemos citar como exemplo, o coco verde, que é vendido entre 10 e 15 centavos aos atravessadores e chega a ser vendido entre R\$ 70 e R\$ 1,00 em João Pessoa [...] a arroba de inhame vendida aos atravessadores por R\$ 10,00, quando comercializada na feira agroecológica pelos próprios agricultores, chega a ser vendida ao valor de R\$ 30,00. (LIMA, 2008, p.75).

Sendo o cultivo de maior produção e consumo entre os índios, a mandioca é plantada também tendo-se em vista a necessidade familiar. Quando a família é pequena, os cultivos ocupam um espaço nos roçados de um a dois hectares, e à medida que os núcleos familiares vão aumentando, temos sucessivamente maiores áreas de roçados direcionadas para o plantio da mandioca e da macaxeira.

Geralmente, a mandioca é plantada sozinha ou consorciada com o feijão e o milho, sendo o plantio realizado no início da estação chuvosa. Como estratégias de

descanso da terra, são plantadas culturas alternadas em um mesmo espaço. Quando esses cultivos não são plantados em consórcio, são criados espaços rotativos de diferentes cultivos. É a partir dessa relação com a terra que é emoldurado o cotidiano das pessoas, nos termos seguintes. A espera do cultivo de cada alimento nos roçados se relaciona com diferentes épocas e temporalidades: os produtos cultivados no mês de janeiro são colhidos no mês de agosto, os plantados em março são colhidos em junho, e os plantados no mês de maio, colhidos em agosto. Esse processo de plantar, cultivar e colher faz parte de um ciclo de constante dinâmica para o grupo.

Nas primeiras chuvas de dezembro e janeiro, inicia-se o período do plantio, tempo que une famílias com o objetivo de cultivar os roçados que são limpos, arados e trabalhados. O inhame, a mandioca e o feijão são cultivados nesse momento. O tempo da plantação, que é também tempo de intenso trabalho, dinamiza os roçados, com a solidariedade se fazendo presente na doação, troca e plantio coletivo das sementes. O milho é plantado no dia de São José, tradição vinda dos que vivem da agricultura, onde o dia dezoito do mês de março é a data de plantar “*o milho do São João*”. O tempo da plantação permanece no mês de maio, sendo o feijão mulatinho e a batata os produtos mais cultivados.

Os períodos de colheita são diferenciados conforme cada cultivo. A batata doce, por exemplo, tem seu período de maturação da raiz de três meses - geralmente entre os meses de maio a agosto. A macaxeira tem um período de seis meses para a colheita, com os meses de plantio se dando entre dezembro e janeiro, e de colheita de junho a julho. Já para a mandioca, é necessário um tempo maior para a colheita, entre oito e nove meses, pois para os Tabajara,

A mandioca, a gente não costuma arrancar ela com seis, sete meses, porque ela tá muito verde. A macaxeira não, porque a gente arranca e vai para o fogo, cozinhar, né? E a mandioca a gente vai fazer farinha, quer dizer, ela nova demais fica destemperada, fica uma massa desonerada, aí ela não rende farinha. Você tira 100 kg de mandioca para fazer farinha e não faz, só faz 50. Então ela tem que tá madura (Entrevista concedida por Nequinho, 22 de junho de 2010).

As frutíferas estão localizadas no entorno das casas e são utilizadas para consumo familiar, predominando mangueiras, mangabeiras, jaqueiras e cajueiros. Elas

são encontradas também em espaços próximos aos roçados, e servem de fonte de alimento durante as caminhadas realizadas da casa para os roçados.

Como espaços de atividades agrícolas, são utilizados os quintais, leitos dos rios, roçados e/ou parcelas. Justamente, as áreas ao redor das casas são denominadas de “quintais” ou “terreiros”, constituídos pelo fundo e lado das casas. Nesses espaços são cultivadas algumas hortas, fruteiras, pequenos roçados de subsistência, constituindo uma extensão das cozinhas e há criação de animais de pequeno porte, como galinhas e patos. Cultivam-se também nestes locais plantas destinadas a uso medicinal (v. tabela 3 a seguir). Nos casos de residências em áreas urbanas, onde a produção de alimentos torna-se impraticável por falta de espaço, as plantas oficinais tornam-se um fator relevante na reprodução de saberes relativos às técnicas de produção agrícola, bem como dos usos e aplicações em itinerários terapêuticos.

Nas áreas de cotas altimétricas mais baixas, que se aproximam dos leitos dos rios e pequenos córregos que passam entre os roçados, são cultivados alguns legumes e verduras - como pimentão, quiabo, tomate, coentro e cebola.

As parcelas dos assentamentos rurais são áreas destinadas às famílias para as atividades agrícolas. Alguns assentamentos no litoral sul se configuram no sistema de agrovila, utilizado tanto como meio para diminuir o isolamento das famílias, quanto como forma de acelerar a instalação de equipamentos como eletrificação rural, abastecimento de água etc.

Tabela 3: Algumas plantas oficinais e seus usos

NOME	SERVE PARA:	UTILIZA-SE
Caninana	Dor de coluna	Chá das folhas
Guajiru	Úlcera e baixar colesterol	Fruto
Maliça boi	Inchaço	Chá das folhas
Ibiriba	Estancar cortes	Compressa das folhas
Angélica	Tosse	Chá da raiz
Araçá	Dor de barriga	Chá do olho
Vassoura de botão	Tosse	Chá da raiz
Banana sapo	Baixar colesterol	Fruta
Erva moura	Pancadas	Ingestão das folhas pisadas no pilão.
Manjericão	Conjuntivite	Água feita com as folhas
Arruda	Conjuntivite Dor de ouvido	Água feita com as folhas
Erva cidreira	Várias funções	Chá das folhas

Espinho de agulha	Expectorante	Xarope feito com as folhas
Camará	Inchaço	Chá
Aroeira	Antiinflamatório	Chá da casca
Erva babosa	Cicatrizante	A parte de dentro da erva com leite.
Alfavaca	Expectorante	Xarope feito com as folhas
Mastruz	Vermes e cicatrizante	As folhas
Gergelim preto	Trombose	Sementes secas
Laranjeira	Diabetes, dor de cabeça. Insônia, calmante.	Sementes secas. Chá das folhas.
Jurubeba branca	Úlcera, cirrose, Antiinflamatório	Sementes – garrafada
Alcachofra	Emagrecimento	Chá das folhas
Insulina	Diabetes	Chá das folhas
Boa-noite	Antiinflamatório	Compressa das folhas
Vassourinha de botão	Hemorroidas (de botão)	Chá da raiz
Mangirioba	Auxilia no tratamento de AVC	Chá da raiz
Mostarda	Auxilia no tratamento de AVC	Semente secas
Girassol	Auxilia no tratamento de AVC	Sementes secas
Pinha	Auxilia no tratamento de AVC	Sementes secas
Futapão	Inchaço e dor de cabeça	Compressa das folhas cozidas
Hortelã da folha miúda	Verme	As folhas
Hortelã da folha grande	Dor desviada, dor de barriga	As folhas
Vic Vaporub	Descongestionante	Chá das folhas
Louro	Digestão	Chá das folhas
Saião	Expectorante	Folhas – lambedor
Algodão preto	Furúnculo	Chá das folhas e das sementes
Quebra-pedra	Abortiva	Chá da raiz
Pitanga	Diarréia	Chá da flor
Atininja	Dor	Compressa quente

A agrovila corresponde a uma área central, onde são construídas as habitações e equipamentos coletivos como escola, igreja e associações. Essa forma de uso do espaço, em determinados momentos traz certos prejuízos para os agricultores. De acordo com Lima (2008), muitas vezes as distâncias percorridas da agrovila até as parcelas de cultivo são muito longas. Em alguns casos, as famílias mantêm uma casa na agrovila e outra dentro da parcela, que tem em média de 5 a 10 hectares. Neste último caso, o “roçado” é uma denominação dada às áreas de plantação de mandioca, que são aí cultivadas.

Cabe destacar que grande parte das terras utilizadas para a agricultura estão sendo utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar, explorado por fazendeiros, em atividades provenientes do arrendamento de terras dentro dos assentamentos rurais, bem como dentro das propriedades que, na grande maioria, são destinadas a esse modelo monocultor.

Parte dos fazendeiros que ocupam essa faixa territorial em questão são herdeiros das famílias que expropriaram e subjugaram a população regional. Cabe destacar que grande parte das melhores áreas agricultáveis, ou seja, terrenos próximos ao leito dos rios e de baixa declividade, está sendo destinada ao plantio de cana.

A expansão das atividades canavieiras no litoral paraibano se deu no fim dos anos de 1970, a partir dos incentivos do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), criado em 1974. Naquele período, foram instaladas várias destilarias no litoral brasileiro, motivadas pelo aumento do preço do petróleo a nível mundial e pela queda do preço do açúcar no mercado.

Segundo Moreira & Targino (1997), os estímulos que o governo federal forneceu aos usineiros através do Proálcool permitiram uma expansão das atividades canavieiras na região Nordeste, durante a década de 1980. No estado da Paraíba, em particular, a produção de cana-de-açúcar se restringia, nos períodos anteriores ao Proálcool, a 15 municípios. Durante a década de 1980, a partir desses incentivos, vários outros municípios foram incorporados à “malha da cana”, perfazendo um total de 38 municípios, a exemplo de Caaporã, Pitimbu, Alhandra, Conde, João Pessoa, Lucena, Mataraca, Rio Tinto, Baía da Traição, entre outros.

Essa expansão da cana no litoral sul é geradora da precarização das relações de trabalho, bem como de impactos sobre o ambiente, como será destacado mais adiante, na quarta parte.



Plantação de milho (ao lado) e de mandioca (em baixo) na Barra de Gramame.

Fotos: Fabio Mura





Plantação de inhame na Barra de Gramame (em cima) e depósito agrícola no Abiai.

Fotos: Fabio Mura



3.2 – Pesca

Junto com a agricultura, as atividades de pesca representam a fonte econômica mais importante para os Tabajara, bem como para a maioria das famílias que habitam o litoral sul da Paraíba. Existem quatro espaços específicos onde a pesca é realizada, correspondendo-lhes técnicas e modalidades também específicas. Ao longo dos rios, nas bocas de barra, nos corredores marinhos entre a praia e os arrecifes e, finalmente, além dos arrecifes.

A pesca nos rios é tradicionalmente realizada com o auxílio de canoas, geralmente monóxilas, de construção local, com linhadas, a partir das margens, ou mergulhando em apnéia. O pescador pode atuar de modo solitário, mas é comum também se trabalhar em dupla. Com relação ao uso de embarcações, hoje este tipo de atividade se concentra principalmente no rio Gramame, um dos dois cursos fluviais de maior porte da região em estudo. Outro fator relevante é que, por quase toda a sua extensão, este rio margeia, em seu lado direito, assentamentos rurais bastante povoados, incluindo entre seus moradores parte significativa dos índios Tabajara (ver mapa 11). Mas atividades de pesca são realizadas historicamente por todos os moradores da Jacoca, incluindo os Tabajara, em todos os outros rios e afluentes da região, além das lagoas nela presentes, se destacando principalmente os Rios Abiaí, Graú, Gurugi, Maceió da Barra, Andreza, Pituaçu, Jacoca, entre outros, e, no que diz respeito às lagoas, aquela dos Gansos, antiga Lagoa dos Bodes, a dos Cágados, a Lagoa Preta nas proximidades do Sítio dos Caboclos (v. mapa 9, na segunda parte). Mudanças ecológicas significativas ocorridas ao longo do século XX, com intensos desmatamentos e a implementação do plantio extensivo da cana, não só têm mudado a estrutura fundiária da região, mas também têm afetado o equilíbrio da vida aquática, diminuindo significativamente sua fauna. Esta é uma das razões que levam hoje os moradores da Jacoca a distribuírem suas atividades de pesca de modo menos homogêneo, concentrando-se nas bocas de barra e nos principais cursos fluviais.

Os rios do litoral sul da Paraíba estão caracterizados por terem suas margens formadas por manguezais, com entradas que enchem com o fluxo e ficam secas com o refluxo, definidas como *camboas*, e com sequências de curvas que contribuem para a formação de bancos de lama, que aparecem na maré baixa, denominados de *croas*, onde os peixes e crustáceos se utilizam desses lugares para habitar e se alimentar. A

navegação não se limita às partes centrais dos cursos fluviais, os pescadores indo escolher seus melhores pesqueiros justamente nas margens, o que os leva a penetrar a vegetação do mangue. Em tais lugares existe abundância de mosquitos, a pescaria sendo portanto condicionada pela presença desses insetos. Para amenizar esta situação, as canoas estão equipadas com recipientes que emanam fumaça, afastando os mosquitos de suas proximidades (ver foto mais adiante).

Os pesqueiros são escolhidos cuidadosamente por suas características, levando-se em conta a profundidade, o sombreamento, as correntezas e as entradas das *camboas*. Nesses locais é possível jogar linhadas, cujas extremidades são amarradas a bóias flutuantes²¹ - que, por sua vez, são seguradas por galhos, para permanecerem no lugar escolhido. Com um sistema de bóias são também indicados os pontos em que são posicionadas as nassas, denominadas localmente de *covos*²². Os *covos* podem ser de várias dimensões, dependendo da pesca almejada. Estes podem ir de cerca de 40 cm de comprimento e 15 cm de diâmetro de boca, quando destinados à pesca de camarões, até mais de 130 cm de comprimento e 50 cm de boca, quando voltados à captura de peixes de pequena e média dimensão (ver foto mais adiante).

Outro instrumento utilizado na captura de peixes e camarões é o *jereré*, uma pequena rede de malha fina, tecida com fibra vegetal, de forma cônica, segurada a uma estrutura de madeira circular, geralmente de duas dimensões. O *jereré pitiboia*, de menor tamanho, manobrado por um único pescador é destinado à captura de pequenos peixes (geralmente o amoré) e camarões, de cerca de 60 cm de diâmetro; o *jereré puçá*, de mais de um metro de diâmetro, é utilizado por duas pessoas, em contracorrente, para a captura de peixes de pequeno e médio porte. No primeiro caso, o pescador pode mergulhar com o instrumento de captura ou arremessá-lo, segurando-o a um cabo de poucos metros de comprimento. No segundo caso, o *jereré* é utilizado, num primeiro momento, transversalmente à linha d'água, como uma rede de arrasto, para depois ser erguido paralelamente a esta. O uso de *jereré* era feito também na pesca de mergulho

²¹ Estas bóias antigamente eram feitas da cortiça de uma árvore que cresce no manguezal, denominada apanã. Por maior praticidade e eficiência técnica, hoje são feitas com garrafas de plástico.

²² Os *covos* são tradicionalmente construídos com cipó e varas de madeira. Atualmente, no lugar do cipó ou junto com este, são utilizadas tiras de material plástico.

em apnéia, hoje pouco praticada, realizada em pequenos cursos fluviais onde havia abundância de peixes.

Nas margens do rio se capturam também caranguejos. Tradicionalmente a cata destes crustáceos era realizada com as mãos, mas recentemente utiliza-se de armadilhas específicas. No caso do caranguejo *sá*, coloca-se a *redinha*, uma pequena rede, na entrada da toca do animal, para que este, saindo, fique preso nas malhas, favorecendo sua captura. Para o caranguejo *guaiamum* – mais apreciado, seja para consumo local, seja para o comércio – utiliza-se uma armadilha denominada de "ratoeira", nome devido à analogia técnica com aquelas destinadas à captura dos roedores.

Outro tipo de armadilha utilizada nos rios, mas também no mar, é o *gre*, curral construído para cercar os peixes e favorecer sua captura. Este é feito nas *camboas*, colocando-se no fundo das águas, através de mergulho em apnéia, uma seqüência de mourões de madeira de lei, aos quais são amarradas esteiras, construídas com esteios, sempre de madeira, costurados entre si com *cipó pau* e *cipó cururu*. O tamanho do *gre* fluvial depende da dimensão da boca da *camboa*, a forma do curral sendo de um "oito", posicionado transversalmente ao fluxo das águas, com duas entradas (*jiqui*): uma na direção do afluente e outra voltada para o rio, ambas formadas por esteiras, que podem ser desamarradas em uma de suas extremidades. Conforme ilustrado no croqui 4, nos momentos em que a maré esteja vazando, abre-se o *jiqui* "a", favorecendo a entrada dos peixes procedentes da *camboa*; quando, ao contrário, a maré estiver enchendo, este se fecha, para abrir o *jiqui* "b", permitindo o fluxo daqueles que vêm do rio. A captura dos peixes internamente aos *gre* é realizada com o auxílio de *jereré* ou tarrafas.

Como afirmávamos anteriormente, para parte significativa dos Tabajara que hoje residem ainda nos espaços da Jacoca, o rio Gramame representa um espaço significativo no desenvolvimento das atividades técnico-econômicas, demonstrando-se fundamental na formação das habilidades práticas, sendo importante também do ponto de vista simbólico e cosmológico, como se verá mais adiante, na quinta parte deste relatório. Durante o levantamento em campo, com o auxílio de uma embarcação a motor, com o acompanhamento de três representantes do grupo étnico em pauta²³, foi realizado um levantamento dos lugares mais significativos desse rio, podendo-se registrar

²³ Os índios a que nos referimos são Nequinho Piaba, seu filho Carlinhos, e Antônio Cardoso.

conhecimentos detalhados e memórias específicas sobre o uso dessas águas e das áreas limítrofes²⁴. Mais adiante apresentamos um mapa com os pontos marcados através de GPS, mapa este acompanhado de legenda que indica justamente cada um desses locais (v. mapa 11).

Passamos agora a descrever as atividades desenvolvidas nas bocas de barra. Neste contexto pratica-se a pesca principalmente com tarrafas, mas pode-se utilizar também pequenas redes de arrasto, e linhaças. Dependendo do tamanho da boca da barra, tais atividades podem ser feitas com o auxílio de embarcações - como canoas e catraias, estas últimas movidas com varas de madeiras, que, devido à relativamente pouca profundidade, alcançam o leito do rio, impulsionando a embarcação. No caso específico do uso de redes de arrasto, as técnicas de posicionamento e manobra deste instrumento de captura exigem a presença de pelo menos duas pessoas, seja no caso de ser uma pesca embarcada, seja quando esta é realizada com os pescadores entrando

²⁴ Durante esse levantamento foi possível verificar que todas as curvas, pequenos portos e camboas tem uma nomenclatura que faz alusão a algum fato ocorrido historicamente, nome de peixes ou faz referencia ao imaginário popular regional.

A curva do Muriongo (no mapa 11, n.82) é a primeira curva indicada pelo grupo. Fica localizada na porção norte do rio. Nessa área, localizam-se barracas com instalação de banheiros ao ar livre que resulta na visível poluição do ambiente e possível contaminação das águas do rio. A nomenclatura Muriongo, se deu a partir da junção dos nomes de dois peixes que são caracterizados como sendo “peixes de camboa”, que são: o muriongo e o amoré.

De acordo com um dos índios que nos acompanhavam: “*meu pai matou um mero aqui com mais de 30 Kg e de linha*”. Por se tratar de uma área próxima a barra, essa área de fato recebe varias espécies de peixes que vem do alto mar e entram na barra para se alimentar, como é o caso do Mero, peixe que entra na barra durante a maré de sizígia, ou seja, nas marés de lua cheia ou lua nova.

À medida que adentramos no rio, mais espécies são referenciadas pelos Tabajara, como Tainha, Camurim, Bagre, Caranha e Carapeba, considerados como “peixe de costa”, pois entram no estuário o ano todo. Nos aproximamos da camboa de Mané Francisco, nome dado em homenagem a um pescador que só pescava nesse ambiente. Após essa camboa, se seguem a do Angilin, Arregato, Jiqui, Siri Roxo, Ostra e da lama. Passamos pela Croa da Marreca. Conforme informação verbal dos Tabajara: “*eu dei um lance de tainha aqui que quase não levantava a tarrafa, vêi 28 tainha de uma vez só...essa área todinha tem caranguejo, amoré, aratu. Amoré é peixe de lama*”. Para o grupo, esse é um lugar bom de pegar tainha, porque é um peixe que procura a croa para se alimentar. Após a croa da Marreca, encontramos alguns currais de pesca que são armadilhas feitas com varas, toras de madeira ou cipó, bem como a utilização de covos, que são outro tipo de armadilha utilizada para a pesca. Tapagem de camboa é uma das técnicas utilizadas para captura de peixes: “*Ta vendo esses pau aí? Que tem na boca? O pessoal fecha ela na maré de enchente, a maré seca aí quando a maré enche os peixe fica preso, aí quando seca agente despesca*”.

Nas imediações da volta do forno (n.81 no mapa 11), nos foi informado que essa porção é considerada o habitat natural do Peixe Boi, bem como é uma área que da muito Camurupim

Uma outra nomenclatura para referenciar o habitat natural das espécies é “peixe de fora” e “peixe de dentro”. Os “peixes de fora” são aqueles que entram no estuário quando a maré esta cheia para comer e desovar, a exemplo da “tainha do lombo esverdeado” e o bagre; Já os “peixes de dentro” são aqueles que tem seu habitat natural o rio Gramame e o seu conjunto de tributários como cambôas e croas, a exemplo do carapeba e o muriongo. O mero é outro tipo de peixe de grande porte pescado pelos Tabajara no Gramame.

fisicamente na água. Os momentos mais apropriados para a pesca são os de maré enchendo, em decorrência do maior afluxo de peixes procedentes do mar. Em alguns casos, embora menos comum, é possível colocar *gre*, desta vez de maior dimensão, como os anteriormente descritos para as *camboas*, favorecendo assim as atividades pesqueiras embarcadas, principalmente em catraias. Nas bocas de barra pratica-se também a coleta de mariscos, nos momentos de maré baixa. Aqui, amplos espaços de areia anteriormente banhados ficam expostos, permitindo a escavação com o simples uso das mãos, encontrando-se estes animais a poucas dezenas de centímetros de profundidade. Como é comum para outras atividades de coleta, a captura de mariscos é uma atividade de prevalência feminina.

Como foi dito, um terceiro local de pesca é constituído pelo espaço intercorrente entre os arrecifes e a praia, já em um contexto marítimo. São escolhidos locais onde exista uma conformação costeira que detenha a força do mar, permitindo, assim, a prática da pesca em condições similares àquelas encontradas nas bocas de barra. No mar, obviamente as dimensões dos espaços são bem maiores, os peixes sendo pouco canalizados, o que torna o uso das tarrafas, técnica favorita nas bocas de barra, pouco eficaz. Neste local, o que prevalece é o uso das redes de arrasto e de *gre* marítimos.

No primeiro caso, dependendo da distância da praia e da profundidade, esta poderá ser realizada sem o auxílio de embarcações, mas o mais comum é a pesca embarcada, tanto em catraias quanto em jangadas movidas a vela. Quando a pesca é embarcada, a rede é jogada no mar aos poucos, e deixada às vezes por horas no local escolhido, antes de ser recolhida, mantendo-se na posição através de bóias flutuantes.

Para que a pesca por meio de redes de arrasto tenha maior eficácia, é possível utilizar os *gre*, cujas dimensões e formas diferem significativamente com relação àqueles fluviais, sendo bem mais amplos. Cada esteira destes currais marinhos pode superar os 10 metros de comprimento, existindo uma grande quantidade de mourões, criando-se assim dois espaços, denominados respectivamente de “chiqueiro” e de “sala”, e uma barragem que chega até a praia, esta última podendo alcançar cerca de 200 metros de comprimento (v. croqui 5). Os peixes entram no *gre* através da “sala”, para depois ultrapassar o *jiqui* e permanecer presos no interior do “chiqueiro”. Para que isso ocorra, os ventos devem ser favoráveis, procedendo da direção sul ou sudeste, o que é o mais comum. Quando sopram ventos do norte ou noroeste, a tendência dos

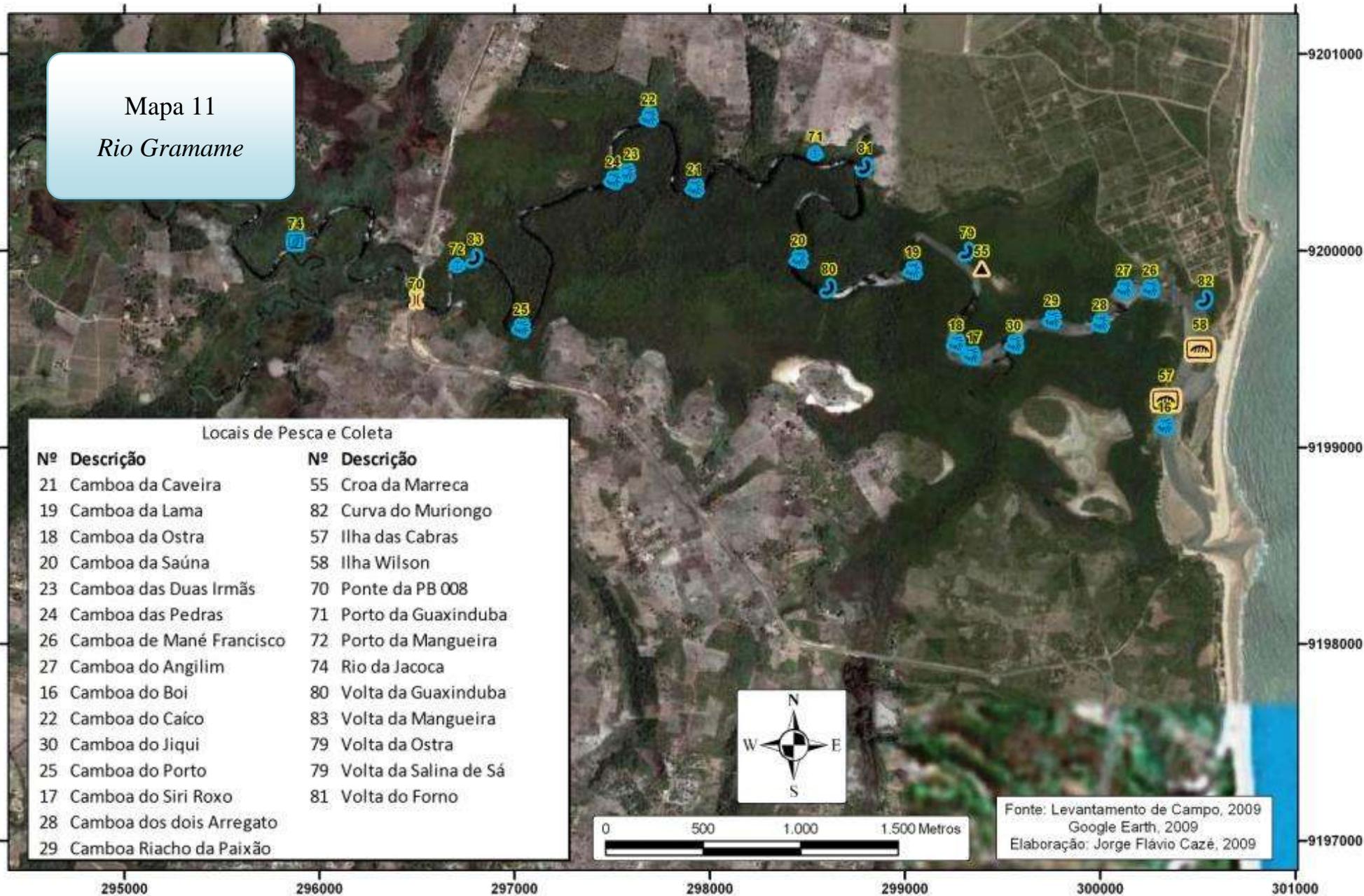
peixes é não entrar no curral, com os aí presentes saindo do local de aprisionamento. Outro elemento importante é o regime de marés. A pesca é realizada no intervalo entre a maré baixa e a alta, o que implica que a pescaria deve ser realizada no máximo em cerca de quatro horas. Durante este período, as jangadas a vela se introduzem na “sala”, jogando as redes de arrasto de forma semicircular, fazendo com que os peixes presentes nesse espaço possam nela entrar, após ser aberto o *jiqui*, que produz um fluxo de peixes procedentes do “chiqueiro”. Uma vez recolhida a rede, a jangada se dirige para a praia para novamente voltar à sala, repetindo esta seqüência de operações técnicas, por umas quatro ou cinco vezes, o limite sendo estabelecido pela chegada da maré alta. O uso do *gre* marítimo ocorre entre os meses de setembro e março. Ao chegar o outono, as esteiras são desmontadas, para evitar que sejam destruídas pela força do mar durante o período invernal. Elas são levadas para a terra e cuidadosamente conservadas e eventualmente reparadas, para serem instaladas novamente no começo da próxima primavera, renovando-se assim o ciclo dessas atividades técnicas.

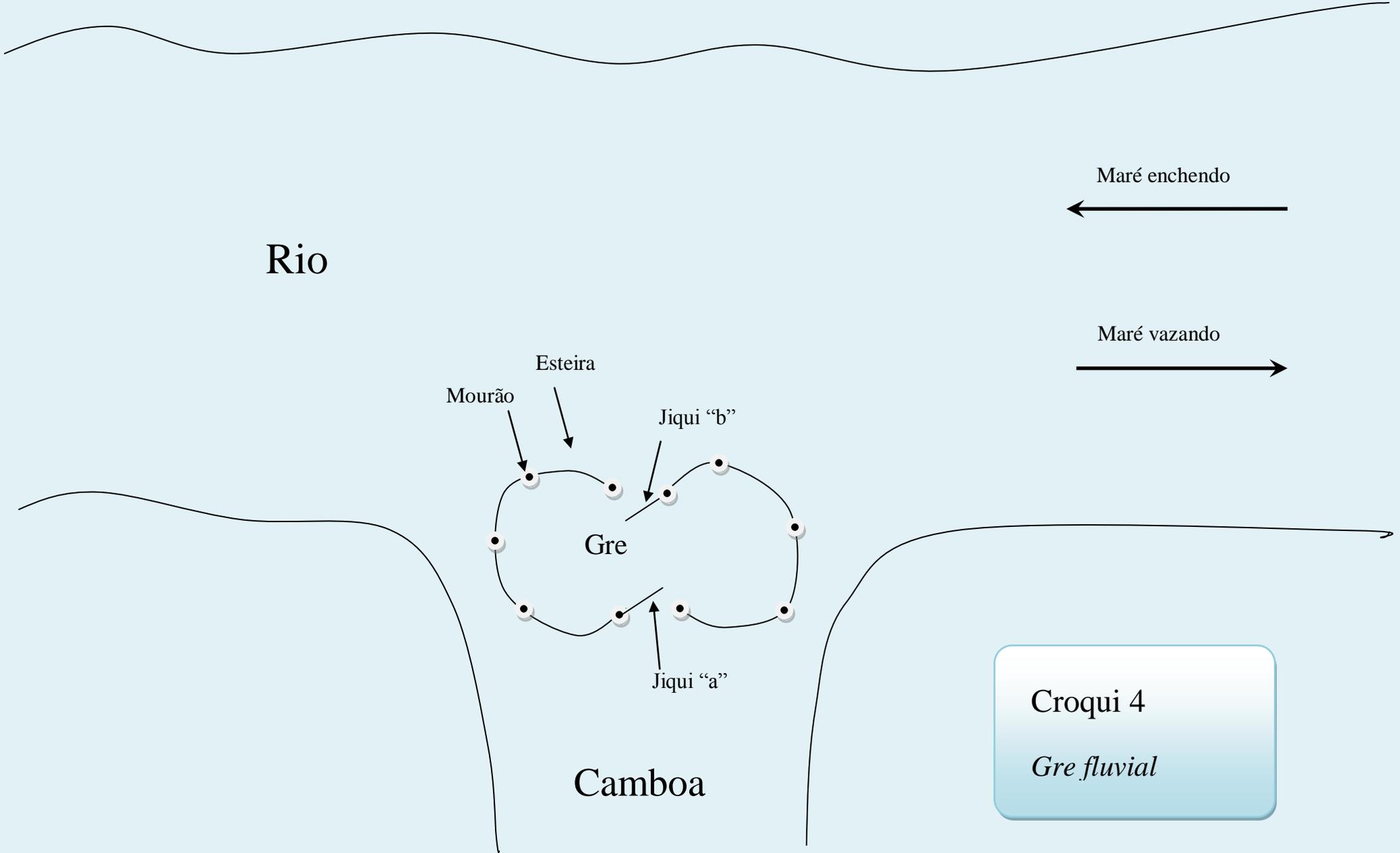
Atividades de pesca também são realizadas nas áreas em que os arrecifes aproximam-se da beira da praia, formando piscinas naturais. Nestes locais, onde abundam camarões e pequenas lagostas, pratica-se a captura noturna, através do que os pescadores denominam de “fachadas” (derivado de “facho”): aplica-se fogo em fibras oleosas do coqueiro, formando-se tochas, posicionadas de modo tal que iluminem as águas, impelindo a aproximação e o adensamento dos crustáceos. Sucessivamente, com a ajuda do *jereré*, capturam-se os animais.

Outro tipo de pesca realizada nas proximidades da praia é aquela feita com redes de arrasto artesanais (*mongotes*). Estas são acionadas por dois pescadores, que seguram cada um uma extremidade da rede, que é sustentada por uma vara de madeira. A partir da beira da praia, se entra a pé no mar, movendo a rede na contracorrente, favorecendo assim a captura dos peixes. A pescaria pode ser diurna ou noturna.

Finalizando, consideraremos brevemente o quarto espaço de pesca, constituído pelo mar aberto, isto é além dos arrecifes. Nestes espaços pesca-se com jangadas a vela ou embarcações de maior porte movidas a motor, estas últimas podendo se afastar mais da costa. Para a captura de peixes, utilizam-se redes de diferentes malhas, dependendo da dimensão do animal desejado, bem como linhadadas e/ou nassas de grande porte. Esta armadilha é também destinada à pesca de crustáceos, principalmente lagostas.

Mapa 11
Rio Gramame





Rio

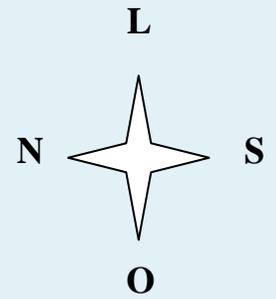
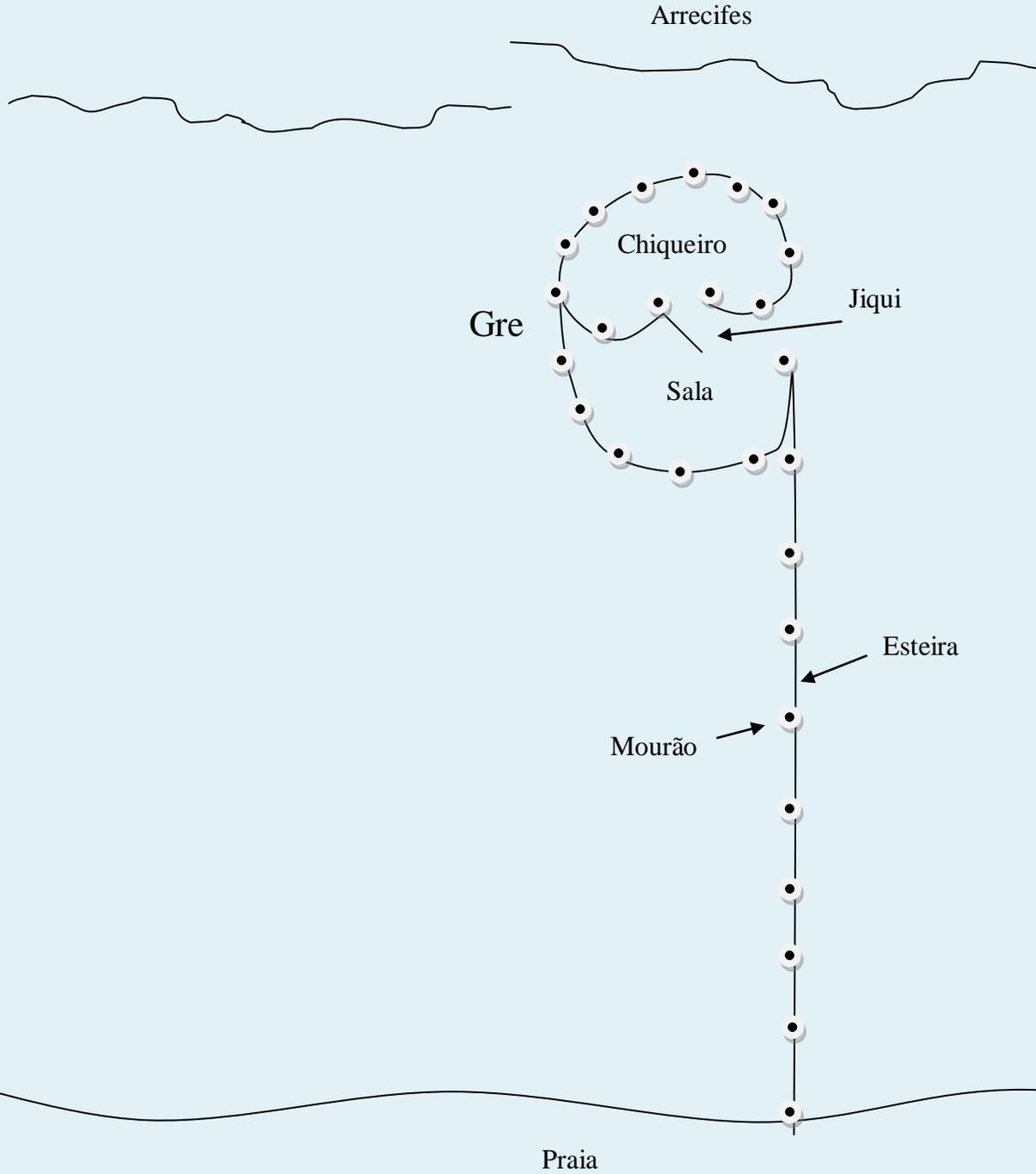
Maré enchendo

Maré vazando

Mourão
Esteira
Jiqui "b"
Gre
Jiqui "a"

Camboa

Croqui 4
Gre fluvial



Croqui 5
Gre Marítimo



Nassa (*covo*) fluvial construída com fibras naturais e sintéticas.

Fotos: Luca Fiorini





Nassa (*covo*) fluvial construída com fibras naturais.

Fotos: Fabio Mura





Samburá

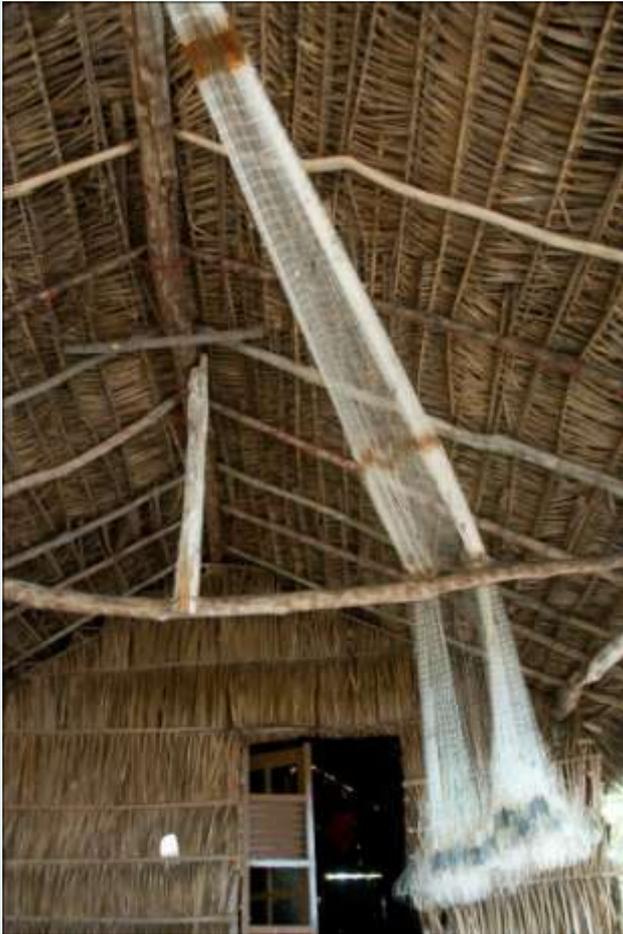
Fotos: Fabio Mura





Jangadas em Jacumã
Fotos: Fabio Mura





Tarrafa na caiçara de Nequinho e Carlinhos Piaba (acima) e rede de arrasto na casa de Wilson Firmino na Barra de Gramame.

Fotos: Luca Fiorini





Pescando com tarrafa
e catraia na Barra de
Gramame.

Fotos: Luca Fiorini





Pescando com canoa na Barra de Gramame.

Fotos: Luca Fiorini





Jereré.

Fotos: Amanda Marques
e Luca Fiorini



3.3 – Caça e coleta

A caça e a coleta são atividades complementares, mas de grande importância na determinação da mobilidade indígena, como já visto na segunda parte deste trabalho.

Segundo os Tabajara, antigamente os melhores locais de caça eram os das barras dos rios Gramame e Abiai, sendo que hoje os espaços melhores para se desenvolver essas práticas de captura são os dos Sítio dos Caboclos e áreas adjacentes, como Mata do Meio, Malhada de Cima e Coqueirinho, lugares estes mais conservados do ponto de vista ambiental e com menor presença antrópica com relação às das barras. Há que se destacar, porém, que as atividades venatórias, bem como as de coleta, eram desenvolvidas em quase todos os espaços da antiga Jacoca, sendo realizadas às vezes nos intervalos entre a agricultura e a pesca ou ainda de retorno para as residências depois de se ter praticado estas últimas atividades.

Os animais mais caçados eram a capivara, a paca e o tatu “verdadeiro”, encontrados nas margens dos cursos fluviais, mas também se capturavam, entre outros, veados, quatis, macacos, lontras, papa mel e sagui. Embora existentes, os jacaré eram pouco caçados. Entre as aves que eram capturadas, encontram-se o maçarico, a sirgoia, o tetéu, o tamatião, o marreco e o guaxelo.

As técnicas venatórias mais comuns eram o uso de cachorros e espingardas, que garantiam uma maior mobilidade no território. Mas, com uma lógica parecida a dos pescadores, em certos locais privilegiados colocavam-se armadilhas, como arapucas e de laço. Realizava-se também a tocaia, principalmente nos locais com presença de árvores frutíferas, cujos frutos representam importantes atrativos para os animais almejados.

Com relação especificamente às atividades de coleta, estas também são difusas no território, mas, diferentemente daquelas de caça, que são desenvolvidas exclusivamente por membros de sexo masculino, com raios de ação bastante amplos, estas podem ser praticadas também e de modo preponderante por mulheres, em espaços relativamente próximos às residências (como, por exemplo, entre os roçados e as casas).

Entre os frutos silvestres coletados se destacam, geralmente, o caju de carrasco, araçá, goiti, maracujá mochila²⁵ e a sapucaia²⁶.

²⁵ O chá da raiz dessa fruta serve para inflamações do corpo, bem como seu fruto é cozido e comido pelos regionais.

²⁶ O fruto e casca desta última são utilizados como fonte de alimento, bem como são utilizados no ritual indígena do tore, como defumador, e na confecção de instrumentos musicais.



Trilhas na Barra de Gramame.

Fotos: Luca Fiorini

Atividades de coleta na Barra de Gramame.

Fotos: Luca Fiorini



3.4 – Considerações sobre atividades técnico-econômicas e organização social do trabalho

As atividades técnico-econômicas realizadas pelas famílias Tabajara inscrevem-se em um ambiente sócio-técnico mais amplo, que caracteriza as relações de trabalho no Litoral Sul da Paraíba. Agricultura, pesca, caça e coleta, são, de fato, desenvolvidas a partir de saberes, instrumentos e práticas que, articulados entre si, formam “conjuntos técnicos” específicos (Leroi-Gourhan, 1994 [1945]), constituídos na região em pauta ao longo dos séculos, os quais permitem a produção de objetos e ferramentas metálicos, atividades de trançado, tecido e costura, modelação de madeiras, etc., em um espaço circunscrito e em íntima relação com os aspectos ecológicos locais. Nestes espaços temos, portanto, a interação e integração de sujeitos com maior ou menor especialização técnica e ocupando também posições diferentes na hierarquia social da região.

Em Gurugi existiam e existem ferreiros, figuras importantes para a fabricação de instrumentos metálicos. Neste caso, é relevante destacar que estes artesãos eram responsáveis pela produção de “espingardas de soco”²⁷, as mais utilizadas nas atividades de caça, na região. No caso da pesca, os anzóis eram também produzidos por estes artesãos, bem como peças metálicas e ferramentas disponibilizadas para ulteriores construções, realizadas por outros especialistas, ou simplesmente pelos integrantes dos grupos domésticos da região.

A produção de embarcações como canoas, catraias e jangadas é algo realizado localmente. Em Jacumã existem estaleiros com indivíduos especializados nesta tarefa, bem como na realização de eventuais reparos nas construções mais antigas. Há ali também mestres na produção de velas para as jangadas.

O trançado é uma atividade menos especializada, sendo que os grupos domésticos têm geralmente integrantes que possuem as habilidades práticas para produzir objetos com estas técnicas. Prevaecem, então, os cestos destinados às atividades de pesca (samburá) e agrícolas (balaios), e as armadilhas para a pesca, como as nassas (*covos*), construídas com vários tipos de cipó e bambu. Antigamente, as redes de arrasto (*mangotes*) e *jererés* também eram tecidos artesanalmente, pelos próprios

²⁷ Arma de fogo com carga frontal da pólvora e da munição.

pescadores, utilizando-se fibras vegetais, coletadas em áreas de manguezais, para a produção das linhas necessárias.

A realização de construções de grande porte, como os *gre* marítimos, exigia a mobilização de significativos contingentes de mão de obra, bem como a coleta e o transporte de grande quantidade de madeira, procedente das matas da região. Por sua natureza, estes empreendimentos eram implementados pelos patrões do lugar, os únicos capazes de financiar, arregimentar o pessoal necessário e coordenar as etapas necessárias para a construção.

As relações de trabalho são, desta forma, importantes para se entender as dinâmicas sócio-técnicas, bem como os processos de integração social e econômicas na região em pauta ao longo do tempo. Décadas atrás existiam circuitos de troca e transação econômica diferenciados, mas relacionados entre si por lógicas de dominação, e que tinham como eixo a “morada de condição”, cujas características foram amplamente descritas ao longo deste trabalho. Por um lado, havia um circuito que distribuía de forma hierárquica e desigual as riquezas produzidas por artesãos, pescadores e agricultores; em troca de um espaço para habitar e cultivar, os patrões monopolizavam a força de trabalho desses “moradores” por dois dias semanais, concentrando a produção econômica que dela derivava e que era destinada principalmente ao comércio. Por outro lado, não obstante esta exploração, nos dias restantes da semana, os “moradores” podiam dar vida às atividades produtivas que foram aqui descritas, produzindo um circuito econômico horizontal, baseado principalmente na lógica da troca, muitas vezes a partir de relações de parentesco²⁸. Em suas narrativas, os Tabajara colocam muita ênfase sobre a troca de peixe por farinha de mandioca. Desta forma, os membros dos grupos domésticos centrados nas atividades pesqueiras e que residiam principalmente nas bocas das barras, moviam-se em direção ao interior para realizar esse tipo de transação, aproveitando dessas ocasiões para fazer visitas aos próprios parentes, e vice-versa. As casas de farinha também eram lugares indicados como sendo privilegiados para se obter alimentos e se levar a mandioca

²⁸ Os espaços produtivos liberados após “pagar a morada” por dois dias, como dizem os Tabajara, não se restringiam unicamente a áreas agricultáveis para uso familiar. Como relata o indígena João Boinho, que foi morador nas terras do patrão Almir Correia – considerado o dono de Jacumã e que fazia empreendimentos pesqueiros –, também parte das pescarias feitas nos *gre* marítimos podiam ir em benefício dos pescadores que tomavam conta para o patrão desses currais de pesca.

produzida. No caso específico da visitação entre parentes, além da pesca e da farinha, também os produtos da caça e da coleta podiam ser utilizados como dádivas.

As transformações advindas sobre o território em pauta, a partir da metade do século XX, que levam à extinção da morada de condição, à reforma agrária e à exploração dos espaços por motivos turísticos, têm produzido efeitos significativos na organização sócio-técnica dos vários segmentos sociais da região, condicionando os circuitos e as próprias atividades técnico-econômicas. Os grandes empreendimentos promovidos pelos patrões, como os *gre* marítimos, deixaram de ser executados; materiais sintéticos passaram a ser utilizados em quase todas as atividades produtivas, abrindo-se espaço para a incorporação de novas técnicas a estes relacionados; para isto, a proibição da caça e do corte de árvores nativas também foram fatores importantes. Há que se considerar, porém, que não obstante estes fatores, a maioria das atividades relacionadas à reprodução dos grupos domésticos permaneceu constante no tempo, sendo tecnicamente atualizadas e, em alguns casos, territorialmente redirecionadas. A própria incorporação de materiais plásticos permitiu uma maior facilidade na confecção de objetos e instrumentos de trabalho e captura, e, em alguns casos, o aperfeiçoamento de técnicas de navegação – como resulta evidente com a introdução do isopor para melhorar a flutuabilidade de jangadas e catraias e a introdução de bóias plásticas na prática da pesca de arrasto. As atividades de agricultura e a pesca artesanais não foram transformadas em sua organização técnica geral. Muito embora no litoral sul da Paraíba as embarcações a motor estejam em maior número, as jangadas, catraias e canoas continuam sendo uma opção tecnicamente viável para a pesca em pequena escala, com os Tabajara fazendo delas ainda um uso difuso. O mesmo pode-se dizer com relação ao uso de instrumentos agrícolas, onde enxada, facão e foice constituem ainda a aparelhagem básica destes indígenas. Por último, o que é ainda mais importante, as relações de trabalho continuam fortemente ancoradas na organização doméstica, as tarefas sendo desenvolvida de modo prevalente por conjuntos de parentes.

Quarta Parte: MEIO AMBIENTE

Para entendermos a questão ambiental no litoral sul paraibano, faz-se necessário compreender as diferentes formas de uso e apropriação dos recursos materiais pela sociedade. Durante a escrita do texto, utilizaremos a noção ambiente, considerando a afirmativa de Gonçalves (2005) quando critica o conceito de meio ambiente, por estar vinculada aos estudos realizados pela Biologia no século XIX e utilizada para estabelecer leituras do espaço de maneira desarticulada, ou seja, o meio se apresentava como organismo externo ao homem e de preocupação com o funcionamento dos processos ditos naturais.

Esse autor propõe uma visão de ambiente por inteiro, onde a sociedade se coloca como sujeito de transformações e interações no espaço-tempo. Nesse sentido, o homem não está incluído nessa relação dialética como um ser naturalizado, mais um ser social que produz bens, riquezas, tensões ambientais e transforma o mundo material e imaterial.

O Litoral Sul é um exemplo expressivo dessas transformações, onde no século XX, a especulação imobiliária, a construção civil e a atividade turística são, em geral, as forças responsáveis por essas transformações ambientais.

Podemos afirmar que esse processo de transformação ambiental, gerou confrontos territoriais, conforme relatado na primeira parte deste relatório, onde numa mesma porção do espaço, temos diversas formas de uso e ocupação do solo pela população de ocupação tradicional e ocupação recente.

A ocupação tradicional é aquela constituída pelos grupos sociais que tem raízes historicamente estabelecidas no litoral sul, com gerações que se sucederam na área formando grupos domésticos de origem camponesa e étnica como pescadores, indígenas, posseiros e quilombolas. E a ocupação recente, é considerada a parcela da população constituída por empresários, industriais, latifundiários, bem como a população de veranistas que alugam ou adquirem casas de veraneio, e turistas que se utilizam de equipamentos turísticos como hotéis e pousadas.

As áreas ocupadas tradicionalmente pelos Tabajara são necessárias ao bem estar desse grupo étnico. Entretanto, elas estão sendo gradativamente alteradas, em virtude da expansão urbana e turística. O reflexo do uso insustentável desses espaços é a

degradação dos ambientes costeiros e das porções territoriais ocupadas, sobretudo com a monocultura canavieira. Cabe ressaltar que a grande maioria dessas áreas é considerada como imprescindíveis à preservação desses recursos por meio das legislações ambientais

A intensificação das ocupações recentes se deu no ano 2000, após a construção de rodovia Abelardo Jurema, mais conhecida como PB – 008²⁹, conforme podemos observar na imagem abaixo, que corta toda a faixa litorânea sul do Estado iniciando na Ponta do Seixas até a praia de Acaú, cidade que faz fronteira com o Estado de Pernambuco.



CONSTRUÇÃO DA RODOVIA ESTADUAL PB 008. Obras iniciadas no final dos anos 90 e foi inaugurada em 2001 pelo governo estadual, é uma rodovia litorânea totalmente asfaltada e dividida em 25 trechos. Foto: Vanda Regis de Paiva. 1998

²⁹ Parte dos recursos utilizados para a implementação da obra é proveniente do PRODETUR (Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste), programa federal criado pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Além de ter sido construída com a justificativa de incentivo ao desenvolvimento turístico, essa rodovia trouxe impactos negativos ao ambiente, sobretudo provenientes da expansão urbana, geradora de ocupações desordenadas, deficiências de infraestrutura e degradação de ecossistemas costeiros.

Do ponto de vista socioambiental, o território da microrregião do litoral sul paraibano apresenta uma paisagem diversificada, chegando a ser desabitado em alguns pontos. Destacam-se ao longo da costa as falésias, estuários, planícies e tabuleiros. Fazem parte da porção denominada Litoral Sul, os municípios de João Pessoa, Gramame, Conde e Pitimbu, onde se localizam as praias da Penha, Jacarapé, do Sol, Gramame, Carapibús, Tabatinga, Coqueirinho, Tambaba, Praia Bela, Abiaí, Pitimbu e Acaú.

Situada nas porções do relevo denominada de baixada litorânea e baixos platôs costeiros, essa região apresenta um clima quente e úmido. Em virtude da influência dos ventos alísios de sudeste no inverno e dos alísios do nordeste no verão, essa faixa territorial chega a receber até 2.000 mm de chuvas anuais.

Segundo a classificação de W. KOEPPEN de 1884, o clima predominante nesta área é do tipo As', quente e úmido com chuvas de outono e inverno e de curta estação seca. Estado que permite o desenvolvimento da floresta costeira.

Apresenta uma estação seca relativamente curta, iniciando em setembro estendendo até os meses de dezembro/janeiro. Os meses de outubro e novembro são considerados os mais secos. Por conseqüência, ocorre nesta época um aumento de temperatura, com média em torno de 26°C. Já os meses de dezembro a fevereiro constata-se as temperaturas mais elevadas com cerca de 28°C.

O período de estação chuvosa ocorre durante os meses de março onde se inicia, e vai até o mês de agosto. As temperaturas ficam em torno de 23°C.

Observa-se no litoral uma diferença nos tipos de solo. Nos baixos planaltos costeiros, pode-se encontrar um tipo de mosaico, nos topos dos tabuleiros há uma predominância de solo arenoso-argiloso (solos pobres e mal drenados). Já o solo do tipo eutrófico tem predominância ao longo das encostas úmidas e áreas de várzeas.

De modo geral os solos presentes na região do litoral sul são do tipo de Mangue, Areias Quartzosas Marinha distróficas, são de granulação fina e média.

Em termos de Datação Geológica, conforme podemos observar no quadro a seguir, a área é constituída de rochas provenientes da Era Cenozóica, respectivamente entre os períodos do fim do Terciário e início do Quaternário. Também são encontrados terrenos Cretáceo-Terciários, denominado Grupo Paraíba, com formações Beberibe. Esta seqüência é recoberta discordantemente pela Formação Barreiras, formada por arenitos, siltitos e argilitos variados, de idade Terciária Superior e Quaternária. Destacam-se os terraços marinhos pleistocênicos, depósito de praias, depósitos fluviais, depósitos flúvio-lagunares, depósitos estuários ou de mangues.

TABELA 4: ESCALA GEOLÓGICA DO TEMPO (SIMPLIFICADA)

ERAS	PERIODOS COM SUB-PERIODOS	Duração em Milhões de Anos	Idade da Terra em Milhões de Anos
Cenozoica	Quaternario	Holoceno	0,01
		Pleistoceno	1,64
	Terciário	Plioceno	5,2
		Mioceno	23,5
		Oligoceno	35,5
		Ecoceno	56,5
		Paleoceno	65
Mesozoica	Cretácio	-	146
	Jurássico	-	207
	Triássico	-	244
Paleozóica	Permiano Carbonífero Devoniano Siluriano Ordoviciano Cambriano	-	289
		-	362
		-	408
		-	439
		-	510
		-	570
Pré-Cambriano	Proteozóico Arqueano		4.570

FONTE: GUERRA, A, T. Dicionário Geológico Geomorfológico. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

4.1 – Baixada Litorânea: impactos e dinâmicas da faixa terra-mar

A Baixada Litorânea, também chamada de planície flúvio-marinha, abrange porções de terrenos planos, sedimentos recentes e baixa cota altimétrica, que variam de 0 a 40 m. Há que se considerar ainda o fato de que o deslocamento da linha de costa, imposta pelas variações do nível de base geral, na faixa terra-mar ou zona de estirâncio³⁰, deixa nas áreas costeiras os seus registros. Este segmento é composto por algumas porções como as ocorrências de formações recifais, manguezais e plataformas de abrasão.

Formações Recifais

De acordo com Carvalho (1982), essas estruturas aparecem na sub-zona marítima de características coralígenas e areníticas. Os recifes de arenito são formações calcárias de antigas linhas de praia, como as encontradas em Gramame, Jacumã, Tambaba e Pitimbu.

Os recifes coralígenos têm forma retilínea. No litoral sul, esses cordões têm larguras de 0 a 150 m, composto por camada de carbonato de cálcio que formam colônias e funcionam como quebra-mar natural e fonte de alimento para espécies marinhas.

Por serem ambientes costeiros frágeis e ricos em biodiversidade, essas formações sofrem impactos provenientes das atividades humanas e econômicas, a exemplo da pesca predatória, visto que muitas espécies se utilizam desses ambientes para se reproduzir, e das atividades turísticas, que muitas vezes usam esses espaços sem conhecer a dinâmica desse ambiente, chegando a pisotear e destruir o ecossistema marinho.

Essa porção, conforme descrito na parte anterior do texto é de uso tradicional do povo Tabajara para pesca de peixes, camarão e lagosta. As principais áreas utilizadas

³⁰ Faixa de praia entre a menor e maior maré.

pelo grupo são próximas as praias de Gramame, Jacumã, Tambaba, Praia Bela e Pitimbu³¹.

Estirâncio/Linha de Praia

Essa porção geomorfológica é referenciada como sendo a faixa de contato entre a terra e o mar. Conforme Ab'Saber (2001) apud Silva; Marques *et al* (2003, p.3), quando conceitua o litoral afirma que:

Existe, com certeza, uma verdadeira parafernália conceitual relacionada à faixa costeira. Trata-se de um domínio do planeta Terra em que se processa o contato entre o mar e o continente, em uma situação em que as terras expostas às vagas marinhas variam muito quanto à natureza das rochas, a altura do relevo e compartimentos da topografia, enquanto a dinâmica das águas costeiras prossegue em seu trabalho constante de abrasão e sedimentação, ainda que comportando diferenciações, desde os pólos aos trópicos e nas desembocaduras dos grandes rios. Além do que, os contatos desdobram-se até o espaço aéreo costeiro, pelo jogo de ventos e brisas que se alternam dia e noite, do mar para a terra e desta para o mar.

Essa é uma área que compreende um conjunto de sedimentos depositados e transportados pelo movimento de marés, e de utilização intensa dos banhistas. Em alguns trechos do litoral sul, na faixa externa da linha de praia observamos uma vegetação característica de praia composta por gramíneas, salsa e pinheirinho.

Entretanto, em trechos onde a especulação imobiliária age de maneira mais intensa, como em Gramame, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Praia Bela e Pitimbu, essas áreas estão tendo intensa perda dessa cobertura vegetação, em virtude da construção de barracas de praia e residências irregulares.

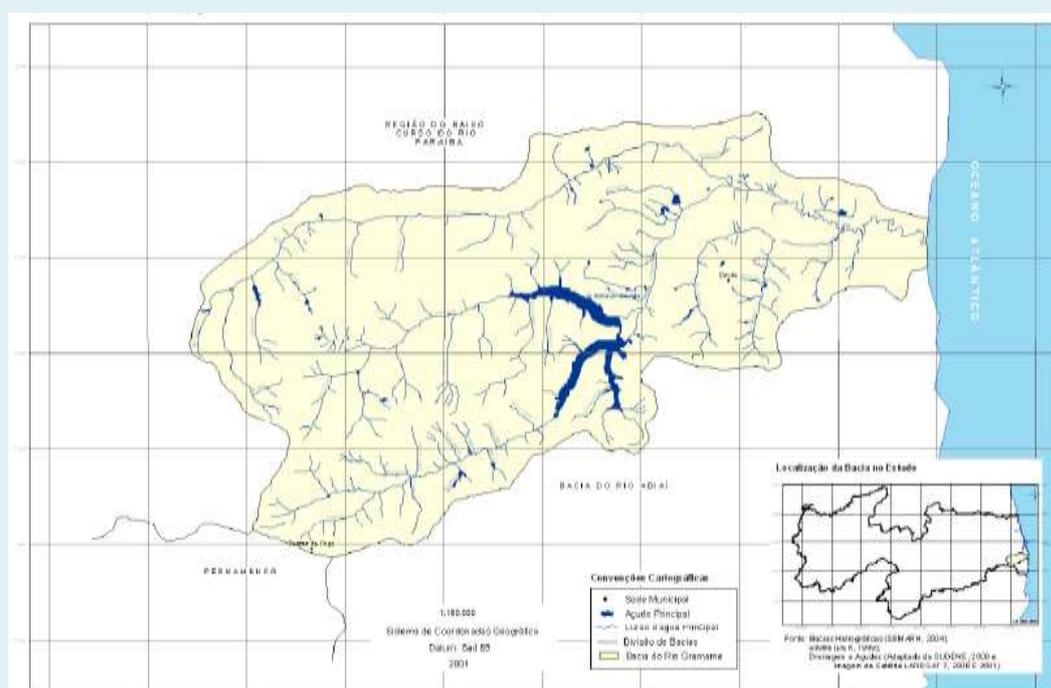
Por ser uma área de influencia marinha, podemos perceber o avanço do mar em alguns trechos do litoral, onde são construídos gabiões³² a exemplo da praia de Pitimbu que passa a sofrer com o processo de erosão intensa, sobretudo em virtude do avanço do

³¹ Essas áreas estão referenciadas no mapa de uso e ocupação atual do povo Tabajara.

³² São estruturas construídas na faixa praial, armadas com britas e envolvidas com fios de aço de maneira perpendicular a arrebentação das ondas, tendo como objetivo conter a ação marinha através da engorda da praia.

nível do mar e da própria construção irregular de casas que avançam o limite estabelecido pela legislação. Cabe destacar o perigo para a construção excessiva de gabiões nas praias, pois à medida que se barra uma ação marinha em uma determinada faixa de praia, automaticamente teremos essa ação em uma praia posterior.

No caso da barra de Gramame, cuja bacia hidrográfica localiza-se entre as latitudes 7° 11' e 7° e 23' Sul e as longitudes 34°48' e 35°10' Oeste, cinquenta e um barraqueiros ocupam esse espaço de maneira irregular, inclusive ferindo a legislação ambiental que considera esse espaço como sendo área de preservação permanente, conforme podemos observar no mapa 12, a seguir, e no mapa 10 na segunda parte. São utilizadas como espaços de lazer de final de semana, caíçaras, e a grande maioria como bares.



Mapa 12 - Drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Gramame. In: Relatório do Comitê de Bacias Hidrográficas (2004).

Nessa área ocorrem muitas ações danosas ao ambiente, como cortes de madeira (mangue e mata secundária), redução do fluxo do rio, construções inadequadas na via litorânea, acúmulo de lixo nas proximidades da área. Assim, compreendemos que o fator gerador desses impactos é decorrente da chegada dos barraqueiros ao local, bem como dos dejetos e toxinas arremessadas ao longo do curso do rio.

Para conter a ação marinha, são construídas barreiras de contenção com restos de materiais e nas maiores marés, que compreendem o período de janeiro a julho, em alguns trechos o mar avança em direção ao mangue. Essas barracas alteram a dinâmica do ambiente visto que funcionam como obstáculos artificiais que impedem o processo natural de “lavagem do mangue”, ou seja, de variação do gradiente de salinidade. O ecossistema manguezal recebe o lixo das barracas, aterramento e os dejetos provenientes da instalação de banheiros ao ar livre, o que resulta numa visível poluição e alteração ambiental.

É de grande importância ressaltar que essa é uma área de interesse e de Propostas de Transformação de Pólo Turístico (Complexo Turístico Costa do Sol), tendo como ação principal as construções hoteleiras na área. Cabe ressaltar que se medidas cabíveis que conservem esta região não forem logo tomadas, muitos prejuízos a natureza irão surgir.

Conforme apontado no Relatório do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Sul:

A bacia do rio Gramame apresenta cerca de 97,0% de sua área total caracterizados pelo antropismo identificado como atividades agropecuárias e florestais, alcançando todos os municípios nela inseridos, dispondo-se assim de apenas cerca de 1,5% de cobertura vegetal, cuja ocorrência é de 0,72% de Mata Atlântica e 0,74% de Tabuleiros costeiros, da área total da bacia, somando aproximadamente 8,64Km² de vegetação natural, dos quais, 96,6% representam Área de Preservação Permanente. (PARAIBA, 2004, p.40).

Os impactos causados a esta área, tem como exemplo os desmatamentos que podem interferir bastante na vida ecológica dos seres vivos como também na vida social de cada um, como: redução da biodiversidade, perda de produtividade, perda de habitat, perda de recursos florestais, baixa no setor pesqueiro, dentre outros aspectos que aos poucos podem danificar e alterar o ecossistema costeiro.

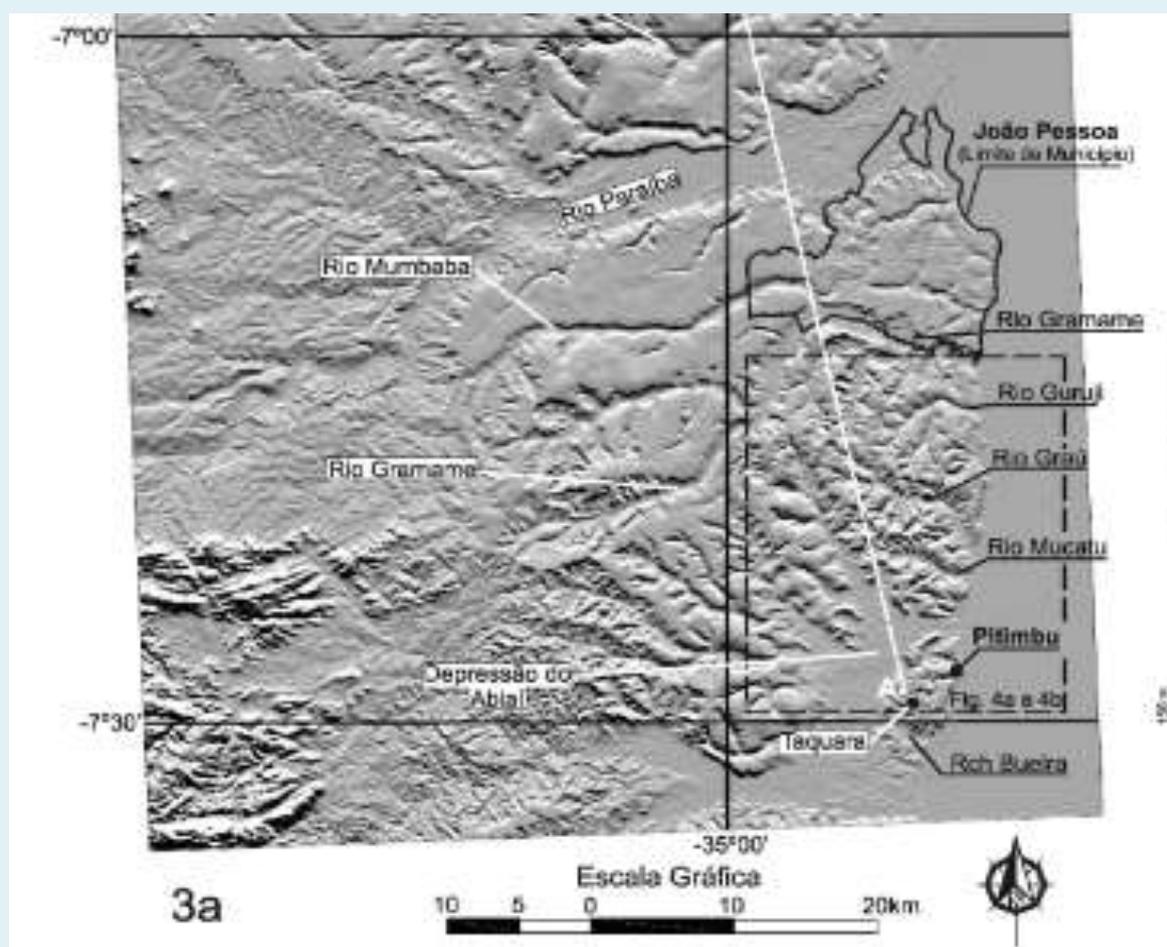
Estuários e Manguezais

A maioria dos estuários do litoral sul³³, estão sendo utilizados para pesca e possuem uma beleza cênica extraordinária, sendo usados muitas vezes como área de recreação. Esses estuários e suas bacias hidrográficas correspondentes estão sendo afetados por interferências sociais múltiplas, destacando-se em particular as ações efetuadas sobre o ecossistema manguezal.

Essas áreas estuarinas são amplamente utilizadas por comunidades pesqueiras. A ocupação urbana desordenada e os fortes impactos ambientais atrelados ao desenvolvimento de atividades humanas e indústrias desenvolvidas às margens desses estuários, constituem uma ameaça para esses ambientes.

Historicamente, os Tabajara costumam desenvolver suas atividades de captura e catação ao longo das desembocaduras dos rios, onde podemos localizá-los no mapa a seguir. Destacamos a importância das desembocaduras dos rios Gramame, Gurugi, Graú, Mucatu e Pitimbu. Entretanto, todas essas áreas estão ocupadas irregularmente com construções e instalação de bares. Constatamos ao longo das barras, focos de poluição e pontos de despejos de efluentes com os locais de pesca, demonstrando assim um problema na reprodução social desse grupo, que juntamente com as áreas direcionadas a agricultura, dependem desses espaços para a sobrevivência.

³³ São ambientes costeiros semi-fechados e mantêm uma ligação com o mar.



Mapa 13 – Imagem shurfile radar topografic mission (SRTM) da faixa oriental do Estado da Paraíba. Adaptado de Furrier (2006).

Além das desembocaduras, os Tabajara se utilizam dos manguezais que surgem nas desembocaduras dos rios e representam um ecossistema típico da zona intertropical. Desenvolvem-se em áreas planas do relevo, cujo solo se desenvolve sob influencia das marés. Sendo um ambiente rico em sais e pobre de oxigênio, a vegetação é caracterizada por bosques e raízes aéreas, cujas espécies dominantes são, conforme afirma Carvalho (1982) e Coutinho (1999), o Mangue Vermelho (*Rizophora mangle*), Mangue Siriuba (*Avicenia Tometosa*), Mangue de Botão (*Conocarpus Erectus*). Segundo Moreira (1989):

Os manguezais constituem uma formação florestal perenifólia, com espécies altamente adaptadas ao ambiente fluvio-marinha, de salinidade elevadas e solos instáveis, pantanosos, com alto teor de matéria orgânica em decomposição, as raízes suporte e respiratórias são expedientes usados pelas plantas resistirem e sobreviverem nesse tipo de ambiente. Localiza-se nos estuários e estendem-se para o interior até onde se faz presente às influências marinhas pelo fluxo e refluxo dos mares. Sua composição florística é praticamente constante em todos os estuários. Algumas espécies vivem obrigatoriamente no setor pantanoso a exemplo do RIZHOFORA mangue L. (mangue vermelho), do como corpus erectus L. (mangue de botão), loguncularia racemosa G. (mangue Branco), Avicennia Shaveriana Stape Lecham (mangue Siriúba), outras espécies, tais como se desenvolvem nos setores marginais onde o solo é estável e só esporadicamente é atingido pelas marés (MOREIRA 1989. p.5)

Como ecossistema que contribui para o equilíbrio dos sistemas terrestres e marinhos, sendo considerado um berçário para reprodução de peixes e espécimes, os manguezais também são fonte econômica e de produtividade.

Para os grupos que ocupam tradicionalmente o litoral sul, os estuários e manguezais são utilizados como fonte de subsistência. Suas atividades econômicas variam desde a retirada da madeira para construções diversas até a coleta e pesca.

Conforme assinala Coutinho (1999), após a chegada da ocupação recente, os manguezais³⁴ vêm sofrendo processos denominados de “stresses” frente às atividades predatórias, entre as quais se destaca a retirada ilegal da madeira, alterações no regime hídrico, deposição de lixo, esgoto e invasão para expansão das atividades comerciais.

O próprio ecossistema responde a esse processo de intensa degradação a partir do que chamamos de indicadores naturais ou ambientais de degradação, onde a vegetação característica perde espaço para a colonização de espécies invasoras.

Pudemos constatar essa alteração ambiental a partir dos trabalhos de campo que realizamos, onde fizemos algumas caminhadas pelas trilhas que nos levam ao manguezal. Numa dessas caminhadas observamos o trecho da vegetação de Apicum e a área de retromangue, esse espaço, é a área das bordas do mangue, que é, na maioria das vezes, devastada. Essa devastação pode ocasionar uma degradação muito forte na área de Manguezal, que é o que está acontecendo no rio Gramame. Podemos observar nessas

³⁴ Os manguezais são ecossistemas protegidos pela legislação ambiental, a exemplo do Código Florestal (Lei n.º 4.771/65) e pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.os 4/1985 e 303/2002.

áreas de retromangue, três tipos de vegetação que são agentes protetores desse ecossistema:

- Mangue
- Avenca
- Mata de Restinga



Área de bosque no rio Gramame. Foto: Luca

Situamo-nos na parte posterior do Mangue e encontramos verdadeiros depósitos de lixo. Foram encontrados, copos plásticos, frascos de shampoo, garrafas de pet, latinhas, isopores, recipientes de água mineral, calçados, sacos Plásticos, dentre outros; esse grande fluxo de materiais jogados no Mangue pode ser atrelado à ausência de uma educação ambiental entre essas populações que freqüentam a praia e não sabem, na maioria das vezes, os danos que essa deposição de materiais no Ecossistema Manguezal, pode causar posteriormente.

Essa é uma área de extrema importância para o povo Tabajara, visto que a coleta de crustáceos e a pesca no rio Gramame são práticas tradicionais, sendo um ambiente de reprodução econômica e cultural desse grupo. A ocupação tradicional desses rios não se dá apenas no uso de seu leito, mas também dos afluentes que compõe a bacia. Destacamos o uso na margem direita os rios Utinga e Piabuçu, e na margem esquerda, o riacho do Angelim.

Plataforma de abrasão

As plataformas de abrasão são encontradas ao longo do litoral sul, são constituídas de blocos e sedimentos de um material petrográfico chamado laterita que são deslocados das falésias³⁵. Em alguns trechos é inadequado ao banho de mar, onde é freqüentado por pescadores e os tabajaras para pescar.

4.2 – Baixo Platô Costeiro

Os platôs costeiros ou tabuleiros se caracterizam como superfícies com topografia relativamente plana, com cotas altimétricas de 60 km de leste para oeste, com altitudes que vão aumentando, no mesmo sentido, de 30 a 200 metros. (CARVALHO, 1982, p. 27).

Os tabuleiros têm superfícies aplainadas, onde se desenvolve uma vegetação herbáceo-arbustiva. As áreas de mata dos tabuleiros do litoral sul vem diminuído, tendo em vista o intenso desmatamento que impede o desenvolvimento de uma vegetação de grande porte. Segundo Furrier (2006):

Os tabuleiros desenvolveram-se, predominantemente, sobre os sedimentos areno-argilosos e mal consolidados da Formação Barreiras. Essa formação repousa de forma discordante, de oeste para leste, sobre o embasamento cristalino e sobre os sedimentos do Grupo Paraíba, depositados na Bacia Sedimentar Marginal Pernambuco-Paraíba. (FURRIER, 2006).

³⁵ As falésias podem ser caracterizadas como “vivas” e “mortas”. As falésias mortas são os paredões rochosos inclinados em direção ao mar, mas que não sofrem ação marinha direta. As falésias vivas, que predominam no litoral sul, sofrem ação direta do mar.

Nessa porção geomorfológica, observamos a intensificação de desmatamentos e a difícil reconstituição desses ambientes de mata, em virtude da intensificação da monocultura canavieira e da expansão urbana.

São áreas das várzeas, fundo dos vales de planícies litorâneas e escarpas das áreas do planalto costeiro. Tradicionalmente ocupadas por comunidades locais de nativos e assentamento de migrantes que constituem a população de apoio e prestação de serviços nas áreas de Orla. Sua ocupação atual, via de regra espontânea e desorganizada e controlada pelo município através da localização e sem nenhuma infraestrutura de equipamentos institucionais e de serviços e melhoria urbana, bem como sem nenhum o incentivo econômico.

Conforme relatados em diferentes partes deste relatório, a expansão das atividades canavieira no estado da Paraíba se deu mediante uma adaptação aos condicionantes naturais, bem como pelos recursos concedidos pelo programa PRÓALCOOL do governo brasileiro.

A expansão da monocultura da cana é responsável pelo desmatamento de grande parte da cobertura vegetal do território do litoral sul, onde destacamos o sítio Pau Ferro, a Mata da Chica, o sítio dos Caboclo, Boa Vista, Malhada e Mata de Garapú como áreas que sofreram redução de sua cobertura. Podemos observar essas áreas no mapa, a partir dos números 70, 71, 74, 78 e 79.

Os impactos causados pela cana de açúcar se dão desde as primeiras fases de cultivo, onde o solo não recebe a reposição de nutrientes e passa a ser corrigido com o uso de fertilizantes e corretivos; até as fazes de colheita, onde a palha da cana é queimada para facilitar o corte.

Cabe destacar que grande parcela das melhores áreas agricultáveis, ou seja, terrenos próximos ao leito dos rios e de baixa declividade estão sendo destinada a plantação de cana. Assim, há o excesso do uso de vinhoto utilizado como fertilizante nos canaviais e dos mananciais.

Podemos perceber no mapa do uso e ocupação atual dos Tabajara, em ANEXO, partes de solo desnudo, os quais são proveniente principalmente de áreas que foram desmatadas e destinadas a criação de loteamentos residenciais. As conseqüências são

processos erosivos nos tabuleiros costeiros, desmatamentos, queimadas e retirada de areia para construção.

Essa situação de degradação proveniente do cultivo intenso da cana e a expansão imobiliária revelam riscos ao ambiente. De acordo com Leff (2000), faz-se necessário introduzir novas formas de produzir, bem como introduzir princípios valorativos ao processo de desenvolvimento da sociedade.

No Litoral Sul, a expansão dessa monocultura extensiva é destrutiva, pois esta moldada na lógica capitalista do lucro, da grande propriedade rural e da submissão da classe trabalhadora. Nesse contexto, a expansão se dá sem a preocupação com o possível esgotamento do solo e destruição dos ecossistemas imprescindíveis para a reprodução social dos grupos que aí estão territorializados.

Essa região é constituída de fazendas que produzem majoritariamente cana de açúcar e de uma expressiva quantidade de assentamentos rurais que foram formados a partir da década de 1980, tal como exposto na primeira parte deste relatório. Considerando ser uma área de extrema fração territorial, em virtude da complexidade de sujeitos e práticas econômicas exercidas.

Devemos considerar que em alguns assentamentos rurais³⁶ e práticas coletivas dos grupos que ocupam esses espaços historicamente, tem adotado uma racionalidade ambiental regulada em uma lógica de desenvolvimento sustentável, onde os valores não estão inventariados exclusivamente na lógica capitalista do lucro, mas na relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza.

Lima (2008, p.176), ao estudar o processo formação e reprodução de assentados no litoral sul e a agroecologia como elemento de resistência social, econômica e cultural da lógica capitalista no lugar, afirma que, “os sujeitos sociais estudados possuem uma herança cultural advinda das classes sociais que ao longo do tempo usaram o território para a subsistência, como fonte de alimentação e como lugar de moradia”.

Como pudemos observar, a questão ambiental no litoral sul está moldada a partir de uma complexa trama de relações e de lógicas do uso da terra diferenciadas, que

³⁶ A exemplo do Assentamento Apasa, ver Lima (2008).

foram exemplificadas a partir do mau uso dos ambientes tradicionalmente ocupados pelo povo Tabajara.

Muitos desses ambientes são áreas de Preservação Ambiental, mas que em virtude de uma negligência nas fiscalizações dos órgãos competentes vem sendo degradados gradativamente ocupados irregularmente. Os principais conflitos de uso do solo constatados no litoral sul foram derivados das áreas de turismo e lazer, poluição hídrica e expansão das atividades agrícolas.

Cabe destacar que os usos desses espaços de reprodução para os Tabajara são de extrema importância, onde sugerimos a urgência nas ações do Estado, no sentido de solucionar esses problemas, fazendo salvaguardar a legislação ambiental.

Sugerimos que sejam promovidas ações, como a elaboração dos planos diretores das cidades que fazem parte dessa microrregião, demarcação dos território indígena Tabajara, campanhas educativas, operações especiais para conter o desmatamento ilegal, implantação de unidades de conservação, ação dos órgãos de fiscalização do meio ambiente, monitoramento dos recursos hídricos e criação de unidades de conservação.

Quinta Parte: ASPECTOS SIMBÓLICOS E COSMOLÓGICOS

5.1 – A prática do *toré* e do *catimbó*

Como foi adiantado na terceira parte deste relatório, as novas gerações tabajara começaram a praticar o *toré* apoiando-se nas instruções e nas experiências de dança que alguns deles tiveram entre os indígenas potiguara do litoral norte do Estado. Foi neste contexto que ouviram e decoraram algumas músicas, chegando a afirmar que, por mais que sejam hoje cantadas pelos Potiguara, a origem delas seria do litoral sul, ou seja, seriam tabajara. Tal afirmação provém do efeito *feedback* que teve este envolvimento ritual, com relação às gerações mais antigas. Pessoas idosas como João Gringo, afirmam que esses cantos faziam parte do cotidiano de seus parentes quando eram jovens. Contudo, diferentemente de quando se lhes indaga sobre o estilo de vida no passado e sobre as violências sofridas de parte dos latifundiários – quando os velhos indígenas demonstram-se loquazes e bastante interessados em dar detalhes –, no que diz respeito aos cultos praticados por eles e seus parentes nesse mesmo período, a situação se inverte. Revela-se um significativo incômodo em se tratar deste argumento, manifestando-se uma clara resistência em proferir narrativas que poderiam, a seus olhos, comprometê-los frente à atual vida religiosa, na qual estão envolvidos. Os velhos tabajara hoje são adeptos de igrejas neo-pentecostais, entre as quais se destaca a congregação Assembleia de Deus, cujas igrejinhas encontram-se disseminadas pelo litoral sul da Paraíba. É de se compreender, portanto, as dificuldades que estes indivíduos têm em aceitar de bom grado cantos onde se evoca o papel sagrado da jurema, planta alucinógena antigamente utilizada de modo difuso em seus lugares de origem (v. primeira parte deste relatório).

Os Tabajara estão hoje, portanto, numa fase de reflexão sobre as práticas rituais que os caracterizava no passado e sobre a própria pertinência de reproduzi-las ou recriá-las no presente. Por um lado, os claros aspectos políticos relacionados à dimensão pública de rituais coletivos como o *toré*, leva as lideranças a implementarem esta prática nas arenas públicas marcadas pelo relacionamento interétnico. Estes momentos, que registram a participação de membros da FUNAI, da FUNASA, da Universidade e de outras instituições representativas da atuação do Estado no território, permitem aos índios marcar clivagens sociais voltadas a melhor circunscrever a própria comunidade tabajara, o *toré* representando, neste momento, a manifestação performática mais eficaz

para marcar “para fora” a própria etnicidade. Os aspectos exteriores do ritual, unidos às marcas estéticas dos adornos corporais utilizados, despertam sempre no olhar externo ao grupo a imagem da diferença, associada a uma iconografia específica da “indianidade”, isto é de um índio genérico, cujas marcas culturais são padronizadas frente ao e sob medida do reconhecimento por parte do imaginário nacional (Oliveira 2004). Este esforço para que a luta por direitos constitucionais seja reconhecida como partindo de “legítimos” indígenas, leva a que pessoas como Paulo (membro de destaque do Conselho dos Tabajara e presbítero da Assembleia de Deus) acabem se engajando na dança do *toré*, gerando com isto um debate interno ao grupo, onde os mais idosos recusam-se, por enquanto, a seguir este caminho.

Por outro lado, a própria recusa da velha geração em se envolver na prática do *toré* diz respeito a aspectos mais íntimos da religiosidade atual da maioria dos membros dos grupos domésticos (como dito, neopentecostais), que vêm nestas práticas aspectos mágicos considerados como potencialmente negativos, relacionando-as à ação do diabo. As narrativas dos mais idosos sobre o *catimbó* como sendo uma prática ambivalente, que pode ser associada à feitiçaria, é algo marcante, refletindo, em certa medida, a própria perseguição e repressão aos indígenas no passado. Com efeito, a modalidade mais eficaz utilizada por não índios era a de caracterizar a vida indígena como permeada por ações mágicas movidas por pessoas mal intencionadas, identificando-se entre aqueles que realizavam cultos privados um potencial feiticeiro. João Gringo, João Boinho, Pedro Severo, Maria Rosa e Maria Tereza foram enfáticos em afirmar que nenhum de seus parentes teria praticado o *catimbó*, limitando-se a declarar que alguns apenas participavam de práticas que seriam positivas, como a chamada “mesa branca”. Negam também, de modo peremptório, o uso da jurema, substância sempre associada ao *catimbó*. Há que se considerar, porém, que estas declarações são acompanhadas por aquelas de membros relativamente mais jovens, como, por exemplo, as de Maria Fátima, irmã mais nova de João Boinho, que refere-se a sua mãe, Josefa, com tendo sido uma exímia conhecedora dos rituais relacionados à jurema, destacando também o fato de que os mais idosos hoje têm vergonha de relatar esta realidade. A própria declaração de João Gringo de que as músicas hoje entoadas no *toré* que fazem referência ao uso da jurema constituíam parte do repertório de sua própria mãe, coloca em dúvida a ausência do *catimbó* na vida mágico-religiosa no contexto social do Sítio dos Caboclos.

Os efeitos da dominação (oriundos do primeiro processo de territorialização, sobre o qual foi amplamente argumentado nas primeiras duas partes deste relatório), como atos estigmatizantes e repressivos com relação aos índios, podem ter sido responsáveis pela atribuição, por parte de membros das famílias indígenas, de, por um lado, um valor negativo às práticas por estes desenvolvidas no passado; por outro, e de forma correlata, foi-se progressivamente valorizando algumas práticas religiosas derivantes do mundo dos próprios dominadores. Ocorre, contudo, que este processo de substituição de práticas não pode ser vista de forma mecânica, como uma negação da condição anterior em favor de outra visão de mundo, como em um primeiro momento poderia parecer. Como mostraremos mais adiante, neste processo de substituição existem lógicas de continuidade, vinculadas à construção de moralidades e cosmologias, que, por sua vez, estão ancoradas nas experiências específicas da vida na antiga Jacoca. Mas antes de entrar no mérito desta argumentação, que será objeto do próximo item, nos parece oportuno traçar um paralelo com o que tem ocorrido entre os Pancararu do interior de Pernambuco, algo que pode melhor esclarecer a fase embrionária de organização sócio-cósmica em que se encontram hoje os Tabajara.

Retraçando as características da vida religiosa entre os Pancararu, Claudia Mura (2010) mostra como esta engendra hoje uma disputa entre as posições manifestadas pelos índios penitentes e aquelas promovidas pelos adeptos da chamada “tradição”. A autora, porém, coloca em evidência que esta disputa não polariza ontologias distintas nem separa totalmente os atores sociais em conjuntos dicotomicamente polarizados. A razão da disputa depende principalmente dos efeitos dos dois referidos processos de territorialização pelos quais passaram os índios do nordeste, dentre os quais se apresentam os próprios Pancararu. As práticas ritualísticas centradas na peregrinação dos penitentes encontrariam sua origem nas primeiras décadas do século XX, e seriam o resultado de uma experiência secular de sujeição da população local a um poder colonial e neocolonial. O coronelismo e as atividades de missionários tornaram-se pontos de referência para os indígenas, sendo estas não apenas as manifestações de um poder secular, mas também mágico-religioso. Apropriar-se desses poderes e torná-los vantajosos para as famílias por eles (os poderes) sujeitadas era naquele momento histórico algo relevante. Desta forma, através da penitência e da exaltação de figuras que foram importantes na região, como Padre Cícero e Pedro Batista, estas passaram a

ser cultuadas, delas esperando-se obter benefícios, especialmente nos processos terapêuticos.

Por outro lado, no correr do tempo e por efeito do segundo processo de territorialização que levou os Pancararu a remarcarem cada vez mais a própria etnicidade, foi se desenvolvendo um movimento político-ritualístico definido como da “tradição”, voltado ao culto dos índios antepassados “encantados” em vida. Segundo esse movimento, é destes seres, etnicamente circunscritos, que os Pancararu obteriam os principais poderes mágicos para nortear os eventos do cosmo e as atividades terapêuticas. Assim sendo, através deste processo, os indígenas estariam voltando, cada vez mais, suas relações mágicas e religiosas para o interior de seu grupo, enaltecendo suas próprias divindades e colocando-as em um patamar superior em relação àquelas dos brancos. Contudo, como coloca em evidencia a autora, a disputa não ocorre a partir de premissas e interesses divergentes. Ambas as práticas rituais fazem referência a um quadro moral unificado, construído por distintos indígenas, em termos de idade, sexo e pertença familiar. Não se trataria, portanto, de uma polarização de ordem faccional, que ordenaria grupos ou famílias distintas em partes opostas, uma vez que membros de uma única família ou mesmo de um grupo doméstico, podem aferir a essas duas diferentes práticas rituais, e em algumas circunstâncias até os próprios penitentes podem ter papel significativo nas atividades da “tradição”.

De modo análogo ao que tem ocorrido entre os Pancararu, entre os Tabajara também tem se configurado um processo que levou os indígenas a exaltarem o poder procedente de fora do contexto doméstico, contexto este que antes abrigava os cultos privados direcionados a determinar circuitos terapêuticos e dar sentido ao cosmo em que os índios vivem. Por outro lado, deve se destacar que, embora o segundo processo de territorialização tenha se iniciado entre estes indígenas há apenas quatro anos, já desperta um importante debate interno, cujos resultados é ainda prematuro de se avaliar. O que fica claro é que este debate político-teológico centra-se, também neste caso, em um percurso experiencial que tem produzido ao longo de décadas um quadro moral e cosmológico unificado, que por sua vez não pode ser limitado unicamente aos Tabajara, mas que envolve redes mais amplas no interior dos espaços da antiga Jacoca. A seguir, nos ocuparemos justamente destes aspectos.



Toré na Barra de Gramame

Fotos: Luca Fiorini





Toré na Barra de Gramame

Fotos: Luca Fiorini



5.2 – Cosmologia e moralidades nos espaços da antiga Jacoca

Durante o levantamento em campo, nas proximidades do Sítio dos Caboclos, fizemos uma parada para que os índios que nos acompanhavam pudessem descrever a vida nesses lugares no passado. Encontravam-se presentes João Boinho, Pedro Severo, Nequinho e Carlinhos Piaba, Ednaldo e Paulo. João Boinho narrou uma história que ocorreu consigo quando jovem. Ele procedia de Jacumã, a pé, em direção ao Sítio dos Caboclos, quando subitamente ocorreu o seguinte:

“...eu cheguei lá embaixo, antes de chegar nas placas, aí lá vinha aquele homem, aquele homem não, aquele negócio, acendendo e apagando, que nem um cigarro na mão, sabe?! Eu já escaviado, escaviado não, eu tava com a orelha em pé, eu andava com uma peixeira de oito polegadas e um porrete, mas eu saí tão avexado que até o porrete eu deixei, só vim com a peixeira. E ele vinha no caminho que eu vinha, na trilha daquele lado ali; e nós vinha, aí eu aumentei mais os passos. Quando chegou onde tá o senhor assim, e eu aqui, aí ele parou e eu parei também. Aquele cigarro que ele trazia era... (incompreensível) tão azul que... (incompreensível), a gente vê o outro lado do Conde, né?! E lá vinha dois carros rodeados, tão azulzinho que eu digo, eu não já tô dizendo que já é de madrugada, que esse caminhão vai pras matas pegar caioma, tora, que tú viu que as padarias ainda tá quebrando tora aí, né?! Mas se quebrar não pode... (incompreensível) . Aí quando eu me dei conta, tava esse homem, esse negócio. Quando chegou assim como tá o senhor, parou, e eu parei também. Aí, quando ele parou, aquele negão, rapaz!, e eu também na época era assim que nem esse menino, bem forte também. Aí, ele parou e fez assim, com a carão lá pra cima e eu vi o negão todinho, e disse: ‘esse cabra quer me assaltar’. ‘Eu negocieie com peixe’, ele disse: ‘eu negocieie com peixe’. O caba deu um pulo e eu caí fora...” (Sítio dos Caboclos 26/04/2010).

O relato de João Boinho suscitou nos demais um grande interesse, ao ponto de quase todos passarem a comentar o relato, cada qual dando sua opinião sobre essa figura, e todos concordando que se tratava do espírito denominado de João Cala Foice. João Boinho descreve este ser como tendo o tronco grosso (buchudo) e as pernas bem finas, e que leva sempre consigo uma espécie de lamparina. Ele vaga por toda a região, mas sua morada é na cidade encantada (denominada de Piranguinha) que se encontra nas proximidades de Gurugi. João Cala Foice é um espírito que paga uma penitência após ter matado a própria esposa e o filho (a golpes de foice).

João Boinho diz que desde quando virou evangélico, não vê mais esse ser e, num contexto mais amplo, relativo às atividades de pesca, afirmou que Cala Foice não interfere nessas atividades, que são primazia da “Sereia” (no mar) e do “Pai do Mangue” (nos rios). E tecendo uma comparação entre estes dois últimos e João Cala Foice, diz que eles não são penitentes: “*O Pai do Mangue e a Sereia é uma coisa natural, vem da natureza de Deus*”, acrescentando ainda: “*Cada coisa não tem um dono? Com a natureza é o mesmo*”.

Completando o elenco das figuras mais representativas que povoam e condicionam o cosmo, na concepção dos habitantes da antiga Jacoca, temos também a “Comadre Fulozinha” (dona das matas) e “Zé Pelintra” (dono dos caminhos).

Segundo Nequinho e Carlinhos Piaba, o Pai do Mangue se manifesta de várias formas, através de barulhos nas águas e nas margens dos rios, mas pode também aparecer em sua canoa. Nequinho afirma: “*O pai do mangue, você tá pescando, ele lhe acompanha; você vê ele pescando. Se você disser alguma coisa que ele não gosta, você não pega nada*”. E continua: “*Você não pode apelidar ele, que ele não gosta*”. (Entrevista em 25/04/2010).

Nequinho diz que certa vez viu esse ser passando numa canoa, que parecia ter um motor, mas só o reconheceu depois que passou. As pessoas têm dificuldade de reconhecer de imediato este espírito, sendo que se for o caso de encontrar no rio alguém desconhecido ou que esteja pescando muito peixe, não se pode competir com ele ou assumir uma atitude invejosa, visto que esta pessoa pode ser uma manifestação do Pai do Mangue, quem, se perceber este tipo de atitude, poderá punir o pescador, levando-o a fracassar na pescaria. Para ter uma relação de devoção com este importante espírito guardião é preciso fazer-lhe ofertas de tabaco.

Nequinho fala também sobre a relação que se deve manter com Zé Pelintra, espírito bastante perigoso, mas que, se bem tratado, pode ser muito importante nas atividades de cura. Assim como no caso de João Cala Foice, é um ser penitente. Quando em vida era “presepeiro”, razão pela qual foi condenado à penitência eterna. Para lhe prestar o devido respeito, é preciso deixar nas encruzilhadas dos caminhos e trilhas, doses de cachaça, eventualmente bebendo junto com ele. Ao se manter com ele boas relações, que demonstram companheirismo, obtêm-se forças positivas na cura espiritual.

Caso contrário, Zé Pelintra se irrita facilmente, tornando-se um espírito traiçoeiro, que pode chegar mesmo a matar.

Quanto ao modo de agir em relação à dona do mato, (a Cumadre Fulozinha), Maria Severo, mãe de Paulo, procedia da seguinte forma: toda as vezes que precisava entrar na mata, deixava um pouco de tabaco, se benzia e assobiava, aguardando um segundo assobio, que era a resposta do espírito guardião aceitando a visita. Carlinhos Piaba diz que nunca manteve devoção a Zé Pelintra, mas que, em suas atividades de caça, era comum relacionar-se com a Comadre. Ele também deixava fumo, evitando depois olhar para o lugar onde foi colocada a oferta. Carlinhos narra que uma vez estava de tocaia quando ouviu uma seqüência de pedrinhas atingirem as madeiras de um jirau que se encontrava nas proximidades. Concluiu que estas foram arremessadas justamente pela dona do mato. Por sua vez, Nequinho Piaba conta um episódio em que tentou entrar em uma mata fumando mas esquecendo-se de ofertar fumo à Comadre. Acabou sendo preso em um cipó, que se enredava cada mais em seu corpo. Além disso, perdeu o sentido de orientação geográfica, tendo a percepção de que o sol estaria se pondo da parte oposta ao normal.

Outro fator importante nas relações no cosmo é relativo à condição em que se encontra a pessoa no que diz respeito a suas relações sociais. Nequinho, Carlinhos e Paulo falam da diferença entre se empreender uma atividade técnico-econômica com o “corpo aberto” ou com o “corpo fechado”. Usaram vários exemplos para explicitar esta diferença: se alguém for tirar mel e estiver de corpo aberto, isto é se teve relações sexuais há pouco tempo ou, pior, se esteve com prostitutas, ou ainda se cometeu adultério, as abelhas podem ferocar e até matar a pessoa. Ao contrário, se o corpo estiver fechado, o indivíduo com a consciência limpa, nada sofrerá. A mesma lógica é válida nas pescarias, na agricultura e nas atividades venatórias, durante as quais, para se ter sucesso, deve-se respeitar determinados tempos, para permitir que, uma vez aberto, o corpo, ele possa se fechar. Assim, após o indivíduo ter mantido relação sexual com sua própria mulher, ele deve guardar abstinência por pelo menos três dias antes de empreender suas atividades práticas. Se a relação foi com prostitutas ou em caso de adultério, os dias de abstinência se elevam para mais de uma semana.

Finalmente, existem certos lugares que impõem às pessoas determinados limites na aquisição de recursos materiais. Por exemplo, nos arredores do Sítio dos Caboclos

existem rios e lagoas que são denominados de “rios de conta”. Nesses locais, as pescarias estão condicionadas não apenas à condição do corpo (aberto ou fechado), mas também ao número de pessoas que deverá se alimentar a partir dessa atividade. Nestes termos, se a família for composta por quatro pessoas, o pescador conseguirá o peixe suficiente para alimentar apenas esses membros. Interrogados sobre quais entidades estariam condicionando as pessoas, obrigando-as a respeitar as referidas regras, Nequinho, Paulo e Carlinhos afirmaram não saber com precisão como esses fenômenos ocorreriam. Paulo dos Santos afirma que a “ciência” dos mais velhos, para lidar com os rios, o mar e as matas é algo muito íntimo e antigo, que não lhes foi revelada. Afirmam, porém, existir ainda hoje entre os quilombolas de Gurugi indivíduos especializados para lidar com estas questões, depositários de muita sabedoria.

5.3 – Tradição de conhecimento na antiga Jacoca

O apresentado no item anterior representa apenas uma pequena parte dos conhecimentos e relações cosmológicas relativa aos moradores da antiga Jacoca. Os dados levantados são proporcionais aos tempos investidos durante o levantamento em campo, aos quais temos que adicionar os empecilhos devidos à desconfiança manifestada pelos Tabajara mais idosos, hoje pentecostais, que consideram estes argumentos delicados e perigosos. Contudo, embora não se possa realizar uma sistematização em termos de uma estrutura do cosmo em sua complexidade, os dados obtidos nos permitem afirmar que na antiga Jacoca existe uma específica visão de mundo, intimamente relacionada com espaços territoriais e características do meio-ambiente peculiares. Não obstante hoje o pentecostalismo tenha se tornado uma opção preponderante entre os membros mais idosos, há que se considerar que esta prática religiosa não pode ser vista como uma ruptura nem heurística nem ontológica em relação àquelas que os Tabajara praticavam no passado. Como foi possível ver com a fala de João Boinho, seres como o Pai do Mangue e a Sereia seriam da natureza de Deus, e o fato de ele ser hoje evangélico não implica a negação da existência desses seres, como também não implica a negação da existência de figuras penitentes como João Cala Foice. O que ocorre com a adesão às práticas pentecostais é o fato de não se

ver mais essas figuras e, portanto, a pessoa se sente protegida em relação aos aspectos negativos que delas podem advir. Os aspectos mágicos continuam prevalecendo sobre aqueles de ordem escatológica, onde a dimensão terapêutica do agir no cosmo representa um elemento fundamental.

Como argumenta Mura (2006), entre os Kaiowa de Mato Grosso do Sul, em décadas, as igrejas protestantes tradicionais não obtiveram praticamente nenhum resultado em termos de evangelização entre os indígenas, ao passo que as práticas pentecostais conseguiram penetrar com relativa rapidez. Isto se deve a que o pentecostalismo se centra principalmente nas atividades de cura espiritual e combate ao demônio. Desta forma, a analogia entre as práticas xamanística, por um lado, e de presbíteros e pastores, por outro, no que diz respeito aos atos de cura e de combate à feitiçaria e aos espíritos malignos, é um fato evidente. Nestes termos, aos olhos dos indígenas não estariam se confrontando duas distintas visões de mundo – uma verdadeira e outra falsa –, mas critérios de eficácia sobre os seres que povoam o cosmo.

Aqui, a posição de médium-curador é portanto relevante e está associada à construção de um quadro moral que possa servir de referência para medir o comportamento das pessoas, nas mais diferentes circunstâncias. Este quadro moral não é algo abstrato, nem estático, mas, ao contrário, deve ser construído e reconstruído permanentemente, a partir das experiências dos indivíduos, em um mundo que muda constantemente e é por eles mudado. Desta forma, teríamos cosmologias em perene construção, a partir de tradições de conhecimento específicas – como afirma Barth (1987). Estas tradições não necessariamente são atreladas a um determinado grupo étnico, mas podem ser transversais a vários povos, permitindo, pois, que informações, ideias e práticas possam ser organizadas a partir de determinadas lógicas, as quais são compartilhadas por famílias diferentemente alinhadas em relação às clivagens sociais e étnicas.

Parece-nos que no litoral sul da Paraíba, ao longo dos séculos, foi se desenvolvendo uma tradição de conhecimento específica, baseada em certas formas de xamanismo, cuja especificidade é relacionada a cultos domésticos, os quais, por sua vez, são centrados em práticas de cura e em um quadro moral intimamente relacionado às atividades práticas dos moradores da região. Não são todas as famílias originárias dos espaços da antiga Jacoca, mas, especificamente, determinados especialistas, que detêm a

capacidade de decifrar, interpretar e promover este quadro moral, sendo que hoje os Tabajara reconhecem este papel em alguns quilombolas.

Voltando às práticas pentecostais, não podemos, no entanto, desconsiderar que estas se inscrevem em lógicas de dominação consequentes do primeiro processo de territorialização, do qual muito falamos ao longo deste relatório. Neste sentido, por mais que este fenômeno religioso seja interpretado de forma peculiar pelos indígenas, as igrejas estão em mãos de operadores alheios às características de vida sobre as quais se funda essa referida tradição de conhecimento, características estas que são geralmente atribuídas às chamadas “sociedades tradicionais”. Desta forma, o segundo processo de territorialização, embora incipiente, permite a indígenas e também a quilombolas, empreender caminhos que tentem reequilibrar as relações assimétricas na antiga Jacoca, com os atores sociais buscando refletir sobre os estigmas que foram produzidos em relação às práticas xamanísticas ao longo do tempo. Esta reflexão, como indica Victor Turner (1974), se realiza principalmente em momentos específicos da vida social, especialmente após rupturas ocorridas durante enfrentamentos, na arena política, entre partes e idéias conflitantes. Os rituais seriam, assim, os lócus privilegiados para que essas reflexões de ordem individual se tornem sínteses coletivas, estabelecendo mecanismos de reparação dos conflitos anteriores. Assim, concluindo, podemos afirmar que os Tabajara estão dando os primeiros passos nesta direção, instaurando um debate aberto sobre questões políticas, mas também mágico-religiosas, em busca de um espaço e de um sentido enquanto povo etnicamente diferenciado.

Bibliografia

AMORIM, Paulo Marcos. **Índios camponeses: os Potiguara de Baía da Traição**. Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia Social - MN-UFRJ. 1970.

ANTUNES, Clovis. **Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas**. Maceió: UFAL. 1973.

ARAÚJO, Antonio Gonçalves da Justa. **Carta Topográfica da Sesmaria dos Índios da Jacoca** conforme o título da sua concessão, compreendendo todas das demarcações nela feitas, inclusive a das posses dos índios, desde 4 de fevereiro de 1865 a 15 de fevereiro de 1866. [1866a]. 1 mapa manuscrito: color. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Cota 4Y/MAP.704.

ARAÚJO, Antônio Gonçalves da Justa. “Ofícios, cartas, relatórios, recortes de jornal e demais documentos da Comissão Demarcadora de Terras na Parahyba do Norte entre 1865-1868”. **Arquivo Nacional. Seção Terras Públicas e Colonização. Caixa 1219**. Rio de Janeiro.

AYRES DE CASAL, Manuel. **Corografia Brazílica**. Rio de Janeiro. Impresão Régia. 1817. Versão digital: http://openlibrary.org/works/OL246573W/Corografia_brazilica.

Acesso em 23 de março de 2010.

AZAMBUJA, Bernardo A. N. de. “Ofício enviado pela Diretoria das Terras Públicas e Colonização, do Ministério da agricultura, Comércio e Obras Públicas, na pessoa de Bernardo A. N. de Azambuja ao Presidente da Província da Paraíba Manoel Felizardo de Souza e Melo, datado de 08 de fevereiro de 1862, comunicando a decisão de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, extinguir os aldeamentos”. APEPB. Cx. 045 (1864).

BARTH, Fredrik. **Models of Social Organization**. London: Royal Anthropological Institute. 1966.

BARTH, Fredrik. “Introduction”. In: F. Barth (editor), **Ethnic Groups and Boundaries: The social organization of cultural difference**. Boston: Little Brown & Co. 1969.

BARTH, Fredrik. **Cosmologies in the Making. A Generative Approach to Cultural Variation in Inner New Guinea**. Cambridge: Cambridge University Press. 1987.

BARTH, Fredrik. “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”. In Fredrik Barth (organização de Tomke Lask), **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2000.

BAUMANN, Terezinha de Barcellos. **Relatório Potiguara**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Índio. 1981.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação Territorial da Mata Paraibana. 1750-1808**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. **An. mus. paul.**, São Paulo, v.16, n.2, Dec. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142008000200003&lng=en&nrm=iso. Access on 21 Aug. 2010. doi: 10.1590/S0101-47142008000200003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política Indigenista no século XIX”. In, CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.) **História dos índios no Brasil**, 2ª ed., São Paulo: Cia. Das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP. 1992.

FREIRE, Noemi P. e MOREIRA, Emília de Rodat, 2009. **A luta pela terra e a territorialização camponesa no Assentamento Dona Antônia – Conde-PB**. <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Noemi%20Paes%20Freire.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2010.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru: Edusc. 2007.

HANNERZ, Ulf. **Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning**. New York: Columbia University Press. 1992.

HERCKMANS, Elias apud CAVALCANTI, M.^a. Pereira et. ali. **Uma história do Conde**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB. 1996.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba, 1639. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**, v.2. A administração da conquista. Recife: MinC/ 4ª. D.R. IPHAN/ FNPM, p.59-112. 1985.

INTERPA. http://www.interpa.pb.gov.br/informacoes_assentamentos.php. Acesso em 20 de junho de 2010.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, (1892) 1977.

LEROI-GOURHAN, André. **Ambiente e Tecniche**. Milano: Jaca Book. 1994 [1945].

LIMA, Oswaldo Gonçalves de Lima. "Observações sobre o 'vinho da Jurema' utilizado pelos índios Pancarú de Tacaratu (Pernambuco)." **Arquivos do Instituto de Pesquisas Agronômicas**, 4. Recife. 1946.

LIMA, Aline Barboza de. **Assentamento APASA – PB. A agroecologia na construção de novas territorialidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

LOWIE, Robert. "The Cariri"; "The Pancararu"; "The Tarairio". In: J. Steward (org.), **Handbook of South American Indians**. Bulletin of the Bureau of American Ethnology, 143(1):557-566. 1946.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas Capitânicas do Norte da América portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. & MEDEIROS, Ricardo Pinto de (orgs.). **Novos olhares sobre as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária. 2007.

MÉTRAUX, Alfred. "The Fulniô"; "The Tremembé"; "The Puri-Coroado Linguistic Family". In: J. Steward (org.), **Handbook of South American Indians**. Bulletin of the Bureau of American Ethnology, 143(1):571, 573-574, 523-530. 1946.

MOREIRA, EMILIA de Rodat (org.). **Por um pedaço de chão, vol.1**. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB. 1997.

MURA, Cláudia. **Os troncos e a tradição: processos políticos-religiosos entre os Pankararú**. Trabalho apresentado no GT 9 na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém (PA), 1-4 de agosto de 2010.

MURA, Fábio. **À procura do "bom viver": território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa**. Tese de doutorado defendida no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. 2006.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A fronteira móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da mata sul da Paraíba (1799-1881)**. Dissertação

(Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nosso Governo: Os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero; [Brasília]: MCT-CNPq. 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: João Pacheco de Oliveira. (Org.). **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2004.

PALITOT, Estêvão Martins. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór. História, Etnicidade e Cultura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2005.

PANET, Amélia et all. **Rio Tinto: Estrutura Urbana, Trabalho e Cotidiano**. João Pessoa: Unipê Editora. 2002.

PORTO ALEGRE, M.S.; Mariz, M. e Dantas, B.G. **Documentos para a história indígena no Nordeste**. São Paulo, NHII-USP/Fapesp. 1994.

SAMPAIO, Henrique J. P. **O processo de reelaboração dos cocos no movimento de urbanização e desenvolvimento do município do Conde**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2001.

SOUSA, Israel Soares de. **O ensino de história e os movimentos sociais: práticas de história local nos assentamentos do Conde**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2008.

TURNER, Victor W. **Dramas, Fields and Metaphors. Symbolic Action in Human Society**. Ithaca and London: Cornell University Press. 1974.

VANDEZANDE, René. **Catimbó. Pesquisa exploratória sobre uma forma nordestina de culto mediúnico**. Dissertação de mestrado (P.I.M.E.S. do I.F.C.H. da UFPE), Recife. 1975.

WILK, Richard R. & NETTING, Robert McC. “Households: Changing Forms and Functions”. In Robert McC. Netting; Richard R. Wilk; Eric J. Arnold (editors),

Households. Comparative and historical studies of the domestic group. Berkeley: University of California Press. 1984.

WILK, Richard R. "Households in Process: agricultural change and domestic transformation among the Kekchi Maya of Belize". In R. McC. Netting; R. R. Wilk; E. J. Arnold (editors), **Households. Comparative and historical studies of the domestic group.** Berkeley: University of California Press. 1984.

WILK, Richard R. **Household ecology. Economic change and domestic life among the Kekchi Maya in Belize.** Northern Illinois University Press. 1997.

Anexos

Diagramas de parentesco

Mapa da Jacoca

